

EDIVANIA DUARTE CELESTINO

A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA MODERNIDADE:
UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE NATAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Área de Concentração: Dinâmicas Sociais, Práticas Culturais e Representações.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Lisabete Coradini.

NATAL
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

EDIVANIA DUARTE CELESTINO

A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA MODERNIDADE:
UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE NATAL

Aprovada em: / /

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Área de Concentração: Dinâmicas Sociais, Práticas Culturais e Representações.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lisabete Coradini
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Orientadora

Prof. Dr. José Willington Germano
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Examinador Titular

Prof^a. Dr^a. Norma Missae Takeutti
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Examinadora Titular

Prof. Dr. Hermano Machado Ferreira Lima
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Examinador Titular

Prof^a. Dr^a Jovanka Scocuglia
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Examinador Titular

Prof. Dr. Luiz Carvalho de Assunção
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - 1º Suplente

Prof^a. Dr^a Silvana de Souza Nascimento (UFPB)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - 2º Suplente

A meus pais, José Celestino de
Paula e Maria Duarte Celestino.

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas contribuíram para que o desejo de realizar um trabalho investigativo direcionado a cidade de Natal pudesse se realizar. Algumas delas se fizeram presentes na nossa trajetória acadêmica, e continuaram nos acompanhando, não apenas como fonte de inspiração nas tentativas de superação, e na busca por melhor compreender esse complexo universo que nos cerca, mas principalmente como exemplo de generosidade e postura ética. Outras tivemos a oportunidade de encontrar nessa atual trajetória, sem as quais seria impossível ter dado continuidade a este trabalho. Essas se tornaram, não apenas colaboradores, mas generosos e pacientes companheiros, sempre encontrando um tempo para contribuir com a investigação, mesmo diante as dificuldades do dia a dia. Aos familiares, colegas de trabalho e da pós-graduação, aos quais agradeço nas pessoas dos colegas Conceição Maciel, Lindinês Barros, Gustavo Luiz, Rosáfico Saldanha e Josenita Dantas, que nos convidou para trabalhar com a área de meio ambiente, logo após a conclusão do nosso mestrado. A Maria Iglê e Angelike Katherine, pelo apoio na reprodução das fotografias e na normalização do texto. Aos professores que fizeram parte da Banca de Qualificação: José Willington Germano e Norma Missae Takeutti, cujas observações foram de muito valia, e abriram generosos horizontes, por os quais poderíamos trilhar. A professora Lisabete Coradini, que soube com sabedoria entender os momentos de recolhimento, e nos acompanhou em toda essa trajetória.

A todos o meu abraço e a minha gratidão.

“Ser moderno é encontrar-mos em um meio ambiente que nos promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de nos mesmos e do mundo – e que, ao mesmo tempo, ameaça destruir o que temos, tudo o que conhecemos, tudo o que somos”.

Marshall Berman, 1999.

RESUMO

Investiga a percepção do espaço público na cidade de Natal. Aborda, portanto formas de apreensão, vínculos e experiências, na formalização no modo de ver, vivenciar e interagir com essa parte da territorialidade urbana. Com essa perspectiva, foram focalizados, em especial, três períodos vivenciados por a capital potiguar: as duas primeiras décadas do século XX, o início dos anos quarenta, também do século anterior, e o cenário com o qual essa cidade se apresenta na atualidade. Com esse direcionamento, recoloca em foco, e para reflexão, não apenas um universo que possibilita as pessoas interagirem, independentes da vontade individual de cada um, mas também a importância dessa interação para a vida social e política da cidade e para a formação de uma visão mais ampla e interativa das pessoas com seu entorno.

Palavras-chave: Cidade. Espaço público. Percepção. Vínculos. Experiências.

ABSTRACT

It investigates the perception of the public space in the city of Natal. It approaches, therefore apprehension forms, entails and experiences, in the formalization in the way of seeing, to live and to interact with that part of the urban territoriality. With that perspective, they were focalized, especially, three periods lived in Natal: the first two decades of the century XX, the beginning of the forties, also of the previous century, and the scenery with which that city comes at the present time. With that direction, it puts back in focus, and for reflection, not just an universe that makes possible the people to interact, independent of the individual will of each one, but also the importance of that interaction for the social and political life of the city and for the formation of a wider and interactive vision of the people with yours surroundings.

Key-words: City. Public space. Perception. Entails. Experiences.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área do Forte dos Reis Magos em 2004.....	72
Figura 2 – Solenidade cívica na Praça Augusto Severo em 1912.....	103
Figura 3 – Embarque Chaves.....	104
Figura 4 – Chegada Chaves.....	105
Figura 5 – A Praça da Alegria.....	108
Figura 6 – Inauguração da Praça João Maria.....	108
Figura 7 – Rua Dr. José Ivo, Com Rua Ulisses Caldas.....	110
Figura 8 – Parada Militar de Sete de Setembro.....	111
Figura 9 – Aglomerado nas ruas (algum evento em vista).....	111
Figura 10 – Rua Doutor Barata.....	112
Figura 11 – Casa de Moda Importada: Paris em Natal.....	112
Figura 12 – Festa das Árvores.....	114
Figura 13 – Grupo Escolar Professor Zuza.....	114
Figura 14 – Entorno da Praça André de Albuquerque.....	116
Figura 15 – Vista panorâmica da Praça André de Albuquerque.....	116

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – O Grande Ponto.....	144
Fotografia 2 – Praça Gentil Ferreira.....	152
Fotografia 3 – Praça Gentil Ferreira.....	152
Fotografia 4 – O descanso do senhor Paulo.....	153
Fotografia 5 – Praça de Mirassol.....	154
Fotografia 6 – Manifestação de estudantes	156
Fotografia 7 – Comemorações do 7 de setembro.....	158
Fotografia 8 – O quase silêncio das ruas.....	159
Fotografia 9 – A rua antes do desfile de 7 de setembro.....	160
Fotografia 10 – A magia do 7 de setembro.....	160
Fotografia 11 – A atenção para com o desfile.....	161
Fotografia 12 – O Camelódromo do Bairro do Alecrim.....	162
Fotografia 13 – Quadra de esporte da área de lazer.....	164
Fotografia 14 – Área de lazer da Zona Norte.....	165
Fotografia 15 – Shopping Center.....	166
Fotografia 16 – Praça do Conjunto Neópolis.....	177
Fotografia 17 – Passarela sobre a Av. Senador Salgado Filho.....	177
Fotografia 18 – Praça do Conjunto Potilândia.....	178
Fotografia 19 – Praia de Areia Preta.....	178
Fotografia 20 – Bairro de Petrópolis.....	180
Fotografia 21 – Av. Eng. Roberto Freire.....	180
Fotografia 22 – Área de lazer do Conjunto Panatis.....	181
Fotografia 23 – Condomínio Residencial.....	181
Fotografia 24 – Vista do interior de um transporte coletivo.....	182
Fotografia 25 – Estádio do Clube ABC.....	182
Fotografia 26 – Praça do Conjunto Pirangi.....	183
Fotografia 27 – Praia de Ponta Negra.....	183

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Região Metropolitana de Natal.....	27
Mapa 2 – Localização estratégica do Forte dos Reis Magos.....	72
Mapa 3 – Visão panorâmica dos limites urbanos da cidade de Natal, 1845.....	77
Mapa 4 – Visão panorâmica dos limites urbanos da cidade de Natal (visão ampliada).....	77
Mapa 5 – Limites geográficos: Natal, bairros e regiões administrativas.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa Etária das pessoas entrevistadas.....	145
Tabela 2 – Local de procedência das pessoas entrevistadas.....	146
Tabela 3 – Profissão das pessoas entrevistadas.....	143
Tabela 4 – Referencial do campo empírico visual.....	175

LISTA DE ABREVIATURAS

CAERN – Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

EUA – Estados Unidos da América

IDEC/RN – Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte

IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

IHGRN - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

IPLANAT – Instituto de Planejamento Urbano de Natal

MoMA – Museu de Arte Moderna de Nova York

OCIAA – Office of the Coordinator of Inter-American Affairs

PRODETUR/NE – Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

SESC – Serviço Social do Comércio

RN – Rio Grande do Norte

SEMURB – Secretaria Especial do meio Ambiente e Urbanismo de Natal

SEPLAN/RN – Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

STTU – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito Urbano de Natal

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO	28
2.1	COLOCANDO EM CENA OS IDEAIS CLÁSSICOS.....	34
2.2	O OLHAR DA INTIMIDADE NO ESPAÇO DE CONTROLE	39
2.3	QUANDO O MODERNO TAMBÉM ERA UMA CAUSA: O ESPAÇO PÚBLICO NO CONTEXTO DO RACIONAL-FUNCIONALISMO.....	44
2.4	UM RETORNO A TRADIÇÃO OU CONTRA OS LIMITES MODERNISMO?.....	47
3	NO RASTRO DA HISTÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO NA CENA BRASILEIRA	50
3.1	A VIDA SOCIAL CIDADINA E O OLHAR DISCIPLINADOR DA GESTÃO PÚBLICA.....	55
3.1.1	A ambiência urbana sob a nova perspectiva.....	60
3.2	O ESPAÇO PÚBLICO NO CONTEXTO DOS IDEÁRIOS DO SÉCULO XX.....	65
3.2.1	Há várias maneiras de se alcançar uma cidade	70
4	ACORDES DE UMA CIDADE	78
4.1	UMA CIDADE IDÊNTICA A SI MESMA: LEITURAS URBANAS.....	99
4.1.1	Usos e costumes: o cenário desenhado pelas ruas.....	102
4.2	TUDO EXTERIOR TAMBÉM É INTERIORIDADE.....	117
5	VOZES DA CIDADE	134
5.1	CONSTRUINDO UM OLHAR SOBRE O DISCURSO.....	134
5.2	APRESENTANDO O CAMPO EMPÍRICO.....	140
5.2.1	O cotidiano não é um lugar comum.....	148

5.2.2	Os textos visuais da fala urbana.....	174
5.2.3	A ausência do silêncio.....	176
5.2.4	Proximidade versus distância: dentro-fora.....	179
6	CONCLUSÕES: DEPOIS DA VIAGEM.....	184
	REFERÊNCIAS.....	189

1 INTRODUÇÃO

Às vezes o vento traz uma música, um ruído, o crepitar de morteiros na iluminação de uma festa, e assim como que por acaso há um envolvimento com toda essa ambiência, independente de qualquer intenção prévia nesse sentido. É inútil querer entender esses acasos, apreender os vários encontros e desencontros que oportunizam vivenciar o universo urbano. Calvino (1994a) permite observar com especial atenção essas circunstâncias, justamente porque, de certa forma, elas passaram a alimentar o desejo de desenvolver um trabalho investigativo sobre a cidade de Natal

Eis a razão pela qual ao concluir o Mestrado em Ciências Sociais pareceu natural que posteriormente, na medida em que se tivesse a oportunidade, dar-se-ia continuidade à pesquisa que tinha sido foco de indagações e inquietações. Entretanto, outras circunstâncias possibilitaram, enquanto arquiteta e urbanista do Governo do Estado, a trabalhar com maior proximidade as questões voltadas ao meio ambiente, o que oportunizou estabelecer outras relações e observar outros focos de abrangência direcionados à vida urbana, os quais permitiram novas inquietações relacionadas à capital potiguar, em especial no que diz respeito aos espaços públicos.

Este trabalho, que tem como objetivo investigar a percepção do espaço público na cidade de Natal é, pois resultado de encontros, desencontros, ruídos, sons que, ao serem vivenciados, impulsionaram a trilhar por uma nova trajetória investigativa, enfrentar novos desafios. Aborda, portanto, formas de apreensão, vínculos e experiências, na formalização, no modo de ver, vivenciar e interagir com essa parte da territorialidade urbana. Nessa perspectiva, recoloca em foco, e para reflexão, não apenas um universo que possibilita as pessoas interagirem, independentes da vontade individual de cada um, mas também a importância dessa interação para a vida social e política da cidade¹, para a formação de uma visão mais ampla e interativa das pessoas com o seu entorno.

Nesse contexto, cabe salientar, que ao direcionar o olhar para esse território urbano, não se está querendo afirmar que as relações sociais não possam

¹ Vários autores abordam essa questão. Dentre eles, pode-se citar: Arendt (1989), Lasch (1995), Sennett (1989), como Arantes (2000), Gomes (2002), e Ribeiro (1994), no contexto nacional.

se estabelecer para além da espacialidade, nem minimizar a importância do espaço privado na vida do ser humano. Entretanto, concordando com Castells (1999, p. 146), tem-se o entendimento de que a proximidade física e o calor do agrupamento estimulam a interação e a comunicação entre as pessoas, “favorecendo o livre desabrochar, o imprevisto, a fruição a sociabilidade e o desejo ao mesmo tempo”.

Diante desse horizonte analítico e do dinamismo com o qual os centros urbanos se apresentam na atualidade, não surpreende observar que nas últimas décadas tenha se intensificado o interesse pela expansão de um estilo de vida global, que centra o olhar na presença da tecnologia na vida do homem moderno, no dinamismo, na efemeridade e na uniformidade, por considerá-los alguns dos principais fatores que alimentariam novas formas de as pessoas se colocarem perante o mundo, e se relacionarem com o espaço, com a paisagem. Por outro lado, parece que há uma acomodação a grandes contradições e a certo conformismo, diante dos acontecimentos que emergem nos cenários urbanos, onde tudo parece possível. Este fato, se por um lado alimenta um quadro de incertezas e interrogações quanto ao futuro da cidade, por outro instiga um aprofundamento sobre a nova ambiência urbana e os diferentes tipos de comportamentos que, nesse início de século, emergem em meio a um contexto histórico complexo

Desse modo, não é por acaso que indagações sobre a “decadência” do espaço público, apontada por alguns autores como uma marca da pós-modernidade, venha recolocando a cidade em cena, o que tem exteriorizado inquietações da experiência individual, em meio a diferentes perspectivas sobre o ambiente citadino. Entretanto, apesar das especificidades que, em geral marcam a história dos lugares, é possível perceber que, não raro, esse horizonte temático tem espreado princípios pré-estabelecidos, o que por vezes, pode fazer com que o universo urbano, na dinamicidade e complexidade com que se apresenta na atualidade, venha a ser analisado a partir de uma abordagem generalista, apesar da contribuição que esses estudos possam propiciar para um melhor entendimento da cidade na contemporaneidade.

Talvez a configuração desse quadro possibilite reconhecer que uma visão global de determinadas questões urbanas, tem alimentado certa homogenização explicativa, que parece ganhar um espaço cada vez maior na leitura, identificação e desvelamento de diferentes questões que se apresentam nos centros urbanos nesse início do século XXI.

De certa forma, tal contexto e a experiência de trabalhar com esse universo, foram agregando outras interrogações, que despertaram uma atenção maior para a problemática da “decadência”, dos espaços de uso comum, seja pela importância desse território na organização da estrutura física da cidade, seja pelas vinculações que essa questão estabelece com aspectos mais amplos da vida urbana.

Nessa perspectiva, passou-se a questionar se o mesmo processo de “declínio e esvaziamento”, apontado por autores como Arantes (2000), Arendt (1989), Bauman (1999), Jacobs (2000) e Sennett, (1989), também estaria se delineando, ou se intensificando no âmbito da capital potiguar. Diante dessas questões, foi possível observar em meio às várias formulações e apreensões direcionadas à cidade moderna, que muito ainda se tem por investigar sobre esse centro urbano, em especial quando se pergunta se as transformações da paisagem, que foram se exteriorizando com mais intensidade, a partir da última década do século passado, estariam sendo acompanhadas do afastamento do natalense dessa parte do território citadino.

Não surpreendeu, portanto, que no contexto de um cenário de indagações e apreensões, as questões que passaram a colocar as áreas públicas de uso comum ante o dilema de sua progressiva decadência, motivassem a intenção de abraçar uma pesquisa investigativa nesse sentido. Por outro lado, a possibilidade de poder aprofundar uma leitura direcionada a esse horizonte temático, trazendo para reflexão aspectos relacionados à ambiência socioespacial da cidade de Natal, passou a se apresentar não apenas como um desafio, mas também como uma oportunidade e contribuição. Um desafio, no sentido de tentar estabelecer certo distanciamento com as leituras excessivamente fiscalistas, a que, não raro, essa temática tem sido vinculada. Uma oportunidade de direcionar o olhar para o habitante da cidade de Natal, abordando aspectos analíticos voltados para as relações que esse indivíduo tem mantido com essa parte do universo urbano. E uma contribuição, quanto a somar esforços no sentido de refletir acerca de questões relacionadas à apreensão do espaço, formação de vínculos sociais, e leituras urbanas diante uma paisagem em constante transformação.

Com base nessas considerações, foram traçadas duas hipóteses de trabalho que retomam algumas das questões já abordadas. A primeira hipótese está sendo denominada de: Instauradora, devido à possibilidade de que a percepção

sobre a “decadência” do espaço público aberto se desenvolva mais no campo das idéias, que buscam tornar o comentário sobre a cidade um lugar privilegiado para a expressão e uma visão de mundo, e na instrumentalização do uso da imagem a ele vinculada, do que na percepção e vivência dos moradores dessa capital. Esta hipótese, por sua vez, está relacionada em particular aos escritos e ao uso da imagem elaborada, pela possibilidade de que, possam contribuir, ainda que por vezes de forma involuntária, para a construção de uma relação de distanciamento dos residentes dessa cidade para com essas áreas.

A segunda hipótese tem como viés explicativo, a idéia de que o silêncio socializado sobre as questões locais relacionadas a esse território, aliado ao pensamento de dependência da rede global, e à busca de institucionalização de um estilo de vida conectado a esse contexto, a exemplo do terceiro espaço cibernético², desprovido de dimensões territoriais, tende a generalizar uma postura de alheamento das pessoas para com o seu entorno, além de alimentar um não envolvimento com as questões urbanas vinculadas as áreas de uso comum. De forma que, a partir dessas hipóteses, pretende-se demonstrar que as relações e a vivência estabelecidas com os espaços públicos abertos estão menos sujeitas à influência dos escritos e da imagem construída e articulada em torno dos mesmos, do que propriamente do objeto em si, em sua real concretude.

Com esse direcionamento, abre-se a oportunidade de se tentar apreender a ambiência que se faz presente no espaço público aberto natalense na sua diversidade, enfocando sentimentos e valores, que se constituem em importantes agentes motivacionais do comportamento social humano, para além da questão meramente fiscalista. Por outro lado, procurou-se relacionar esse contexto com a luz histórica, visto que poucas pessoas, conforme chamam a atenção pesquisadores como Bauman (1999) e Castells (1999), em qualquer lugar do mundo podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas e, às vezes, determinadas por acontecimentos ou organismos distantes.

Na verdade, o próprio contexto urbano na contemporaneidade tem ampliado as vinculações a que essa temática está relacionada. Para que se tenha uma idéia do espraiamento desses elos no âmbito brasileiro, cumpre destacar que

² O espaço projetado por essa técnica é radicalmente diferente: artificial, “mediado pelo *hardware*, não imediato ao *Wetwary*; racionalizado, não comunitário; nacional, não local” (LUKE, 1996, p.123 *apud* BAUMAN, 1999, p. 24).

em 1990 estimativas oficiais e estudos direcionados a esse horizonte investigativo³ chamavam a atenção para o aumento significativo na taxa de urbanização no Brasil. Em 2001, por exemplo, dados do Ministério das cidades, davam ênfase para o fato de que “enquanto em 1960, a população urbana representava 44,7% da população total – contra 55,3 da rural -, dez anos depois essa relação se inverteu⁴”. Isso porque, entre 1960 e 1996, essas cidades já recebiam 106 milhões de novos habitantes, e em 2000, 81,2% da população brasileira já vivia em cidades. Portanto, como se observa, de acordo com esses dados, a realidade extrapolou os índices até então estimados, o que confirma a intensificação do processo de urbanização, previsto no âmbito nacional por alguns estudos no final do século XX.

Tomando por referencial esse quadro nacional, pode surpreender o fato de que nos anos oitenta do século XX, o Rio Grande do Norte se apresentasse como um dos Estados nordestinos possuidores de maior percentual de população urbana, sobre a população total, sendo apenas superado por Pernambuco. Essa situação, segundo Clementino (1995, p. 256), foi ocasionada pelas transformações na base produtiva dessa localidade a partir de 1970, situação que se diferenciava da década anterior, quando a industrialização e a urbanização ainda não tinham estabelecido características novas para a estrutura social da região.

Com relação à capital do RN, o incremento populacional ocorrido nos anos oitenta do século anterior, recebeu um novo impulso com a adesão do Governo Estadual ao Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) e o investimento na denominada “indústria do turismo”. Esse fato, aliado à divulgação da boa qualidade de vida, à beleza da paisagem e a investimentos públicos, dentre outros aspectos, colaborou para que a cidade apresentasse entre os anos 80/91 um dos maiores índices de crescimento populacional do país (SECRETARIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO, 1991).

Nesse contexto, cabe ressaltar que o termo urbanização não tem acomodado uma única definição, ou conceituação, que corresponda aos vários olhares com que esse campo investigativo tem sido focalizado. Entretanto, este trabalho adota a compreensão de Castells (1999), não apenas pelo olhar abrangente

³ SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

⁴ BRASIL. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001. (Série fontes de referência. Legislação, n.40).

em que insere essa questão, sem deixar a perder de vista os principais aspectos a ela relacionados, mas por possibilitar, a partir da sua análise, um entendimento mais amplo sobre os componentes urbanos relacionados a um cenário em transformação.

Portanto, de acordo com o referido autor, a urbanização não quer apenas fazer referência ao aumento de pontos de concentração de atividades e população em um determinado espaço, ou mesmo aumento de tamanho desses pontos. Ou seja, não se limita apenas à passagem de uma forma menos densa e espalhada da população no espaço, para uma forma mais concentrada em centros urbanos, nem pode ser considerado simplesmente como o processo pelo qual as pessoas são atraídas para as cidades. Para Castells (1999), o termo urbanização abraça também as transformações de diversos elementos e problemas sociais relativos a uma determinada unidade espacial.

Como é possível perceber, essa ótica faz emergir o caráter relacional da urbanização, permitindo a união de diferentes elementos, a partir dos quais é possível compreender esse processo, como expressão de um contexto mais amplo dentro de uma estrutura social. Com essa perspectiva, apesar de ser aparentemente tentado em alguns momentos, esse autor consegue se esquivar de leituras do espaço urbano excessivamente focado na questão física e quantitativa, para trabalhar esse cenário a partir do reconhecimento de que se está diante de um fenômeno de encadeamento abrangente que, embora englobe desdobramentos diversos, não deixa de estabelecer, nem ser indiferente às especificidades das unidades articuladas a esse processo.

De forma que, retomar no início do século XXI uma temática antiga, e por isso muitas vezes posta no rol das abordagens nostálgicas, representa um estímulo, não apenas por direcionar o olhar para uma das principais dimensões da vida humana, o espaço, como pela oportunidade de trazer para reflexão questões voltadas ao espaço público aberto da capital potiguar. Além do mais, diante da multiplicidade de problemas que atravessam as cidades brasileiras, a oportunidade de somar esforços no sentido de lançar luzes e um olhar mais atento para o território e a vida nas áreas urbanas, mostra-se relevante, especialmente quando se coloca em cena a construção de vínculos sociais com o universo cidadão.

Diante dessa perspectiva caberia, nesse momento, fazer uma primeira incursão direcionada à cidade de Natal, em alguns de seus aspectos mais gerais, de forma a propiciar mais uma proximidade com o horizonte para o qual se volta esta

investigação. Assim sendo, de início cumpre destacar, por exemplo, que o fato de estar localizada no litoral Oriental do Estado do Rio Grande do Norte, seria insuficiente para o reconhecimento do papel estratégico que esse centro urbano ocupa, enquanto principal polo da única Região Metropolitana do Estado, atualmente composta por mais sete municípios: Ceará-Mirim; Extremoz; Macaíba; Monte Alegre; Nísia Floresta; São Gonçalo do Amarante; São José de Mipibu, e Parnamirim (Mapa 1). Cumpre também sublinhar a estrutura física complexa dessa capital que, ao se expandir de forma acelerada nos últimos anos passou a exteriorizar novas questões e desafios, que se traduzem de formas diferenciadas, no seu traçado, na paisagem e na vida urbana.

Apesar desse quadro atual, conforme apontam alguns estudos, a década de 1970 já apresentava um novo impulso da expansão urbana dessa capital, a partir da construção de vários conjuntos habitacionais em áreas até então mais afastadas do centro da cidade. Com isso, os novos programas habitacionais transformaram-se em uma espécie de marco para os novos tipos de unidades residenciais ditas populares, que iriam se espraiar na cidade. De forma que, esse novo momento de expansão urbana, vivenciado pelo município, aliado a outros fatores relacionados à vida econômica e social, por exemplo, se refletiu na duplicação da população residente que na década de 1970 era de 264.378 habitantes, passando para 656.037 residentes em 1996 (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE, 1998).

Mas, não é apenas no desenho urbano e no adensamento populacional, onde é possível observar as transformações vivenciadas por essa cidade. Isso porque, o deslocamento de várias atividades existentes nas áreas mais antigas em direção a outros bairros, a exemplo de outras capitais brasileiras, foi acompanhando a valorização do território urbano, assim como a verticalização da paisagem, aspectos esses que passaram a despontar como mais um marco nesse novo processo de dinâmica urbana. Assim, para uma cidade fundada em 1599, que no início do século passado apresentava um crescimento “mediocre”, no dizer de Cascudo (1999), o cenário com o qual se apresenta na atualidade pode surpreender, afinal os seus 170,30 km², têm sido palco de constantes transformações, as quais, aliadas a um dinâmico processo de urbanização, colocam em foco, embora de forma diferenciada, várias questões urbanas na vida da população local.

Nesse aspecto, cabe ressaltar que estudos já realizados, enfocando as condições ambientais da capital, por exemplo, apontam para questões importantes, que têm se refletido na qualidade de vida da cidade, como a redução de áreas verdes, a apropriação de áreas públicas, e o avanço da expansão urbana em direção a áreas de fragilidade e/ou importância ambiental, fatos que têm apontado para a forte participação e influência de grupos imobiliários e empresários no encaminhamento de discussões e diretrizes sobre o uso e ocupação do solo.

Essas questões, se por um lado têm estimulado estudiosos, dessa temática, como Bauman (1999) e Castells (1999), a buscar um melhor entendimento sobre as transformações que estariam ocorrendo no ambiente urbano, e nas relações sociais citadinas, por outro lado têm possibilitado o reconhecimento do fato de que as questões referentes a essas áreas se pulverizaram e se tornaram mais complexas.

Não é por acaso, portanto, que o objeto de estudo em foco – o espaço público - com as aberturas investigativas apontadas nessas incursões iniciais, envolva: significados, motivações, valores e atitudes, correspondendo, pois, a um universo dinâmico que não poderia ser reduzido a uma estrutura analítica que não propiciasse uma aproximação maior com essas questões. Entretanto, optou-se por não traçar nessa trajetória inicial aquela divisão seccionada de autores, relacionando-os a cada aspecto a ser analisado, o que além de, nesse momento, tornar-se enfadonho, tende a colocar rigores compartimentais que se distanciam da própria perspectiva na qual essa temática se coloca. Além do mais, em outro contexto, esses mesmos autores far-se-ão presentes na estrutura investigativa direcionada ao objeto de estudo, subsidiando, portanto, o horizonte analítico deste trabalho.

Contudo, cabe sinalizar alguns encaminhamentos metodológicos que foram utilizados no sentido de atingir os objetivos propostos, de forma a propiciar um esboço inicial de um quadro geral que definiu posturas e modos de abordagem. Por exemplo, foi fundamental proceder a uma revisão bibliográfica relacionada à temática em foco (história da cidade, sociologia urbana, imagem da cidade, antropologia e teorias urbanas, por exemplo), de forma a compatibilizar o suporte teórico com as questões a serem investigadas. Isso porque, algumas discussões mostraram-se fundamentais no sentido de definir direcionamentos, de maneira a não distanciar a pesquisa do novo contexto global, o qual, segundo alguns

pesquisadores, como Bauman (1999) e Castells (1999) estaria provocando uma profunda mudança nos modos de pensar e nos processos de remodelação do território.

De forma que, diante dessas considerações, ao mesmo tempo em que a temática parecia solicitar uma maior amplitude na sua abordagem, também se mostrou necessário traçar algumas delimitações, de forma a também poder observar o objeto de estudo, no contexto de uma perspectiva histórica. Nesse sentido, foram focalizados, em especial, três períodos vivenciados pela capital potiguar: as duas primeiras décadas do século XX, o início dos anos quarenta, também do século anterior, e o cenário com o qual essa cidade se apresenta na atualidade. Essa opção se justifica, não apenas pelo fato desses momentos continuarem a ser avaliados como decisivos para as transformações que ocorreram nos espaços públicos da cidade, como pelos novos valores de vida urbana que passaram a emergir, no contexto dessas mudanças.

Em um primeiro momento, diante de as peculiaridades desse cenário e do horizonte de investigação, os dados históricos – documentais textuais e fotográficos – mostraram-se de grande valia, para que fosse possível a obtenção de pistas sobre a trajetória do objeto de estudo em foco, de forma a não deixar perder as raízes às quais se mostra vinculado.

No que se refere ao campo empírico, a opção em fazer uso de uma abordagem predominantemente qualitativa se definiu como elemento norteador para a coleta e análise de dados, obtidos principalmente através de questionários e entrevistas realizadas com pessoas de perfis diferenciados, desde o morador comum ao funcionário público que ocupava, ou tinha ocupado cargos públicos com vinculações e reflexos diretos sobre os espaços públicos dessa capital. Esse direcionamento oportunizou não apenas vivenciar com maior proximidade a ambiência existente em diferentes espaços públicos da cidade, como se mostrou fundamental na construção de uma estratégia de abordagem. Nesse sentido, cumpre sublinhar que foram também utilizados como material de análise, fotografias de espaços públicos da cidade de Natal tirados por residentes que concordaram em participar desta pesquisa, o que possibilitou inserir neste trabalho registros visuais elaborados por esses moradores.

Como é possível observar, desenha-se no horizonte uma pesquisa que vislumbra diferentes aberturas investigativas, fato que apontou para a necessidade

de se priorizar algumas das pistas, que a princípio foram se apresentando. Isso significa dizer, que se prescindiu de outros corredores de acesso ao objeto, e possibilidades reflexivas não menos relevantes das que se encontram desenhadas nessas incursões iniciais. Até mesmo porque, um trabalho de pesquisa com temporalidade e prazos limitados, não é capaz de responder às várias interrogações a que essa temática remete. Além disso, as problemáticas urbanas não provêm de uma única raiz. Ao contrário, elas parecem se expandir como um arbusto de incontáveis ramificações, que continuam a se desenvolver, o que faz com que adentrar nesse universo se configure em um desafio que instiga a capacidade de interpretar a realidade.

Eleger, portanto, um objeto de estudo apontado como palco de experiências arrebatadoras, que variam do deslumbramento ao temor, também oportuniza trazer para reflexão a própria cidade, até hoje considerada como provavelmente uma das criações mais complexas do ser humano, que chega ao século XXI, se reafirmando como um dos símbolos e referenciais mais fortes e definitivos da vida moderna.

Diante dessas considerações, perceber essa parte da territorialidade urbana como uma categoria histórica, a ser considerada para além da sua materialidade, mostra-se fundamental para as análises sobre esse objeto, uma vez que, a partir desse horizonte abre-se a possibilidade de se obter uma proximidade com vários aspectos que estão a compor uma nova contextualização urbana, a qual parece estar se refletindo sobre a vida humana de formas distintas, e até mesmo surpreendentes, conforme apontam alguns dos autores já citados.

Portanto, tendo-se em vista o horizonte investigativo traçado, o trabalho foi estruturado em cinco seções, correspondentes aos níveis de abordagens segundo as quais o objeto de investigação é focalizado. A parte seguinte denominada Sobre o Espaço Público, apresenta o campo teórico que deu suporte e base para o desencadeamento das investigações e reflexões. Nela foram examinadas algumas das teorias que, no entendimento de vários pesquisadores da temática, estão presentes na construção dos principais ideários sobre espaço público na modernidade. Nesse sentido, cumpre ressaltar que, quando se está reportando ao “campo teórico”, tem-se em foco a idéia de campo trabalhada por Bourdieu (1989), como um espaço de posições, que podem ser analisadas de forma

independente, ainda que nele ocorra certa relação de forças e a busca pela dominância e hegemonia dentro desse território.

A terceira, nomeada *No Rastro da História*, traz um breve histórico do espaço público na cena brasileira, onde se tenta apreender, de que forma essa temática se fez presente, por exemplo, no cotidiano das ruas e nas diretrizes da política urbanizadora posta em prática por diferentes esferas da administração pública. Com essa incursão, foi possível, partindo de um contexto mais geral, estabelecer aproximações com a cidade de Natal, descortinando a partir dessa abordagem aspectos relevantes da inserção do espaço público no universo citadino, ao se observar como foram se fazendo presentes em diferentes etapas do processo de expansão urbana do seu território.

O percurso seguinte, *Acordes de Uma Cidade*, focaliza a capital potiguar no século XX em dois momentos: os anos dez e vinte, como passaram a ser popularmente denominados e a primeira metade da década de quarenta também desse mesmo século. Reúne, portanto aspectos voltados às transformações ocorridas na paisagem urbana, a partir das novas diretrizes e propostas voltadas para a organização espacial da cidade. Nessa perspectiva, tentou-se identificar os possíveis reflexos dessas mudanças na ambiência e na vida social da cidade.

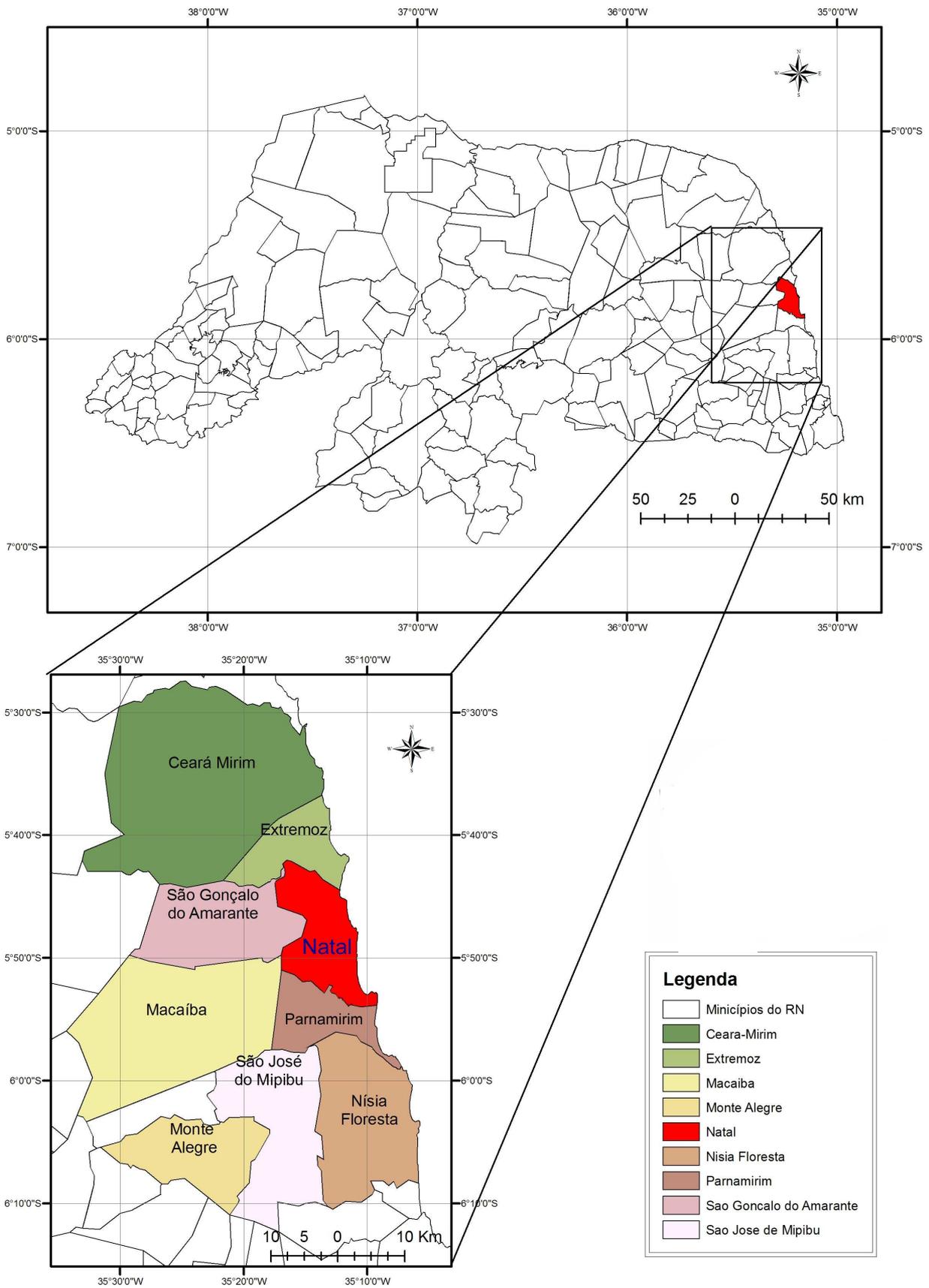
A quinta e última seção, denominada *Vozes da Cidade*, organizada em duas partes, detém-se fundamentalmente no exame dos dados obtidos do campo empírico. No primeiro momento, o foco de análise é a fala urbana, colocada em cena através do discurso. Ou seja, trabalha com a linguagem, aqui apreendida como parte da representação do pensamento, como domínio singular da subjetividade e como mediação necessária para todo conhecimento científico, que pretende manifestar-se em discurso (FOUCAULT, 1996). Nessa perspectiva, a expressão verbal, oportunizou o encontro com experiências vividas e leituras do ambiente urbano, possibilitando uma maior proximidade com pensamentos e percepções vinculadas ao espaço e à ambiência urbana.

A segunda parte desta mesma seção reúne aspectos direcionados à utilização do uso da imagem, como mais um recurso capaz de propiciar elos com formas de percepção, interpretação e leitura da realidade. Ao mesmo tempo, traduz-se em um esforço para inserir nessa trajetória, um dos componentes mais presentes no cenário das cidades, e na vida do homem moderno: a imagem. Nessa perspectiva, as fotografias são examinadas como leituras urbanas, como uma

maneira de ver e pensar, como um olhar do pensamento. Até mesmo porque, conforme mostra Novaes (2005, p.111):

A fotografia possibilita a mistura de informação, acaso, estética e intenção. Ela fala claramente, neste sentido, não apenas sobre o objeto fotografado, mas de algum modo igualmente evidente, sobre a cultura e estilos de vida de quem opera a câmara.

Nesse contexto, cumpre assinalar, que tal como o progresso, a cidade não se define, se projeta, ou se deixa desvendar, sem o estabelecimento de referenciais que coloquem em foco, de alguma forma, a existência humana, como a mediação necessária, para que se possa lidar com as incertezas que rondam o futuro da vida nas cidades. Portanto, dentro das suas limitações, este trabalho, também pode se traduzir em uma tentativa e um esforço nesse sentido, ao recolocar em cena o mundo das ruas, sem o qual, como bem aponta Jacobs (2000), parece impossível compreender a cidade moderna, apesar dos tons sombrios e dos dilemas com que muitas vezes a civilização contemporânea se volta para o universo citadino.



Mapa 1 - Região Metropolitana de Natal.

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (2008)



SOBRE O
ESPAÇO PÚBLICO

BOCCIONI

2 SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO

“Mas todas essas cavidades estão de muitas maneiras ligadas entre si no seio da terra por meio de muitos canais, uns mais amplos, outros mais estreitos”.

Platão, 1991.

Quando se fala em espaço público, parece inevitável que se seja tomado por uma série de olhares que, de certo modo, passam a compor uma gama de impressões e sentimentos, motivo pelo qual, em geral, a temática aparece permeada de diferentes elos e conexões, a partir dos quais os indivíduos têm construído imagens e valores nem sempre facilmente percebidos ou desvendáveis.

Na verdade, apesar de se tratar de uma terminologia de raízes antigas, que tem se confundido, inclusive, com a própria origem da cidade, não é de modo algum evidente que ela tenha percorrido uma trajetória linear. Afinal, seja no âmbito da filosofia grega e medieval, seja no próprio discurso da modernidade, é possível perceber que as questões teóricas a ela vinculadas continuam a alimentar debates e reflexões sobre seus instrumentos de análise. Até mesmo pelo fato de que a história da civilização humana não está ligada ao seu passado de forma contínua, pois nela estão presentes rupturas, descontinuidades, renovações e desconstruções, que não estão circunscritas apenas a determinados lugares ou culturas, nem são exclusividades do mundo moderno.

Por conseguinte, trabalhar com esse universo remete a uma série de questões que tendem a aflorar e a alimentar dificuldades, em particular quando o cenário da modernidade apresenta um mundo de não permanência, de incerteza, de movimento, de fragmentação. Assim, diante desse contexto, em vez de tomar por base uma formulação fechada sobre o espaço público, ou simplesmente ignorá-la por não julgá-la mais útil, optou-se por direcionar-se pelo raciocínio de Bauman (1998, p. 160), para quem os conceitos ainda que permaneçam enraizados no solo em que foram criados, desenvolvem pernas e seguem em busca de alimentos mais fartos e variados. Portanto, não se deve desconsiderar o solo e as circunstâncias que lhe permitiram ser, e de onde brotaram, nem que eles se desenvolvem e expandem em uma viagem onde são acompanhados por novos componentes, embora conservem os sinais de nascença. Nessa perspectiva, há também de se

atentar para a possibilidade de que esses pressupostos já não mais expliquem o que está acontecendo, passando dessa forma a representar mais um passivo que um ativo cognitivo. Essa situação, por outro lado, implica na necessidade de investigar se um determinado conceito – o de espaço público - se distanciou muito de seu sentido primeiro, transformou-se em uma norma, cada vez mais nebulosa, ou se teria começado a se mover por conta própria, alcançando, às vezes, territórios distantes de seu lugar de origem.

Nesse contexto, cabe destacar que ao se falar em modernidade se está remetendo à impossibilidade de permanecer fixo, a um novo tipo de experiência de espaço e tempo, tão bem apontada por Berman (1999, p. 15), vivenciada em meio a uma atmosfera de turbulência, compartilhada por homens e mulheres, e que os expõem aos perigos e aventuras das mais variadas mudanças e descobertas.

Portanto, diante dessas questões não há como desconsiderar que aspectos conceituais relacionados a esse horizonte temático, não se limitam apenas à sua identificação com formulações tradicionais, já que o fato de se mostrarem vinculadas à própria conjuntura de onde emergem, e às práticas sociais desenvolvidas na ambiência de um dado contexto histórico, mostram a importância de colocar esse cenário à luz do tempo. De forma que, para superar possíveis dificuldades nesse sentido, talvez seja o caso de se observar em algumas reflexões, e na formulação de estruturas analíticas sobre esse objeto: o espaço público urbano, aspectos teóricos que têm-se mostrado mais presentes nessas investigações, e que podem apontar para a permanência de determinados valores, componentes ou condicionantes a ele relacionados.

A partir dessa perspectiva, é possível vislumbrar um horizonte norteador, a partir do qual tem-se a oportunidade de ampliar o olhar sobre uma série de indagações direcionadas à relação que se estabelece entre o homem e a ambiência urbana. Trata-se, portanto, da possibilidade de trazer para reflexão aspectos urbanos que, embora mantenham elo com o espaço, com o seu uso, remetem o olhar para práticas e comportamentos sociais, que apesar de nem sempre estarem circunscritos à natureza do espaço, possibilitam ampliar o conhecimento sobre o universo social urbano.

Diante desse contexto, exterioriza-se o entendimento de que absorver conceitos de modo automático implica no perigo de se deixar perder de vista um conjunto de condições e circunstâncias que, embora não sendo fixas, passam a

alimentar cursos de ação, as quais produzem conseqüências, nem sempre previsíveis, sobre a vida urbana. Ao admitir esse tipo de possibilidade, tem-se a compreensão de que as ações nem sempre podem ser apreendidas como simples reflexos diretos de circunstâncias históricas, postura que se distancia da perspectiva de que a vida humana se desenvolve em uma espécie de laboratório, em um ambiente imune ao imprevisto, ao novo.

A partir desse olhar, do ponto de vista teórico, podem-se distinguir alguns princípios que ao longo do século XX, se consolidaram, impulsionaram e legitimaram aspectos teóricos que passaram a ser apreendidos como elementos constitutivos de concepções e ideários sobre o espaço público. Primeiramente, é possível destacar a ênfase na ação, na criação de condições que oportunizam ao homem, enquanto agente capaz de se empenhar ativamente em fazer algo, a possibilidade de criar suas próprias perspectivas de sobrevivência. Esta abordagem teórica foi particularmente desenvolvida por Arendt (1989), estando nela presente uma elaborada estrutura argumentativa que se traduz em uma das mais relevantes contribuições analíticas sobre a temática na modernidade.

No que se refere às questões voltadas à moldagem da ordem pública, controle e isolamento social no contexto do cenário citadino, colocadas em foco e desenvolvidas nas análises de Foucault (1977), tem-se a oportunidade de apreender outro olhar sobre a ação de determinados mecanismos sociais que, ao serem introduzidos e exteriorizados na territorialidade urbana, estariam direcionando a organização da realidade social, alimentando uma cultura de dominação, apoiada no exercício da vigilância. Apresenta-se, portanto, como outra perspectiva investigativa que torna visível a participação do espaço, no agir dos indivíduos, no sentido de alcançar a interiorização de comportamentos desejados.

Por outro lado, a tese de erosão e morte do espaço público é uma premissa, ao mesmo tempo histórica, psicológica e social adotada por Sennett (1989, p.20), a qual se tornou um ponto de partida para o pensamento crítico das mudanças decorrentes de uma nova cultura urbana, na sua “exagerada ênfase nas transações psicológicas”. Nessa perspectiva, no decorrer desse processo, passa-se a desenhar comportamentos e a se construir um distanciamento de interesses coletivos que afetam a dinâmica das relações sociais. Portanto, a decadência do homem público como diretriz norteadora de um pensamento crítico, a morte do espaço público como expressões da degradação da cultura expõem, no

entendimento desse autor, condições negativas sobre as quais se tem operado a maior parte da destruição física do domínio público e fragilizado as condições de sociabilidade urbana.

Ainda merecem destaque especial, para a compreensão da cidade na atualidade, as teorias urbanas vinculadas ao racional-funcionalismo, pelo fato de terem uma importância decisiva, quando se trata de compreender os novos rumos delineados para o espaço urbano, a partir da primeira metade do século XX, além de se traduzir nas diretrizes que se fizeram mais presentes nas propostas de transformação da paisagem e do uso do solo urbano nesse período. Com esse foco, não há como desconsiderar o fato de que essas proposições e argumentações, não se limitaram ao espaço físico propriamente dito, visto que propunham estabelecer uma mudança social tendo por base uma sociedade racionalmente organizada. Além do mais, todo um ideário vinculado a essa corrente de pensamento, passou a ser defendido e a representar uma mudança positiva e radical, quanto ao papel a ser desempenhado pelas áreas de uso comum, inseridas no contexto de um universo maquinal.

Dessa forma, o espraiamento desse pensamento, ainda que tenha se refletido de forma diferenciada, em vários tipos de segmentos da territorialidade urbana, põe em destaque não apenas a necessidade do doutrinamento do espaço da cidade e uma concepção nitidamente vinculada ao avanço da tecnologia, como também uma clara exaltação da civilização moderna, de suas possibilidades de realizações e de transformação da sociedade, apoiadas em uma rigorosa concepção técnica, alimentada por uma perspectiva otimista da cultura moderna.

Contudo, apesar de haver uma harmoniosa convivência com as diretrizes econômicas da modernidade, esse tipo de apreensão passou por um processo de confrontação quando começaram a apontar significativas fissuras na rigorosa fronteira construída em torno desse ideário, a partir do momento em que novos princípios foram postos em discussão e em prática, por propostas e projetos urbanísticos inspirados nas teorias pós-modernas⁵. Nessa ambiência, emerge um novo discurso analítico que expõe e incorpora de maneira explícita, e sem maiores amarras, a idéia do espetáculo, da transitoriedade e da efemeridade, diante da

⁵ Embora essa terminologia tenha sido usada nos anos 50 e 60 do século XX, há o entendimento, do qual a autora deste trabalho partilha, de que ela só começou a se espraiar nos anos 70 do século passado, quando discussões sobre a existência de um heterogêneo fenômeno social e cultural passou a ganhar força em diversos segmentos sociais, inclusive nos meios acadêmicos.

perspectiva de um maior domínio cultural do espaço urbano. Ainda é possível identificar nesse contexto, ações que ao se articularem, e atuarem em diferentes campos da esfera social, exteriorizam estratégias voltadas a ocultar distinções sociais, particularmente através da democratização do consumo. Com isso, uma significativa variedade de componentes urbanos, libertos de maiores vinculações com a cidade, passou a ser promovida e incorporada à vida cotidiana, alimentada pelo discurso da pluralidade, da não exclusão e do acolhimento às contingências e às diferenças (VENTURI, 1999).

Em certa medida, os pressupostos acima mencionados adquirem a dimensão de uma grande síntese que, embora em alguns momentos dialoguem entre si e se articulem de formas diferenciadas ao longo da história, apresentam questões específicas que são parte de seu processo formador, guardando, portanto peculiaridades que passam a marcar as suas especificidades. Assim sendo, mostra-se pertinente examiná-los, e à luz do contexto atual, observar se esses princípios subsistem à distância histórica em que foram gerados, e indagar se já não se afastaram do tempo presente, diante dessa nova ordem, motivo pelo qual cabe um maior aprofundamento nesses ideários.

2.1 COLOCANDO EM CENA OS IDEAIS CLÁSSICOS

Apesar de haver transcorrido mais de meio século das análises de Arendt (1989) direcionadas à esfera pública e à esfera privada, trata-se de um trabalho que continua a merecer uma atenção especial, e a representar um diferencial que se distancia de elaborações teóricas que se propõem a retomar fronteiras conceituais, como ponto de partida para a compreensão de fenômenos que emergem no mundo moderno. Diante dessa perspectiva, para além da temporalidade e períodos históricos distintos, é interessante observar como a referida autora recupera a relação valorativa do espaço público urbano, enquanto territorialidade, abordando questões que, não raro, têm sido colocadas distantes dessa temática, tais como: a liberdade, o conformismo comportamental e o exercício da vida em comum

É, pois, justamente o investimento de Arendt (1989) nessa perspectiva, que torna possível alimentar questionamentos sobre o seu retorno à Grécia antiga, em especial quando, de um lado, fica claro o seu reconhecimento quanto à profunda conexão existente entre o público e o privado, e de outro, o fato de que nesse

passado, as fronteiras construídas em torno dessas categorias eram erguidas em bases fortes, na intenção de estabelecer uma barreira entre ambas. Entretanto, o que a princípio poderia parecer contraditório, ganha outro olhar quando a própria autora reconhece e esclarece que esse retorno mostra-se fundamental diante de uma nova contextualização que, ao alterar essa antiga divisão também “alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, a ponto de torná-los quase irreconhecíveis” (ARENDR, 1989, p. 47).

Há, portanto o entendimento dessa autora, de que quando se limita uma análise direcionada a essas questões, apenas ao tempo presente, esse tipo de iniciativa implica em deixar para trás componentes e princípios que propiciam uma maior amplitude reflexiva com relação a essa temática. Até mesmo porque, ressalta: “é na raiz da consciência grega que encontramos uma clareza e uma eloqüência sem-par na definição dessa diferença” (ARENDR, p. 46). Portanto, a seu ver, quando se deixa a perder de vista esses referenciais, esse horizonte histórico, a tendência é a de também deixar de considerar aspectos inerentes ao conhecimento do que se poderia chamar de conteúdo necessário à existência de um mundo em comum.

Diante dessa perspectiva, é possível observar que se está diante de uma abordagem que confere à territorialidade um interesse, não apenas formal, mas também como fator de condicionamento e transformação humana, visão essa que de certa maneira também é compartilhada por Sennett (1989) e Habermas (1984, 1990). De forma que, o retorno da referida autora à Grécia antiga, ao contrário do que a princípio poder-se-ia supor, não se coloca como uma tentativa de reerguer fronteiras, ou até mesmo um resgate nostálgico do passado, na perspectiva da permanência de uma determinada maneira de sentir e compreender o mundo, diante de um horizonte histórico que a inquieta e atemoriza. Isso porque, a sua análise não se limita aos novos padrões de comportamento, “a conduta uniforme, e a igualdade baseada no conformismo”, aspectos esses alimentados, no seu entendimento, pelos domínios culturais da modernidade, que se exteriorizam particularmente na não ação, e no fato de a intimidade ter passado a se constituir a única preocupação comum que sobreviveu:

Hoje não apenas não concordaríamos com os gregos que uma vida vivida na privatividade do que é próprio ao indivíduo (*idion*), à parte do mundo comum, é idiota por definição, mas tampouco concordaríamos com os romanos, para os quais a privatividade

oferecia um refúgio apenas temporário contra os negócios da *res publica* (ARENDT, 1989, p. 47).

Esse destaque é importante, porque a partir desse tipo de direcionamento é possível observar que ao se reportar a períodos históricos distintos: onde em uma perspectiva a diferença entre as instâncias pública e privada é nítida, e de outro modo, onde a fronteira entre essas esferas é diluída, com a conseqüente submersão de ambas, na denominada “esfera social” Arendt (1989, p 56) põe em evidência a própria modernidade, na sua renovada busca de reformulação, e nos perigos que, na sua análise, rondam as novas formas de existência humana. Nesse contexto, cabe salientar que a esfera social é apresentada por essa filósofa como uma esfera híbrida, na qual os interesses públicos e privados assumem, sem maiores distinções, uma importância pública.

Assim sendo, há o entendimento de que, diante do dinamismo e das transformações do mundo moderno, quando antigos referenciais e vestígios são apagados, conseqüentemente a própria espacialidade também passa a ser questionada na sua artificialidade, exteriorizando-se sinais de pouca relevância com os espaços, onde seja possível estar inteiramente em público, e até mesmo com o espaço privado “só nosso que deve permanecer oculto, a fim de não perder a sua profundidade” Arendt (1989, p. 81).

De acordo com essa perspectiva, quando ocorre a privação de relações objetivas com os outros, por intermédio de diferentes fenômenos, o homem é privado, entre outras coisas, do sentido de realidade, como também de sua interação com o mundo comum de coisas, e com o seu lugar na esfera privada, de onde acredita estar resguardado contra o mundo (ARENDT, 1989). Mas, não se trata apenas disso, ressalta a referida autora. Afinal, quando o espaço público oportuniza ao ser humano ser posto em contato com a pluralidade da vida, de colocar-se em aberto para criação de novos elos, confrontos de expectativas e hábitos, reveste-se de uma importância decisiva, não só para o reconhecimento da realidade, tal como ela se apresenta, como também do indivíduo, enquanto individualidade e ser social. Mais ainda, nessas circunstâncias, enfatiza, o homem pode observar o seu entorno para além de suas próprias necessidades e carências.

Em virtude de propiciar o estabelecimento desse tipo de relações, segundo essa autora, destacar esses aspectos mostra-se fundamental, uma vez que, nem a esfera social, na sua ênfase ao progresso da humanidade, nem o banimento do

discurso para a esfera do íntimo e do privado, não apaga o “o fato de que nenhuma atividade pode tornar-se excelente se o mundo não proporciona espaço para o seu exercício” (ARENDDT, p. 99). Nessa perspectiva, a visibilidade propiciada pela territorialidade emerge como elemento chave no processo constitutivo da realidade, uma vez que: “a presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDDT, p. 60). Portanto, sublinha essa autora, é a atividade realizada em público que propiciará atingir uma excelência jamais igualada na intimidade, pois “para a excelência, por definição, há sempre a necessidade da presença de outros” (ARENDDT, p. 58).

Deste ponto de vista, o significado do espaço público, proposto para reflexão, passa necessariamente pelo ser visto e ouvido por outros que, por sua vez se distancia do contexto da “hiper-realidade” do tempo presente – em que o real e o virtual não são mais separáveis – situação apontada com inquietação por Bauman (1999, p. 97), quando coloca em foco o universo virtual, levado a cabo pelo uso nas novas tecnologias. Ou seja, quando essa autora se reporta “ao ser visto e ouvido”, está se referindo ao contato primário que se estabelece entre as pessoas, à relação que ocorre sem a intermediação do uso da tecnologia, sem o qual, a seu ver, o exercício e a vivência da pluralidade da vida ficam comprometidos.

Assim sendo, é preciso estar atento, alerta Arendt (1889), para as circunstâncias que tendem a alimentar a não-ação, o isolamento, para as situações que fragilizam a ação, nas suas mais diversas possibilidades de manifestação, pois é através dela que se abre a possibilidade de o homem vivenciar sua condição humana⁶. Até mesmo pelo fato, salienta, de que é impossível exercê-la quando os homens ficam prisioneiros da privacidade, da subjetividade de sua existência e da pluralidade da vida. Por isso, adverte para a importância de se ter uma atenção redobrada com tudo aquilo que entra em contato direto com o homem, ou entre em duradoura relação com ele, pois são essas condições que passam a se presentificar no desenvolvimento do pensamento, na construção e estabelecimento de conexões com um campo social mais amplo, que alimentam as iniciativas que levam à condução da vida.

⁶ “A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem: o trabalho, o labor e a ação. Isso porque, as coisas produzidas pela atividade humana adentram o mundo humano, condicionando-o a despeito de sua vontade, tornando-se igualmente parte da condição humana” (ARENDDT, 1989. p, 17).

Com essa compreensão, a autora supracitada, apresenta uma diretriz reflexiva que passa a dar ênfase a alguns fatores que, tomados em seu conjunto, levam a reconhecer elementos que na sua concepção fazem parte da constituição e razão de ser do espaço público. Em primeiro lugar vem a questão da visibilidade. Ou seja, a presença do outro que eu vejo e nos vê, leva ao reconhecimento da existência e da singularidade do indivíduo. Portanto, não é o ato de pensar em si mesmo que proporciona esse reconhecimento. A referida filósofa vai mais além, ao apontar que é na relação que se estabelece entre o pensamento e o universo plural que emerge com a exterioridade da territorialidade em comum, que se apresentam as condições básicas para o surgimento de laços sociais mais consistentes, o respeito às diferenças, como também o solo propício para o uso da palavra, do discurso e da ação política.

De acordo com essa perspectiva, sublinhar esses aspectos mostra-se fundamental, visto que são intrínsecos a toda uma simbologia e significação que alimentaram a construção de um ideário de espaço público que chegou até a modernidade. Até mesmo porque, não são raros os equívocos cometidos em decorrência do não reconhecimento do fato de que no mundo moderno, a esfera pública e a esfera privada recaem uma sobre a outra “como ondas no perene fluir do próprio processo da vida” (ARENDDT, 1989, p. 44).

Ao salientar a importância de não se deixar a perder de vista esses elos, essa pesquisadora tenta trazer à tona as possíveis consequências adversas, passíveis de serem exteriorizadas no cenário da modernidade, tais como a possibilidade de que o homem moderno, ao se inserir em todo um emaranhado de situações distintas acabe, no recolhimento de uma atitude *blasé*, tão bem observado por Simmel (1967), por se tornar prisioneiro da subjetividade de sua própria existência. Essa situação, no entendimento dela, acaba por alimentar e sustentar comportamentos passíveis de exteriorizar uma das facetas da denominada sociedade de massa: o conformismo e o distanciamento das preocupações mais amplas para com o mundo.

Portanto, ao dar à territorialidade comum e à exterioridade uma dimensão política, de reconhecimento, delineando-se a concepção de um espaço potencialmente virtuoso, não parece que a autora citada esteja deixando de direcionar um olhar valorativo para a intimidade, conforme se apontou anteriormente. Ao contrário, percebe-se uma tentativa obstinada de fazer ver que, embora

convivam, se entrelacem e dialoguem, ambas as esferas - pública e privada - têm especificidades que precisam ser reconhecidas, pois se constituem no ponto de apoio necessário diante de um contexto histórico que abre espaço para uma existência incerta - desprivatizada, desindividualizada, obscura e empobrecida politicamente – distante, portanto de uma dimensão social, sem a qual tendências destruidoras podem se estender a todos os territórios da vida humana, até mesmo aos espaços mais particulares da intimidade (ARENDDT, 1989).

2.2 OLHAR DA INTIMIDADE NO ESPAÇO DE CONTROLE

O crescimento de uma projeção intimista da vida social, trazida à tona com o cenário da modernidade, fez com que as pessoas, na sua excessiva atenção para consigo mesmas, passassem a ter dificuldades não apenas com relação ao reconhecimento das suas singularidades, como também olhar a ambiência social sem considerá-la uma extensão da sua própria subjetividade. Essa diretriz investigativa apontada por Sennett (1989) representa um aspecto central dentro da sua estrutura analítica, no sentido de possibilitar colocar para reflexão o que vai identificar como “declínio do homem público”. Assim, na medida em que reconhece essa dinâmica interna como o principal indício do desenvolvimento de novos valores, a partir dos quais a vida social na modernidade passa a ser vivenciada, esse autor vai identificar ainda na expansão do sentido de “público”, uma situação que fomentará diferentes questões. Com isso, no seu entendimento, são criadas perspectivas diferenciadas e armadilhas, que acabam por alimentar certa desatenção com a vinculação existente entre espaço público e relações sociais, a partir da crença de que elas são incapazes de propiciar as recompensas psicológicas esperadas.

Todo esse quadro, nesse modo de ver, acaba por alimentar comportamentos e atitudes, que resultam em certa confusão e uma mudança, no que se refere ao estímulo das pessoas em atuarem socialmente, e ao fato de se sentirem inclinadas a focarem suas vidas na privacidade e a tratá-la como um assunto público. Dessa forma, embora os novos significados da vida pública não se restrinjam ao século XIX, Sennett (1989, p. 39) chama a atenção para o fato de que já nesse período:

A experiência adquirida na companhia de estranhos começa a parecer uma questão de necessidade urgente na formação da personalidade de uma pessoa. As forças pessoais poderiam não se desenvolver se a pessoa não se expusesse a estranhos – poder-se-ia ser demasiado inexperiente, demasiado ingênuo para sobreviver. Nos manuais de educação dos filhos e nos manuais para os jovens dos anos 1870 ou 1880, encontram-se reiteradamente os temas contraditórios da evitação dos perigos mundanos na companhia de estranhos, e a ordem de se aprender tão completamente os perigos do mundo, que a pessoa se tornaria suficientemente forte para reconhecer essas tentações ocultas.

De acordo com essa perspectiva, as pessoas passaram a estabelecer outro tipo de relação com o espaço público, que se distancia, por exemplo, da leitura valorativa que Arendt (1989) faz desse mesmo território, ao ver e ser visto e a convivência com as diferenças, propiciadas por esse território, quando esse deixa de representar a possibilidade de reconhecimento e formação de laços sociais. Esse contexto, apontado por Sennett (1989), coloca em foco a idéia de que para escapar dos temores da sociedade moderna, o refúgio na privacidade mostrava-se insuficiente para que pudessem sobreviver ao novo mundo advindo com a modernidade. Por isso, tornava-se necessário outro tipo de vivência e experiência adquiridas em público, junto a estranhos, em um nível mais amplo, de maneira a possibilitar a formação de uma personalidade capaz de enfrentar os riscos e aventuras da modernidade.

Esse estado de ânimo subjetivo sublinha Simmel (1967, p.16) é o fiel reflexo das mudanças violentas que emergem com a intensificação da vida moderna nos centros urbanos, na medida em que arrastam inevitavelmente o indivíduo a reagir, buscando uma autopreservação. Esse tipo de atitude, destaca ainda o referido autor, passa a se refletir, por exemplo, nas reações de estranhamento e desconfiança para com o outro, mais freqüentemente do que se observa.

O domínio público adquire, portanto outra perspectiva que, vinculada a um sentimento desvalorativo, permite que o silêncio e a observação passem a ocupar o lugar do discurso e da ação. Assim sendo, todo esse quadro contribui para que os espaços urbanos de uso comum tornem-se “um meio para uma rede de novos significados, um teatro de operações para o eu” (BERMAN, 1999, p. 215). Ao referenciar essas perspectivas, tanto Sennett (1989), como Simmel (1967), e Berman (1999) põem em destaque a ambiência existente nos séculos XVIII e XIX, justamente para mostrar que em nome e em defesa de uma nova vida, a reserva e a

precaução passaram a sobrepor outros aspectos constitutivos dessa parte da mesma territorialidade urbana, o que teria alimentado no homem moderno uma postura de retraimento e recolhimento, que se configura em certo distanciamento com as contradições e possibilidades da vida moderna.

Portanto, na medida em que tal situação vai emergindo, com intensidade cada vez maior, certo olhar *voyeur*, passa a exteriorizar uma postura, onde estar do lado de fora expressa uma espécie de autoexclusão, o que leva ao desenho e a um novo ritmo para a vida social e política da cidade. Talvez, esses aspectos sejam suficientes, segundo Sennett (1989), para apontar elementos corrosivos da vida em sociedade, que acabam por conduzir a um desgaste nas relações sociais na vida de uma pessoa. Ou seja, delineia-se toda uma conjuntura que ao compor novos signos, passa a promover o afastamento do homem da rua, justamente quando esse espaço deixa de ser identificado como um território capaz de contribuir positivamente na formação de uma nova dimensão humana e fortalecimento das potencialidades sociais.

Se para Berman (1999), a configuração desse quadro, no século XX, põe em evidência novas contradições do modernismo, na busca pela construção de novas experiências e expectativas positivas direcionadas a esse cenário, para Foucault essa contextualização deve ser apreendida, não como uma contradição de um projeto de modernização, mas como resultado do desenvolvimento e aperfeiçoamento de velhos procedimentos, que utilizam a espacialidade como um dos mecanismos de controle sobre a vida do indivíduo, porque na perspectiva dele, novos instrumentos - “uma espécie de laboratório do poder” – vão sendo recolocados em cena, com o objetivo de direcionar comportamentos desejados. Com isso, sublinha, o Estado vai modernizando suas formas de intervir com uma profundidade cada vez maior na vida do indivíduo:

Somos bem menos gregos do que pensamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens (FOUCAULT, 1977, p. 179).

Nesse contexto, interessa particularmente apontar, e propor para reflexão as novas funções que a cidade – “essa espécie de laboratório artificial”, que se reconstrói e remodela - passa a desempenhar no entendimento do referido autor.

Isso porque, a questão da visibilidade trabalhada por Foucault (1977), por exemplo, se coloca em direção oposta à análise de Arendt (1989), especialmente quando, a seu ver, as novas concepções voltadas à exposição do espaço urbano passam a ser ponderadas a partir da perspectiva do controle, que esse território possibilita ao tornar visíveis os que nele se encontram.

Nessa perspectiva, a compreensão de certa impossibilidade de o homem poder fugir das amarras do seu tempo, uma espécie de rua sem saída, levou Foucault (1979) a aderir ao que pode ser apreendido como uma visão fatalista, e pessimista, dos espaços citadinos na modernidade.

Portanto, a maneira com que a territorialidade é colocada em foco por esses autores, instiga outra questão, ou seja, a de que a cidade também tem um caráter dual, porque, se de um lado ela é capaz de ajudar a agir, a afirmar e a conceber-se como um sujeito ativo, por outro pode fazer canalizar as energias do homem citadino para suplantar ou mascarar conflitos, na medida em que as pessoas, ao se verem em meio à abundância e desconcertantes situações, passam a ser atraídas pela ambiência urbana, só que na busca pela constituição da própria personalidade, alimentando dessa forma, o surgimento do “homem genérico”, segundo Hehl (2004), ou o “indivíduo médio”, no dizer de Augé (1994).

Berman (1999, p. 268), por sua vez, procura evidenciar que o caráter ambíguo da cidade moderna, já é evidenciado no século XIX, em diferentes centros urbanos. Como exemplo, cita a cidade de São Petersburgo, reconhecida como um dos marcos do século XIX, no que se refere a um modelo de modernização imposta:

Presos na armadilha da servidão a tirânicos superiores ou a rotinas embotadoras, voltando de suas fábricas ou de seus escritórios para quartos exíguos, escuros, frios solitários, eles parecem encarnar tudo o que o século XIX tinha a dizer sobre alienação da natureza, de outros homens e de si mesmos. E mesmo assim, nos momentos decisivos, emergem de seus vários esconderijos subterrâneos para afirmar seu direito à cidade. Vêm-se incessantemente atormentados e paralisados pela riqueza e complexidade de suas vidas íntimas e ainda assim, para surpresa geral, principalmente a sua própria, são capazes de ir às ruas e às avenidas para atuar num mundo político.

As contradições dessa ambiência, na análise desse autor, permitem perceber que, embora mergulhados em “abismos de niilismo e desilusão”, de algum modo, o homem moderno tem mostrado forças para empurrar a si próprio para fora

das armadilhas profundas da modernidade, “a fim de ver com luminosa clareza o que é real, o que é saudável, o que é certo resistir ao oficial, enfim lutar pelo direito à cidade, enfrentar o Estado” (BERMAN, 199, p. 268).

Diante desse quadro de contraditória vitalidade, apontada por esse pesquisador, apesar das adversidades do século XIX, inclusive das sérias questões urbanas que passaram a emergir em meio a um dinâmico processo de modernização - “do qual ninguém pode escapar” - o homem cidadão também teria passado a alimentar a mesma postura de desinteresse que, a seu ver, marcou, por exemplo, os anos 70 do século anterior. Isso porque, no lugar de as pessoas adotarem uma postura de autoafirmação e de confronto, diante dos poderes que a todos controlam, a “agirem como homens e cidadãos”, passaram a estabelecer relações que se distanciavam de “iniciativas voltadas à construção de um modelo mais verdadeiro para a vida moderna” (BERMAN, 1999, p. 269).

Essa situação, no entendimento de Berman (1999, p. 32) aponta para o que denomina de “eclipse” de relevantes questões que permeiam a cidade moderna, as quais por volta de 1970 terminaram por levar à “destruição de uma forma vital de espaço público”. Essa destruição, na sua análise, ocorreu na medida em que a modernidade foi pulverizada em uma série de componentes isolados, e teria levado à configuração de um mundo composto de interesses privados, onde as pessoas “vivendo em mônadas sem janelas”, acabaram por viver “ainda mais isolados do que precisamos ser”.

Nesse contexto, é possível perceber uma aproximação de Berman (1999) e Sennett (1989) da concepção de espaço público de Arendt (1989), em especial, devido ao fato de partilharem da mesma apreensão com relação aos rumos que o individualismo pode tomar sob o desenvolvimento das forças produtivas do mundo moderno. Com relação a esse aspecto, Berman (1999, p.124), chama ainda a atenção para o que denomina de “falso domínio público”, constituído por atividades privadas, que levadas a público “não se fixam em qualquer objeto que perdure além do esforço depreendido”.

Diante dessas considerações, para que seja possível relacionar as contradições dos modernismos dos anos 70 do século XX, apontadas por Berman (1999), com as transformações que passaram a impulsionar os novos ideários os quais subsidiaram novas concepções de cidade, de espaço público aberto que chegaram ao século XXI, parece fundamental, no contexto desse trabalho, examinar

os princípios norteadores que alimentaram as teorias urbanísticas do racional-funcionalismo e do pós-modernismo.

2.3 QUANDO O MODERNO TAMBÉM ERA UMA CAUSA: O ESPAÇO PÚBLICO NO CONTEXTO DO RACIONAL-FUNCIONALISMO

Ainda que a teoria do racional-funcionalismo continue a ser interpretada por alguns autores como parte dos mecanismos empobrecedores do sistema capitalista, em especial pela sua concepção de “homem-tipo”, o discurso voltado para as “necessidades humanas universais”, e coloque a razão a serviço da eficácia e da estética, não há como deixar de reconhecer que ela se transformou em uma das mais fortes, e marcantes, influências para a construção de uma nova concepção de cidade e de vida urbana. Portanto, o interesse nas idéias de Le Corbusier⁷, e de outros teóricos que compuseram o núcleo irradiador dos ideários desse movimento, traduz a intenção deste trabalho em abordar essa dimensão renovadora, enfatizada em discursos e escritos, no sentido de apreender os elementos que poderiam ser observados como definidores para a construção de uma determinada concepção de espaço público aberto na cidade de Natal.

Nessa perspectiva, não caberia limitar essa abordagem, por exemplo, à aversão desse autor à rua tradicional - “instrumento de desordem e barbárie” – a sua preferência em substituir a terminologia: rua - por “circulação”, ou ao seu aparente deslumbramento diante da evolução da tecnologia moderna. Ou seja, esses aspectos mostram-se insuficientes para apontar o alcance do projeto social que, vinculado a esse ideário, tinha na arquitetura e no espaço urbano, elementos chaves para a sua implantação e consolidação. No entendimento desse autor, uma postura de ruptura diante de costumes seculares que se exteriorizavam na ordem então vigente, precisava encontrar ecos em uma nova doutrina urbana, capaz de neutralizar as “forças anárquicas e explosivas” que se espalhavam por toda parte:

Chegamos a um beco sem saída, os mecanismos sociais e morais estão desorganizados. Temo a sede de Montaigne ou de Rousseau, que se dispõem a viajar e questionar “o homem nu”. A reforma que se precisa realizar é profunda e reina a hipocrisia: amor, casamento,

⁷ Além de ser reconhecido como o mentor teórico e principal divulgador dos ideários do racional-funcionalismo, Le Corbusier ainda é considerado um dos arquitetos e urbanistas mais importantes do século XX.

sociedade, morte. Somos inteira e totalmente falsificados, somos falsos (LE CORBUSIER, 2004, p. 25).

Para o referido autor, colocar em foco as questões e propostas direcionadas às transformações urbanas, em uma perspectiva abrangente, apresentava-se tão grave e urgente que não bastava apenas atentar, e atender às necessidades universais de sobrevivência do homem, uma vez que essas podiam ser identificadas a partir da figura do homem-tipo. Mostrava-se também fundamental, que a cidade contemporânea fosse governada por uma ordem rigorosa. Com isso, se por um lado Le Corbusier (2004) fazia a defesa de um urbanismo regenerador, capaz de propiciar as condições necessárias para o desenvolvimento da “sociedade da máquina”, por outro parece enfrentar com ambiguidade a questão que tanto o inquietava: a situação do homem profundamente modificado pelo artificialismo dos séculos de civilização, inserido em um meio trepidante e às vezes alucinante, e a necessidade de dar respostas adequadas aos problemas propostos por um mundo decidido e definitivamente técnico (LE CORBUSIER, 1997). Isso porque, ao mesmo tempo em que fala da importância de voltarmos aos princípios verdadeiros que possam resgatar o homem em sua “essência permanente”, fala que o mundo maquinista fomenta um novo estado de consciência, pois “abriu-se à renovação” (LE CORBUSIER, 1997, p.47)

Emerge, portanto, uma nova perspectiva e concepção de espaço público, que deveria moldar-se ao modelo doutrinário proposto para uma cidade global, capaz de atender ao desafio de conciliar as exigências do progresso técnico ao interesse humano pela autonomia e sobrevivência. Essa proposta, na análise de autores, como Bauman (1999) e Berman (1999), por si só, já aponta para o conflito com que os seus idealizadores colocavam-se frente à difícil realidade, que acelerava as conseqüências adversas desse mesmo universo maquinal na vida cidadina, traduzidas, inclusive, por estratégias sociais de caráter manipulativo e empobrecedor.

Nesse sentido, pode-se destacar, por exemplo, a quebra de fronteiras que passa a ser proposta por esse modelo, no que diz respeito à relação entre a arquitetura e o espaço urbano. Ou seja, a idéia que passou a se espriar e a ganhar adeptos fervorosos propunha abrir o espaço interior para o exterior, de forma a que as pessoas, na sua privacidade, pudessem ver e serem vistas, sem precisar sair do

espaço da sua intimidade: a casa. O recurso que, ao ser generosamente utilizado, viabilizaria essa possibilidade seria o vidro que, além do mais estabeleceria uma relação mais próxima entre o homem urbano e a natureza projetada das novas áreas verdes e parques.

Portanto, nessa perspectiva, sair de casa para ter acesso a esses espaços não se tornava uma condição necessária, uma vez que tudo podia ser observado dos amplos painéis de vidro das residências. Passa-se, dessa forma, a se configurar novas diretrizes para o desenho dos novos espaços públicos abertos: abrir a possibilidade para que pudessem ser mais observados que vivenciados. Caso contrário, o excesso de pessoas nas ruas poderia desembocar na “desordem urbana”, que tanto preocupava Le Corbusier (2004). Mas, não se trata apenas disso. Afinal para esse urbanista a questão da higiene e a necessidade do homem urbano se desligar do passado, apresentavam-se como questões fundamentais para uma nova vida urbana, por essa razão, alerta:

Instalou-se sob nossas barbas, sorratamente, clandestinamente, uma civilização maquinista, mas sem que a distingamos com clareza. Ela nos jogou e nos mantém em uma existência hoje discutível. Surgem sintomas de transtorno na saúde dos indivíduos, transformações econômicas, sociais, religiosas etc. Começou uma civilização maquinista. Alguns não a percebem, outros a ela se submetem (LE CORBUSIER, 2004, p. 7).

Como pode-se perceber volta a entrar em cena, não apenas a questão da higienização dos espaços urbanos, traduzida por Foucault (1986) como parte de um articulado mecanismo de controle da sociedade moderna - travestido no discurso de cuidado para com o corpo – e em Le Corbusier (2004) na quase obsessão direcionada não apenas às ruas, mas também às áreas verdes e ao sol.

Ainda que se aproxime de algumas das análises de Foucault (1977), ao mesmo tempo Le Corbusier (2004) se distancia de Arendt (1989) e Sennett (1989), particularmente no enfoque com que esses autores analisam a vida pública: ao ver e ser visto, e a importância dessa relação, enquanto impulso necessário para o homem urbano desenvolver sua própria condição humana, que não se separa da sua relação primária de proximidade com o outro. Entretanto, apesar das diretrizes diferenciadas com que abraçam a temática, todos esses autores voltam a estabelecer elos de proximidade, em particular, quando delineiam um ideário de sociedade.

Devido a esse fato, embora as proposições de Le Corbusier (2004), na visibilidade com que se apresentam, continuem sendo vinculadas a modelos e diretrizes arquitetônicas e urbanísticas, não há como negar que, para além desse fato, tem-se nas suas argumentações o desenho e o desejo, não apenas de inserir o homem urbano no contexto de um mundo maquinal, mas fazer com que esse indivíduo também passe a se ver como mais uma engrenagem desse mesmo processo. Esse discernimento, no entendimento desse autor, torna-se não apenas fundamental, como também o caminho possível a ser trilhado por esse indivíduo, no sentido de vivenciar uma vida melhor, mais saudável.

Em virtude de uma percepção peculiar de cidade e sociedade, o modelo racional-funcionalista - abraçado e defendido exaustivamente por esse urbanista - em várias partes do mundo, inclusive no Brasil⁸, tem sido avaliado mais como a defesa de uma causa, do que propriamente de uma forma de cidade, de um estilo de arquitetura. Para analistas, como Koop (1990), na base desse ideário⁹ se tem não apenas uma determinada concepção de “arte-organização da vida”, mas também a projeção de uma sociedade que ainda não existe.

2.4 UM RETORNO À TRADIÇÃO OU CONTRA OS LIMITES DO MODERNISMO?

“A desordem é a ordem que não conseguimos ver”. Ao exteriorizar esse tipo de entendimento, diante do cenário urbano “pós-1960”, Venturi¹⁰ (2003, p.65), abriu mais uma apaixonada frente de debates direcionados à cidade na modernidade, particularmente no que se refere ao que estava sendo apontado como as “contradições” da nova ambiência urbana. Ao se posicionar em uma espécie de contramão do que, na ocasião estava sendo veiculado nas discussões sobre essa temática, o referido arquiteto tentava instigar as pessoas a não se colocarem em posição de confronto com o novo cenário citadino, e a buscar aprender e a conviver sem maiores conflitos com a paisagem urbana existente. Ou seja, procurava estimular “o hábito perdido” de olhar para o ambiente da cidade sem emitir

⁸ Santos, Cecília Rodrigues dos: Le Corbusier e o Brasil

⁹ Padronização; ordem funcional; necessidade de uma eficácia econômica máxima, no trato das questões urbanas; substituição do belo pelo útil; cidades projetadas com o apoio de técnicas modernas rigorosas; esquecer todo código de habitação em vigor, todos os hábitos ou tradições, e “estudar, com sangue frio, as novas condições sob as quais transcorre nossa existência” (LE CORBUSIER, 2004, p. 110)

¹⁰ Robert Venturi é considerado o principal teórico dos ideários da arquitetura e do urbanismo, denominados pós-modernos.

juízo. A seu ver, a aparente “desordem”, na verdade deveria ser observada como uma nova possibilidade para a vida humana nas áreas urbanas. Portanto, esse cenário não deveria ser julgado de forma negativa, e sim como parte dos novos desenvolvimentos urbanos.

Com esse tipo de postura, o referido autor passou a dar forma e a abrir novos questionamentos, direcionados às teorias urbanas até então em vigor, em especial às ideias defendidas pelos adeptos do racional-funcionalismo, justamente nos aspectos que haviam se tornado suas maiores referências, como por exemplo: a ideia de homem-tipo, a padronização e o discurso em defesa de rompimento dos elos com o passado, o que pode ser traduzido como certa intolerância para tudo aquilo que se confrontasse com as proposições desse modelo. Dessa forma, desenhava-se outra perspectiva de cidade, que já não se alimentava de um determinado ideário, rejeitando, portanto, qualquer proposição que passasse a defender algo nesse sentido. Os simpatizantes desse movimento provocavam os estudiosos da vida urbana, a assumirem um ponto de vista positivo e uma atitude tolerante diante da nova cidade moderna, uma vez que os críticos dessa nova ambiência não estavam conseguindo perceber que a nova ordem da paisagem não é óbvia (VENTURI, 2003).

Argumentava, ainda, que essas críticas focalizavam e questionavam os novos valores e os “problemas” urbanos com uma “moralidade medieval”, dificultando que fossem apreendidas as possibilidades e oportunidades, com as quais a vida moderna se apresentava. Ao mesmo tempo os teóricos desse movimento, colocavam-se em posição oposta ao compromisso que os modernistas assumiam diante dos valores estéticos e do desenvolvimento social.

A partir da defesa desses argumentos, os simpatizantes da denominada “cidade-espetáculo” ou “cidade-simulacro”, salientavam que as mudanças que estavam ocorrendo no cenário mundial, ao contrário do que apontavam seus críticos, favoreciam profundas mudanças, inclusive no âmbito da consciência, a qual precisava se ajustar a uma nova compreensão do mundo contemporâneo.

Dessa forma, ao se dizerem contrários à “tirania” dos modernistas (VENTURI, 1999), os pós-modernistas, recolocaram em cena, a questão da tradição e da memória, que passavam agora a se desterritorializar e a se esvanecer enquanto figura central na definição da memória coletiva. Nessa perspectiva, antigos símbolos e lugares, como os espaços públicos passam a ser redefinidos ou

requalificados, como, por exemplo, em defesa da expansão dos *shoppings centers*, que nas décadas de 70 e 80, incorporaram muitas das características e idéias defendidas pelos urbanistas da pós-modernidade: ambientes simulados, o uso da ilusão, capazes de fazer o público ser levado a vivenciar uma multiplicidade de ambientes culturais, estimulando o distanciamento, o sentido de ausência de mediações, além realimentar a idéia da cidade como centro de consumo

Por outro lado, apesar de certa distância que separa o olhar de Venturi (1999, 2003) das ideias Corbusianas, em muitos aspectos esses teóricos se aproximavam. Por exemplo, no que se refere à necessidade de o homem moderno abraçar as novas condições, e possibilidades, que a técnica poderia propiciar à vida humana. Estudiosos, como Ortiz (1992), por exemplo, analisam a reação pós-moderna aos ideais do racional-funcionalismo, mais como um ajuste necessário aos novos tempos, do que propriamente uma ruptura. Isso porque, a defesa dos teóricos da pós-modernidade, no que se refere à importância de manter e até mesmo aprofundar os elos com os avanços tecnológicos, tem contribuído para que esse ideário continue a ser apreendido, mais como fruto de uma terceira etapa do capitalismo, pela flexibilidade com que vem se “encaixando” nas novas diretrizes traçadas pelo Capital, do que propriamente como uma ruptura dos ideais urbanos do racional-funcionalismo.

De certa forma, devido às peculiaridades com as quais se volta para a cidade moderna, os ideários defendidos por simpatizantes desse movimento têm sido avaliados como um grande abraço. Não apenas devido à sua flexibilidade em acomodar diferentes discursos, perspectivas e diretrizes, mas principalmente pela articulação plural e pelos diálogos que consegue estabelecer dentro desse mesmo campo teórico.

Nesse contexto, ao recolocar em cena, e para reflexão, algumas das principais construções teóricas da modernidade direcionadas à cidade e ao espaço público, não há como deixar de considerar, mais uma vez, o que assinala Bauman (1999), quando procura fazer ver que, diante de uma temática com elos e conexões plurais, os quais se renovam e se revigoram, opções conceituas, escolhas e vereditos, podem levar a que se passe a olhar a vida urbana, a partir de uma ótica inquisitiva. Com isso, ressalta ainda o referido autor, de alguma forma, se deixa de olhar ao redor, de não se sentir encorajado a parar e discutir alguma coisa para além do objeto em exposição.

Nessa perspectiva, exterioriza-se o entendimento de que, embora algumas das concepções teóricas apresentadas tenham sido elaboradas em uma contextualização histórica que se distancia do tempo presente, elas permanecem atuais, enquanto fonte de referência que continuam a dar suporte à construção de todo um pensamento e concepções sobre o espaço público na atualidade.

Diante desse horizonte teórico, apesar dos olhares plurais que o delineiam, para os propósitos deste trabalho ele mostra-se relevante na medida em que permitem aliar, na sua diversidade, a historicidade com o uso e vivência dos espaços, sem colocar à margem, ou nos bastidores a experiência individual como um aspecto fundamental a ser observado, quando se trata de ampliar o horizonte de compreensão sobre a cidade na modernidade. Ou seja, assim como um retorno ao passado se apresenta como uma forma possível, entre muitas outras, de encontrar elos capazes de contribuir para lançar luzes sobre a percepção e uso dos espaços urbanos na atualidade, essa mesma atmosfera, permite que se estabeleçam elos do habitante da cidade com os acontecimentos humanos que desenham costumes e formas de vida.

Por esta razão, adotar agora no final dessa incursão, um conceito fechado, seria não reconhecer que a composição desse objeto é plural, e que nela novas combinações se unem, pondo em evidência o próprio movimento da vida, que não se separa das suas raízes primeiras. Portanto, deixar de ter esse reconhecimento, seria como que despojá-lo do solo em que se funda, bem como não considerar que na sua trajetória ele foi agregando outros valores e possibilidades de apreensão. Assim sendo, diante dos elos que o campo teórico aqui apresentado mostrou estabelecer entre si, parece que não há como falar de espaço público na modernidade distanciando-se das polifônicas vozes que emergem desse mesmo objeto. Por essa razão, no seu conjunto, os autores que se fizeram presentes nessa abordagem, formam o quadro de referência a partir do qual o objeto de estudo passará a ser focalizado.



NO RASTRO
DA HISTÓRIA

Marcel Duchamps

3 NO RASTRO DA HISTÓRIA : ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO NA CENA BRASILEIRA

“A cidade, então, é uma história que se conta para nós à medida que caminhamos por ela”.

James Hilmann, 1993.

Na atualidade, estudos apontam que o processo de “esvaziamento” e “decadência” dos espaços públicos urbanos brasileiros decorre do afastamento das pessoas dessa parte da territorialidade urbana. Em decorrência, o referencial comparativo dessa situação passa a ser o passado, no qual poder-se-ia encontrar o “não-vazio” investido de um conjunto de elementos capazes de propiciar às cidades uma vida social mais aglutinadora e interativa.

Diante desse quadro, muitas vezes, a impressão que se tem é que uma imagem nostálgica passou a ser construída em torno dessa temática, alimentando certa relação de estranhamento com o tempo presente, o que, não raro, acaba por outorgar à vida urbana na contemporaneidade um caráter mecanizado, em geral identificado a manifestações de destruição e crise. Com isso, tende-se a espreitar de forma quase inevitável certo distanciamento do homem moderno, com as questões relacionadas ao espaço público, como também o seu recolhimento ao aconchego de sua própria subjetividade.

Contudo, esse mesmo contexto recoloca para reflexão, com especial ênfase, não apenas o passado, mas também o sujeito que emerge no intrincado cenário da modernidade. Portanto, não é de estranhar que algumas análises passem a adotar posturas críticas em relação ao que denominam do “cuidar de si”, por considerarem que a ênfase excessiva nesse processo alimenta nesse mesmo sujeito uma apatia com o universo social. Contudo, em direção oposta há também a percepção do “cuidar de si” como um processo fundamental para o surgimento do ator social, sem que isso venha a representar a perda da sua singularidade na rede de relações sociais. Ou seja, nessa perspectiva, ao invés de um refúgio, o “cuidar de si” emerge como a capacidade de o indivíduo se reconhecer na vida, refletir sobre si próprio e sobre as condições de sua sobrevivência individual e coletivamente.

Apesar desse tipo de entendimento, diante das novas dimensões simbólicas dos espaços da cidade, quando se trata de aprofundar conhecimentos sobre esse contexto, a experiência subjetiva, por vezes, tem sua importância

minimizada, e é vista com precaução. Não raro, tem-se argumentado que as novas práticas sociais emergentes, não mais estariam sendo derivadas da experiência subjetiva do indivíduo, mas da mesma racionalidade instrumental¹¹ presente no desenvolvimento da reprodução tecnológica.

Cabe ainda sublinhar, que esse mesmo tipo de olhar partilha do entendimento de que, diante dos novos valores de socialização cultural, da organização técnico-funcional e do “caráter mecanizado da vida moderna”, o comportamento do cidadão no interior desse cenário, já não encontra maiores ecos em tempos passados, assim como a sua autonomia tem tido uma dimensão cada vez mais vinculada à rede de informações à qual está vinculada.

Por outro lado, esse mesmo contexto também tem sido apontado como alimentador de novas experiências individuais, e um importante articulador que atua no amortecimento de atitudes críticas frente às exigências e aos diferentes mecanismos da vida moderna, particularmente no que se refere à gestão e controle do uso do espaço e aos impulsos reformadores dos símbolos vinculados à nova ambiência urbana.

De forma que, ao mesmo tempo em que a lógica do progresso deixa transparecer no seu discurso, expectativas mais positivas quanto ao surgimento de novos comportamentos sociais, desvinculados de épocas anteriores, também exterioriza na sua vontade de mudança e renovação, propostas de ruptura com valores tidos como tradicionais. Por isso, não surpreende que em outra extremidade seja possível defrontar com perspectivas nostálgicas, que veem o presente como uma espécie de sombra negativa do que se encontra cronologicamente distante dos dias atuais, como também análises que investem de negatividade tudo aquilo que se refere ao passado.

Contudo, apesar desse entendimento, não há como deixar de reconhecer que esse mesmo passado abre a possibilidade de descortinar novos elementos capazes de ampliar a leitura para os aspectos urbanos atuais. Em especial, quando se observa, na cidade contemporânea, que o uso de antigas formas urbanas simbólicas, renovadas e requalificadas, passam a marcar a paisagem de diferentes áreas, alimentando não apenas a produção e a afirmação de novos valores culturais,

¹¹ Refere-se a um processo de instrumentalização, embrutecimento e degradação, que tende a dissolver da razão seu conteúdo objetivo, submetendo-a a uma posição subordinada, neutralizando-a, de forma a perder a própria subjetividade (HORKHEIMER, 1976, p. 45).

como também a flexibilização de referências e singularidades urbanas. Essa situação, conforme apontam estudos, como o de Arantes (2000) e Stroeter (1986) talvez respondam por alguns desvios perceptivos (desterritorialização de referenciais históricos, jogos espaciais, por exemplo), cujos efeitos acabam por provocar ambigüidades e distorções na forma de ver e vivenciar os espaços citadinos, a ambiência urbana.

Portanto, não deve surpreender que seja justamente todo esse contexto, que em lugar de fragilizar os interesses pelos cenários urbanos anteriores, impulse a observá-los, como mais uma possibilidade fecunda de conhecimento dos comportamentos urbanos atuais. Entretanto, devido à amplitude do horizonte, que se vislumbra com essa perspectiva, esse mesmo direcionamento investigativo passa a apontar como tarefa primeira a necessidade de se demarcar o território a ser percorrido, pois seria impossível que um único trabalho pudesse abraçar a variedade de aspectos que esse retorno tende a apresentar.

Assim sendo, para o delineamento de um panorama histórico definiu-se como foco primeiro de abordagem as ações de governo, em particular, o aparato legal que tinha como objetivo redirecionar práticas sociais no contexto dos centros urbanos brasileiros. Como bem ressalta Rolnik (1997, p. 13), “além de definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que regular a produção da cidade”, a lei também “organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania”. Funciona, portanto, “como um referente cultural fortíssimo na cidade mesmo quando não é capaz de determinar sua forma cultural”.

Nesta perspectiva, algumas diretrizes da política urbana mostraram-se relevantes, no sentido de propiciarem estabelecer elos com as expectativas que então eram construídas para os núcleos urbanos. Tais diretrizes foram aqui retomadas, na expectativa de apreender aspectos que pudessem atuar como desencadeadores do desenvolvimento de novas formas de apreender e vivenciar os espaços da cidade. Dessa forma, procurou-se relacionar as práticas sociais direcionadas ao espaço público, com as diretrizes gerais da política urbanizadora¹², buscando com isso identificar comportamentos que pudessem ser considerados peculiares no uso dessa parte do território urbano.

¹² “Esforço para controlar ou influir sobre as transformações que ocorrem em um processo de urbanização” Reis Filho (1968, p. 66).

Para isso, como ponto de partida, serviram como referência estudos realizados por Reis Filho (1968), Delson (1997) e Holanda (2003), pelo fato de as análises desses autores observarem, com especial atenção, o que essas ações urbanizadoras, como instrumento de direcionamento e disciplinamento de uso das áreas urbanas, representaram como indutores de comportamentos e valores manifestos a partir do próprio cotidiano. Com essa abordagem deu-se abertura à possibilidade de se observar como foram emergindo aspectos representativos da vida social brasileira, diante dos novos níveis de exigência, que passaram a delinear novas condutas e solicitações para a vida nas cidades. Tem-se a seguir, portanto, uma primeira aproximação nesse sentido, ou seja, com o que pode ser entendido como esforços da administração pública dos núcleos urbanos brasileiros, para promover e enriquecer a vida cotidiana através da organização racional modernizadora da vida social.

3.1 A VIDA SOCIAL CITADINA E O OLHAR DISCIPLINADOR DA GESTÃO PÚBLICA

A vida urbana brasileira como já mostram alguns pesquisadores, até a primeira metade do século XVII, esteve mais fortemente vinculada ao meio rural o qual continuava a reunir grandes proprietários de terra que agiam ativamente, não apenas na economia, como também na organização da vida no âmbito das cidades. Com isso, não se quer dizer que esse tipo de participação tenha desaparecido, ou se esgotado após esse período, e sim destacar que as ações da Coroa Portuguesa, no intervalo de tempo que vai do descobrimento até a época acima mencionada, demonstraram nesse primeiro momento um interesse maior com o meio rural, ainda que não perdessem de vista, aspirações e estratégias de ocupação territorial direcionadas à vida urbana: do cotidiano aos cuidados com os aspectos mais amplos da ambiência urbana.

Nesse período, o campo investigativo mostra-se amplo e cheio de peculiaridades como, por exemplo, tentativas de desenvolver uma retaguarda rural para o mercado urbano e o estímulo indireto à criação de vilas e cidades dentro dos territórios de propriedade dos donatários, ainda que esse tipo de iniciativa se configurasse em mais uma atividade a demandar novos esforços e atenção especial da administração pública portuguesa com esse território. Esse horizonte, por si só, já

aponta para a variedade de propostas que emergiram no contexto desse momento. Por isso, optou-se por direcionar o olhar, de forma particular, para as denominadas “cidades reais”,¹³ fundadas em pontos estratégicos da colônia, para se tornarem centros de controle regional e cabeças na estruturação da rede urbana em suas respectivas regiões. Nesses casos é possível observar, em terras brasileiras, o florescer dos ideários e concepções de cidade, que almejavam pôr em prática, em algumas de suas colônias, propostas modernizadoras em foco na Europa.

Nesse sentido, cumpre sublinhar que no primeiro século de colonização, a inserção do espaço público, enquanto territorialidade facilitadora de interação social e de proximidade para com questões mais amplas da vida na cidade, ainda não tinha alçado maiores vãos, ou ocupado uma posição de maior relevância, quando comparada a outras prioridades tidas como fundamentais para a boa ambiência e funcionalidade dos núcleos citadinos, tais como a segurança e as atividades urbanas produtivas. Por outro lado, não foi possível a essas áreas desenvolverem uma economia complementar à rural, porque a pouca vitalidade verificada nesses locais, tornou difícil aos pesquisadores reunir maiores informações, em especial, sobre os centros urbanos menores os quais, em suas formas mais simples, passaram a dar a impressão de terem suas configurações definidas por ocupações espontâneas, portanto, sem maiores interferências da Coroa Portuguesa nesse processo.

Entretanto, quando se volta o olhar com maior atenção para o que se passou a denominar de “espontaneidade”, investigadores como Delson (1997) e Reis Filho (2000), por exemplo, chamam a atenção para alguns equívocos cometidos sobre essa questão, em especial no que se refere ao traçado dos núcleos urbanos. Sublinham esses autores que essa “espontaneidade” não deve simplesmente ser creditada à falta de planejamento de Portugal para essas áreas.

Portanto, quando se fala em análise da vida cidadina nesse período, argumentam esses estudiosos, esse tipo de abordagem parcial, tem feito com que a forte influência das condições ambientais existentes, tais como a configuração topográfica e a irregularidade do terreno, como também a necessidade de que essas ocupações se localizassem em áreas estratégicas de defesa, não sejam observados como condicionantes chaves para o entendimento da forma como foi ocorrendo essa

¹³ As cidades reais eram fundadas apenas nas capitanias pertencentes à Coroa Portuguesa, a quem era reservado o direito exclusivo de elevar os povoados à condição de vila e cidade. Salvador, Rio de Janeiro, São Luis e Belém são exemplos dessa política iniciada em 1549 (REIS FILHO, 1968).

ocupação. Ou seja, para esses pesquisadores, os estudos que dão maior ênfase para o “caráter espontâneo” das cidades nesse período, não se mostraram suficientemente atentos para outros aspectos que se fizeram presentes nesse mesmo contexto.

Nessa perspectiva, torna-se relevante não deixar a perder de vista o fato de que a fundação de cidades eram empreendimentos metódicos e racionalmente planejados pela Coroa Portuguesa, mas que ficavam também vulneráveis às peculiaridades ambientais, bem como à capacidade técnica e materiais existentes. Com isso, os pesquisadores que se voltam para esse horizonte investigativo, não estão afirmando, ou desconhecendo a ocorrência da participação e intervenção de iniciativas particulares, que tenham se distanciado das proposições de governo traçadas para os núcleos urbanos da colônia. Ao contrário, esses estudiosos não apenas apontam para ações nesse sentido, como mostram que elas não se mantiveram distantes do olhar atento da administração pública, até mesmo devido à necessidade de se ter o controle sobre as diretrizes da organização do espaço urbano, pois as ações oficiais voltadas a exercitar um acompanhamento rigoroso sobre o uso do solo do território urbano, não se limitavam às cidades reais, visto que essa preocupação também chegava às áreas mais distantes, onde intervenções no espaço citadino também eram acompanhadas com especial atenção.

Nesse aspecto, cumpre ressaltar que, apesar de a política urbanizadora também ter sido alimentada por preocupações relacionadas à proteção e defesa do território, particularmente em decorrência das invasões registradas nesse intervalo de tempo, como a criação de vilas e cidades na costa, outras iniciativas do governo português, possibilitaram estimular e estreitar o contato social dentro dos núcleos urbanos, como possível estratégia voltada a estabelecer elos de proximidade e afetividade com esse novo território. Pode-se citar como exemplo, a promoção, estímulo e apoio às reuniões cívicas, religiosas e de recreação, como também de comércio. Nessa fase, as praças já se destacavam como um lugar estratégico seja como marco de origem de várias cidades, em cujo entorno surgiram as principais edificações oficiais ou religiosas, como suporte para a vida pública e administrativa dessas localidades.

Por outro lado, cumpre apontar a dispersão como uma das principais características da população do Brasil, em especial nos dois primeiros séculos de colonização, embora a esse período não tenha ficado limitada. Essa situação, por

sua vez, passou a se constituir em um importante elemento de compreensão, no que se refere à vinculação que as pessoas estabeleceram com a ambiência do lar, justamente por consolidarem elos de permanência e um espaço de privacidade em meio a um panorama adverso. Nesse ambiente, o fortalecimento da vida doméstica emerge como um importante elemento identificador desse momento, pois a volta ao lar foi-se consolidando como horizonte de convívio social, ficando o desenvolvimento dos laços sociais mais restrito ao universo familiar, distanciando-se, portanto do que se poderia denominar de um campo social mais propício ao desenvolvimento da vida pública.

Diante desse quadro, se for considerado que a população urbana nesse período era pouco numerosa, e aproximadamente 75% das construções destinavam-se a residências, na sua grande maioria, pertencentes a proprietários rurais que se dirigiam à cidade apenas em ocasiões especiais, domingos e dias de procissões, permanecendo, fechadas praticamente durante todo o ano, é possível compreender o pouco destaque que, em geral, tem-se dado à ambiência social existente nos espaços públicos nesse período. Devido a esse fato, não raro, a palavra “intermitente” tem sido usada para designar o panorama citadino até a 1ª metade do século XVII. Holanda (2003) reforça ainda mais esse quadro quando aponta, a título de exemplo, que até mesmo a cidade de Salvador, maior centro administrativo do país durante o período colonial, não chegava a apresentar maiores diferenças do que se observava em outros núcleos urbanos:

A cidade saía da vida sorna muito poucas vezes por ano. Gabriel Soares fala de uma honesta praça em que corriam touros quando convinha. Repetiam-se as festas eclesiásticas com suas procissões e figurações e cantorias ao ar livre, dentro das igrejas representavam-se comédias [...]. Esvaziavam-se os engenhos; podia-se exhibir-se o luxo [...]. Cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam o mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo de festas (SOARES, *apud* HOLANDA, 2003, p. 90).

Esse quadro, aliado à pouca largura das ruas, em geral sem calçadas, pois as edificações que se limitavam com essas vias, definiam as dimensões dessas áreas públicas, colaborava para que esses espaços fossem vistos apenas como pontos de ligação entre as residências e outros pontos de interesse da população, portanto sem maiores significados como lugar de permanência. Essa situação, por sua vez, colaborou para que as praças e os espaços existentes ao redor das igrejas

continuassem a se destacar como locais de relativa permanência, reunião e outros contatos sociais mais frequentes. Nesse aspecto, cumpre sublinhar que relatos e documentações da época apontam que, de uma forma geral, a maior movimentação presente em alguns espaços públicos, como a rua, era mais decorrente dos transportes sobre rodas, comuns principalmente nas vias que ligavam as estradas aos locais de mercado, apesar das más condições existentes nas mesmas.

Além dos transportes sobre rodas, a movimentação mais representativa nas vias urbanas era decorrente, também, da circulação de redes ou cadeirinhas carregadas por escravos, e em menor proporção de mercadorias levadas por escravos, além de animais soltos. À noite esse movimento diminuía sensivelmente, devido aos possíveis perigos que a situação adversa da escuridão pudesse vir a causar como, por exemplo, ataques indígenas e de aventureiros. Em virtude dessa situação, durante o primeiro século da colonização, esses espaços ficavam mais livres, principalmente para a continuada circulação de animais soltos. Porém esse quadro, apresentava uma diferenciação nos centros urbanos de maior porte, onde aos poucos as ruas comerciais iam passando a adquirir outros significados e a estimular diferentes usos e permanência, semelhantes às praças.

De uma forma geral, nessa fase do Brasil colonial, a vida urbana era considerada modesta. Contudo, o controle exercido pelas Câmaras Municipais, para a autorização de novas construções, até iniciativas aparentemente simples, como abrir porta voltada para a rua, mostra a determinação oficial de manter o controle sobre a ocupação e uso do território citadino através, por exemplo, do cumprimento das orientações presentes nos Códigos de Postura Municipal os quais, ainda que de forma diferenciada, mostravam-se atuantes em núcleos urbanos de perfis distintos.

Por outro lado, apesar de uma regularidade observada nos desenhos propostos para as “cidades reais”, esses esquemas uniam tendências de diferentes experiências urbanas postas em prática na época. Nesse sentido, os exemplos são generosos, pois iam desde a utilização de muralhas, como nas cidades medievais, ao que de mais moderno se conhecia em termos de planejamento urbano: a utilização da planta em xadrez. De forma que, a propagação do “esquema em xadrez”, como ficou popularmente conhecido, não ficou restrito apenas a dezenas de cidades do século XVII, pois também foi generosamente utilizado seja em residências, ou em quilombos, o que demonstra que os melhores padrões

urbanísticos, não eram por aqui apenas conhecidos, como também aplicados (REIS FILHO, 2004).

3.1.1 A ambiência urbana sob nova perspectiva

O período que vai da 2ª metade do século XVII a 1ª metade de século XIX, mostrou-se decisivo no que se refere ao novo papel e à importância que os centros urbanos, de uma maneira geral, assumiram aos olhos da Coroa Portuguesa. Nesse intervalo de tempo é possível identificar ações voltadas à implantação de uma política urbana mais agressiva, o que se traduziu em iniciativas que se refletiram, não apenas na elaboração de uma legislação urbana mais rigorosa, e na preocupação em propiciar uma estrutura física condizente com o novo papel que deveria ser desempenhado por essas áreas, como também em iniciativas voltadas a implantar novos comportamentos, no entendimento de Portugal, mais adequado a um novo estágio de civilidade e urbanidade. A descoberta do ouro, ainda no século XVII e a chegada da Família Real, na primeira década do século XIX, são considerados marcos desencadeadores para uma série de transformações que colocaram a cidade como principal cenário e foco de atenção.

Nesse contexto, fica claro que as idéias de desenvolvimento, fortalecimento e modernização da colônia, iam além de novas estruturas físicas, motivo pelo qual houve tanto empenho na aplicação de diversas legislações urbanísticas, que se concretizaram com mais fidelidade nos novos núcleos urbanos no sul, área mais vulnerável às investidas de “aventureiros”, assim como no centro-oeste, nas intervenções feitas nas áreas ainda despovoadas: “nenhuma dessas comunidades era singular; cada uma delas era parte de uma sucessão lógica no desenvolvimento progressivo de um Código de Construção”, o qual passou a ser visto como um instrumento de necessário aperfeiçoamento para ser “finalmente apregoadado como o mecanismo correto para “civilizar o Brasil”, demonstrando “irrefragavelmente a impaciência da Coroa com o desenvolvimento aleatório” (DELSON, 1997, p. 38).

Portanto, a difusão da política urbana nas várias regiões que passou a ser promulgada como sinal de renovação da cidade, demonstrava também preocupação especial com a reorganização dos núcleos urbanos já existentes, conforme ficou

demonstrado com a “Política de Europeização” do Marquês de Pombal¹⁴. De forma que, quando se fala em metas ambiciosas para a colônia, nem mesmo os assentamentos indígenas deixaram de ser inseridos em um programa de urbanização de largo alcance, os quais deveriam ter o comportamento “digno europeu” como exemplo a ser seguido. Nesse processo, iniciativas e investimentos diversificaram-se, indo de a execução de um ambicioso programa de imigração de comunidades européias, até a implantação de comunidades euro-indígenas.

Nesse contexto, até mesmo as vilas mais humildes foram inseridas no programa de modernização rigoroso e reformista do Marquês de Pombal. Com relação aos núcleos urbanos mais antigos, os “erros cometidos” deveriam ser corrigidos. Já as novas cidades projetadas, passaram a servir de campo de experimento para as recentes propostas urbanísticas de Portugal. Contudo, apesar do alcance dessa política, ações nesse sentido foram insuficientes para que diferentes áreas urbanas, como espaços públicos, deixassem de apresentar certo ar de desleixo, conforme destaca Holanda (2003). Ou seja, procurava-se firmar uma nova idéia de civilidade, “pouco importando se os habitantes dessas comunidades planejadas continuassem fiéis a sua dieta tradicional de mandioca, ou se mantivessem as suas maneiras grosseiras”, desde que na sua aparência exterior dessem mostras de um estilo de vida europeu (DELSON, 1997, p. 63).

Diante desse quadro, e inseridas nessa ambiência de transformação, outras áreas públicas abertas como as ruas passam a adquirir novos significados, para além de um espaço de simples ligação, fato que possibilitou essa parte da territorialidade urbana, ser vista a partir de outra perspectiva. Nos centros urbanos maiores, a necessidade de abrir novas vias e conservar as existentes apresentava novos desafios para a administração pública, pois nesse período já não se podia admitir, como era mais comum nos centros menores, que galinhas e porcos continuassem circulando nas ruas livremente. Em Salvador, por exemplo, a expansão urbana acarretou a necessidade de se de abrir novas ruas, em decorrência da intensificação do maior fluxo de pessoas, mercadorias e transporte,

¹⁴ Nome com o qual ficou popularmente conhecido Sebastião José de Carvalho e Melo, então primeiro-ministro de Dom José I - de 1750 a 1777, a quem foi designado o controle da política urbana e econômica da colônia, além da articulação política.

Ao final da gestão do Marquês de Pombal em 1777, depois de iniciado o processo de incorporação das principais orientações direcionadas para o ambiente urbano, foi dedicada atenção especial para a arborização nas cidades, pois em geral, a maior parte dos denominados “hortos de recreio” ficavam localizados fora da cidade:

Nessa mesma época, as cidades costeiras tradicionais também estavam experimentando uma revivência do verde. Em vez dos primeiros jardins de recreio aristocráticos plantados em Vila Bela para o desfrute exclusivo do governo [...]. os administradores portugueses agora procuraram oferecer espaço de recreação mais para o público em geral. Esses parques não só constituíam centros de recreio para os habitantes da cidade como serviam de cenários para jardins botânicos, onde se pudesse levar a efeito a experimentação agrônômica. O horto Botânico de Belém, organizado em 1781 foi criado para esse fim, assim como os jardins botânicos de Salvador e do Rio de Janeiro¹⁵(DELSON, 1979, p. 93).

Entretanto, no século XVIII a dinâmica urbana passou a apresentar novas perspectivas e opções de lazer para a população cidadina, em particular nas cidades mais importantes, possibilitando uma intensificação da vida social. Esse ritmo diferenciado pode ser entendido como uma atenção maior de Portugal para com a ambiência social existente. Porém, ao contrário do que se poderia esperar com relação a uma transformação imediata com relação à valorização da permanência nos espaços públicos abertos, nesse mesmo período, habitualmente as pessoas mais cultas reuniam-se na casa de algum anfitrião para a leitura de textos e livros de interesse comum, a exemplo das denominadas “reuniões literárias” em expansão na Europa. Além do mais, esse hábito não ficou circunscrito a determinadas cidades, pois se espalhou por várias regiões, conforme apontam documentos e relatos da época. Para além dessas circunstâncias, o ambiente residencial também despontava como um componente de destaque no processo de alfabetização e instrução, preenchendo a inexistência ou escassez de escolas públicas.

Por outro lado, ocasionalmente, visitas entre pessoas de posição mais elevada, tornavam-se freqüentes, chegando, inclusive, em algumas ocasiões a se estenderem em jogos de cartas e animada conversação. Outras vezes, as festas de

¹⁵ Os Jardins Botânicos do Rio de Janeiro e Salvador foram inaugurados em 1808 e 1811 respectivamente. Contudo, a primeira iniciativa que se tem registrado nesse sentido é creditada a Maurício de Nassau que pretendeu criar um jardim botânico em Recife - PE, no século XVII. Apesar dessa iniciativa, apenas no final do século XVIII é que Portugal emitiu as primeiras instruções direcionadas à implantação desse tipo de empreendimento no Brasil (SEGAWA, 1996).

confraternização civis ou promovidas pela igreja, continuavam dentro de casa, até mesmo devido às precárias condições das ruas. Dessa forma, é possível compreender o porquê de a vida privada ter tornado um espaço privilegiado para diferentes formas de sociabilidade, até praticamente o final do século XVIII.

Na primeira década do século XIX, a chegada da família real representou o desencadeamento de significativas transformações que se mantiveram durante todo esse período, principalmente, quando em um prazo relativamente curto, despontou um novo cenário político, econômico e social. Portanto, esse momento foi fundamental para o surgimento de diferentes expectativas e perspectivas para uma nova ambiência urbana, em particular nas cidades de maior importância dentro do cenário econômico e político, que se tornou fonte de inspiração para outras regiões. Nesse contexto, acompanhar o padrão “civilizado europeu” significava seguir os exemplos dados pela cidade de Paris, pois era o que havia de mais avançado na Europa.

Vale salientar ainda que a chegada da Família Real e a mudança do status político de Colônia para República, em menos de 100 anos, são alguns dos aspectos que propiciaram outras perspectivas e níveis de exigência para o estabelecimento de novas funções urbanas. Portanto, a imposição de uma ordem voltada ao convívio na cidade, estratégias e ações de controle, não se restringiram apenas à habitação, pois se voltaram com maior rigor para os espaços públicos.

Compreende-se assim, que um novo horizonte urbano precisava apresentar-se e estruturar-se, já que uma série de transformações que tiveram o espaço urbano como cenário, não foram acompanhadas pela implantação de uma infraestrutura urbana adequada. A cidade do Rio de Janeiro, apesar do *status* que desfrutava, pode ser considerada um exemplo típico dessa situação - uma população extremamente pobre, morando em casarões velhos, degradados e precariedade das condições higiênicas, a qual fez com que essas pessoas se tornassem alvo fácil para vários tipos de doenças.

Diante desse quadro, é preciso acrescentar, todavia, outros aspectos como o espaço exíguo das habitações coletivas nos centros urbanos, comuns na época, diante do aumento da quantidade de residentes, fato que levou a população urbana, a utilizar as calçadas diante das casas, ruas e botequins como ponto de encontro, como também mercados e praças, para estabelecer diferentes tipos de relações. Dessa forma, foi sendo criada nos centros urbanos uma ambiência mais propícia

para o estreitamento de vínculos sociais, principalmente entre os componentes da denominada camada popular, pois quem era possuidor de melhores condições financeiras, começava a se afastar para os arredores da cidade, em busca de um lugar mais tranqüilo, onde pudesse dispor de um espaço maior, dentro do próprio ambiente familiar.

Essa situação refletiu-se especialmente na configuração espacial das residências, que passou a apresentar uma maior rigidez na separação entre “a parte social” e a “área da família”, definindo a distinção entre esses dois ambientes. Com isso, de certa forma, o sentido de espaço público não só penetrou no âmbito da intimidade do lar, mas também formalizou-se espacialmente, no próprio traçado dos ambientes da edificação.

Há ainda que se destacar o estímulo às novas experimentações as quais, dentro dessa dinâmica, procurava aplicar-se aos espaços urbanos de forma a estabelecer novas perspectivas de interação entre o espaço privado e o espaço público. Esse tipo de iniciativa, pelo seu alcance, no entendimento de Arendt (1989), não deve ser relativizada, pois abre a possibilidade de se observar como ações nesse sentido podem interferir nas histórias individuais e na construção de referências coletivas, o que acaba por se exteriorizar na forma de as pessoas perceberem e vivenciarem o espaço da cidade.

Portanto, observando o panorama como o traçado até o momento, não é por acaso, que esse mesmo contexto possa remeter aos espaços da cidade brasileira em sua forma atual, ainda que diferentemente de tempos anteriores, esse novo cenário mostre estar vivenciando novas formas de transformação cultural. Isso porque, até chegar ao momento presente, a construção de uma idéia de espaço público, dotado de uma dimensão simbólica, não se configura em um vazio. Em especial, quando atualmente coloca-se em foco a questão do espaço público, diante do dilema da sua progressiva degradação. Assim sendo, uma das alternativas para continuar avançando na compreensão desse cenário, é justamente tentar observar nessa trajetória retrospectiva, algumas das mudanças ocorridas na ambiência do século XX, cujas marcas poderiam apontar para possíveis aspectos constitutivos desse processo.

3.2 O ESPAÇO PÚBLICO NO CONTEXTO DOS IDEÁRIOS DO SÉCULO XX

A primeira década do século XX mostra-se generosa, no sentido de ser possível observar uma série de aspectos em que as cidades brasileiras diferem bastante entre si. Apesar dessa diversidade, a partir de materiais documentais, como planos e projetos urbanísticos, alguns pesquisadores, como Leme (1999), apontam três períodos chaves para um panorama elucidativo sobre esse contexto: de 1885 a 1930; de 1930 a 1950; e o último de 1950 a 1996. Esses períodos, segundo a referida autora, apresentam características específicas, passíveis de serem diferenciadas enquanto estratégias voltadas à configuração de propostas direcionadas a articular prioridades no que diz respeito, por exemplo, à criação de novos valores para os espaços urbanos.

De forma que, no primeiro momento a palavra “melhoramentos” era a que traduzia com maior proximidade o olhar e as intenções da administração pública nas suas proposições de transformação do quadro urbano então existente. Nesse sentido, cumpre destacar que os Planos Diretores, geralmente elaborados sem uma maior relação de proximidade para com setores mais amplos da população, impulsionaram a construção de uma visão global de cidade, geralmente apoiada em novas estratégias do urbanismo moderno.

Assim sendo, se forem examinadas as circunstâncias em que transformações nas cidades brasileiras foram sendo implementadas, é possível observar, por exemplo, já no início desse século, que essas mudanças não foram poucas, nem insignificantes as intervenções urbanas executadas no espaço público. Em alguns casos, inclusive, só se tomava conhecimento dessas transformações quando essas ações atingiam ou o local de moradia, ou o espaço público, com o qual essas pessoas mantinham uma relativa, ou grande proximidade. No Rio de Janeiro, por exemplo, a gestão do então prefeito Pereira Passos - 1902 a 1906 – tornou-se alvo de severas críticas, nesse sentido. Devido a esse tipo de iniciativa, não causou surpresa que reações de desagrado dos não-simpatizantes dessas intervenções tenham se tornado tão presente quanto as dos simpatizantes.

Portanto, se as palavras “asseio”, “aformoseamento” e “melhoramento”, na segunda metade do século XIX, já vinham despontando nos discursos oficiais em defesa da necessidade de se transformar o cenário dos centros urbanos brasileiros,

difícilmente poder-se-ia discordar que os espaços públicos, em especial os abertos, tornara-se o principal foco e vitrine dessas transformações que, apoiadas em legislações específicas, exteriorizavam a intenção de se buscar desenhar novas perspectivas de vida nas cidades.

De uma maneira geral, o resgate de algumas das diretrizes básicas de projetos intervencionistas para centros urbanos de maior importância, possibilita trazer à tona um Brasil urbano que perseguia reformar, não apenas elementos formais da cidade, mas principalmente a sua própria vida social. Contudo, para isso, os espaços públicos precisavam estar sintonizados com os componentes mais gerais de uma nova ordem urbana, os quais deveriam desempenhar uma importante tarefa organizativa e disciplinadora. Essa visão emerge com clareza em vários projetos urbanísticos executados nesse período em diferentes centros urbanos.

Pereira Passos, por exemplo, quando falava em “modernizar” a cidade do Rio de Janeiro, estava remetendo-se ao modelo parisiense, a quem Foucault (1986, p. 92) passou a denominar de medicina social:

A medicina urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos, uma medicina de condições de vida e do meio de existência.

Portanto, ao buscar traçar uma base para um novo estilo de vida citadino, tendo como suporte a configuração de novas áreas de uso comum, a administração pública da Capital Federal, a quem o então Presidente Rodrigues Alves deu carta branca para a execução das obras necessárias, iniciou uma série de medidas visando intervir “positivamente” na territorialidade urbana, de forma a desencadear um novo estilo de vida social para essa cidade, que passou a servir de modelo para outros centros urbanos nacionais.

Para que se possa ter uma idéia da abrangência da “transformação positiva” dos espaços urbanos na ocasião, cumpre recordar que ações nesse sentido, já apontadas anteriormente, não se limitavam apenas às questões estéticas. Também se fazia necessário que aspectos, ou elementos, não condizentes com essa nova ambiência, fossem colocados à parte desse processo. O Decreto Municipal - RJ nº 403 de 04/1903 exemplifica bem essa situação: O prefeito “dispõe

sobre recolhimento de tiradores de esmola e mendigos – os inábeis serão encaminhados ao asylo São Francisco de Assis, os outros às autoridades competentes” (BOLETIM, 1903, p. 125 - 140, *apud*, BRENNNA, 1985, p. 38).

Essa espécie de iniciativa, ainda de acordo com Foucault (1979), exterioriza uma das estratégias de exclusão e purificação dos elementos estranhos aos novos modelos de organização do espaço de uso comum. A outra, mais sutil, tinha como objetivo distribuir os indivíduos “de forma adequada”, fixando-os em outros espaços da cidade, visto que não se podia colocá-los fora da área urbana, a exemplo do que era feito na Idade Média.

Diante desse cenário em transformação, análises comuns a Holanda (2003) e a Freyre (2007), apontam que mesmo diante uma série de ações modernizadoras, é possível observar que as relações mantidas pelos cidadãos com as áreas urbanas, eram fortemente marcadas por sentimentos próprios à vida doméstica. Ressaltam ainda esses autores que, posteriormente, esse contexto não sofreu transformações significativas, apesar do empenho oficial de mudar esse quadro

A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública [...] onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos [...]. O resultado era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 2003, p. 82).

Vê-se desse modo, sem poder negar o que de específico o universo legalista possa ter contribuído, e contribuiu, para a construção de um modo de vida urbano, além disso outros fatores que aparentemente não se mostram tão vinculados ao universo da lei, embora dele não deixem de estabelecer elos de proximidade, também passam a definir diferentes formas de uso e de vivência dos espaços da cidade.

Esse tipo de percepção faz com que, na tentativa de buscar um melhor entendimento sobre o comportamento humano na modernidade, autores como Foucault (1996, p.129) tenham um olhar crítico para com o discurso da historicidade, por entender que ele não reflete, nem é suficiente para descrever todo um complexo jogo de regras e condições formais na constituição do sujeito. Por isso, não se surpreende esse autor que certa desatenção voltada a essas questões, não raro, contribua para alimentar o que denomina de “textos ritualizados”, fragilizado assim a

possibilidade de conhecimento de importantes questões que envolvem o ser humano. Nesse caso, instiga uma especial atenção para a historiografia tradicional, justamente por entender que sem a busca da reconstrução de elos e relações, corre-se o risco de não se apreender a influência de aspectos que, embora aparentemente distantes, passam a se presentificar na vida do homem urbano na modernidade. Ou seja, nesse modo de ver, recuar no tempo também oportuniza descobertas, desviar-se de caminhos já traçados e observar o mesmo cenário de novas perspectivas capazes de realimentar e agregar novos componentes no processo de reflexão e conhecimento:

[...] a história é a base a partir da qual todos os seres humanos ganham existência [...]. Modo de ser de tudo o que nos é dado na experiência, a História tornou-se assim o incontável de nosso pensamento. (FOUCAULT, 1996, p. 26)

Aqui, Foucault aponta algumas das suas restrições direcionadas aos discursos que, no seu entendimento, acabam por conduzir a análises sem referências, sem as quais não se conhece a ordem das coisas: “prefiro dizer que não compreendo, mas que me esforço por compreender, a dar explicações como as baseadas no espírito da época”

Pode-se considerar esse tipo de reflexão uma negação, ou um peso menor com o tempo presente? Na verdade, entende-se que não. Afinal, ao argumentar que o nosso *devenir* está aprisionado à essa mesmo passado, esse pesquisador, assim como outros que trilham nessa mesma diretriz, também coloca o presente como um componente fundamental para a construção de uma análise investigativa, direcionada ao universo social. Entretanto, ao mesmo tempo, procura mostrar que o tempo presente não está sendo escrito em uma página em branco. Por conseguinte, mais do que apontar para uma base investigativa possível, essas argumentações procuram fazer ver que nem a atualidade deve ser observada como uma tábua rasa, nem o passado apenas como uma espécie de papel de fundo. Ou seja, a partir desse entendimento, ficou-se cada vez mais próximo da idéia de que, quando se pretende compreender os acontecimentos que em sua forma material passam a exteriorizar uma determinada forma de existência, a palavra chave passa a ser; relação e correlação.

Assim, considerando o horizonte investigativo em tela, o retorno panorâmico a alguns núcleos urbanos acima delineados, não teve a intenção de recuperar de forma pormenorizada a ambiência existente nesses territórios. Contudo, oportunizou observar aspectos sobre o espaço público, para além do que está sendo colocado na atualidade, aos quais as pessoas muitas vezes se submetem como bem alerta Arendt (1999), e até mesmo o próprio Le Corbusier (1997), apesar dos vários discursos em que esse urbanista propõe uma ruptura para com o passado.

Porém não se trata apenas disso. Outra dimensão deve ser agora assinalada, a partir das reflexões de Castells (1999): que são as coordenadas, as marcas a partir das quais se pode identificar uma territorialidade, um lugar, uma organização social, apesar da amplitude do contexto onde possa estar inserido. Elas são, portanto, fundamentais para as nossas pretensões justamente porque guardam as especificidades do lugar, sem, entretanto deixar de relacioná-lo a um sistema maior. Transfere, portanto o foco de um terreno de análise mais geral para outro nível, de onde é possível apreender sinais, pistas, retratos de uma cidade, não de uma cidade qualquer, mas de uma em particular, nesse caso: a cidade de Natal.

Entretanto, à medida que se teve uma atenção especial para com o século XX, ampliou-se o reconhecimento de que os centros urbanos tornaram-se cenário e palco privilegiados de experiências diversas, a partir dos quais se poder-se-ia apreender o alcance das transformações, a influência e o poder do processo de modernização na vida do cidadão. Talvez esses aspectos possam ser considerados suficientes para apontar os motivos pelos quais se procurou observar com maior atenção, o recorte histórico, representados por três momentos vivenciados pela cidade de Natal. Contudo, o fato de esses períodos serem apresentados por pesquisas realizadas sobre essa capital, a exemplo de Oliveira (2000), Santos (1998) e Silva (1998), como marcos transformadores e dinamizadores da vida urbana dessa cidade destaca ainda mais a procedência de se voltar o olhar para essa época.

Diante desse contexto, cumpre investigar em que perspectiva uma nova ambiência urbana, uma vez desencadeada, passou a redefinir novas relações das pessoas com os espaços abertos da cidade de Natal. No entanto, cabe lembrar, que, alguns dos mais influentes ideários urbanos para a sociedade moderna, ainda que posteriormente tenham se fragmentado, buscavam fomentar novas experiências

materiais e espirituais, capazes de fazer com que o indivíduo passasse a desenvolver outros comportamentos mais condizentes com o tempo presente.

Assim sendo, dificilmente poder-se-ia investigar, na capital potiguar, a ocorrência de mudanças nesse sentido, sem considerar: as duas primeiras décadas do século XX; os anos 40 desse mesmo período histórico, quando essa cidade se projetou no cenário nacional como centro estratégico da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e por último o momento atual, quando Natal parece despontar no cenário brasileiro, como um dos seus mais novos, promissores e atrativos polos turísticos. Não se trata, portanto, de colocar em foco apenas transformações espaciais, reconhecidamente um dos principais alvos das ações modernizadoras, mas observar de que forma esses novos cenários atuaram para o estabelecimento de novas práticas sociais.

Todavia, é preciso acrescentar que para compreender o entusiasmo diferenciado com o qual as pessoas passaram a vivenciar esses “momentos de modernidade”, procurou-se também observar, ainda que de forma panorâmica, a ambiência existente nessa cidade, anterior a esses períodos, para que se tivesse a oportunidade de descortinar outros valores e experiências, capazes de acrescentar novos subsídios para a compreensão do cenário urbano atual.

2.2.1 Há várias maneiras de se alcançar uma cidade

O acelerado processo de transformação da paisagem da capital potiguar, a verticalização, o aumento do número de pessoas que nela residem, o fluir de “gente nova de fora”, entre outros aspectos hoje observados, permitem apreender esse dinamismo sob diferentes perspectivas: como o simples reflexo, ou continuidade de sua peculiar constituição histórica; como parte de um processo de distanciamento e ruptura com o seu passado, ou mesmo como mais uma expressão da intensificação dos reflexos da globalização nas possibilidades de interação com diferentes núcleos urbanos. Assim, ao mesmo tempo em que se defronta com algumas dessas possibilidades, também se é alertado por autores como Munford (1982), quanto aos perigos decorrentes daquilo que parece ser exclusividade de uma determinada localidade e, em particular, ao exagerado discurso em termos do que é efêmero. Segundo esse autor, alguns tipos de leitura tendem a fazer com que

fatos urbanos sobre uma cidade, sejam deslocados para além deles mesmos, esboçando assim o desenho de uma cidade diferente daquela que realmente existe.

Mas, como fazer emergir uma cidade, como tantas outras, e ao mesmo tempo possuidora de peculiaridades que a particulariza diante de tantas outras? Ao se fazer tal tipo de indagações foi-se percebendo que, na verdade não era possível seguir uma única trilha investigativa, nem deixar que os acontecimentos humanos que encerra se colocassem *a priori* como partes constituintes de um processo de transformação cultural, que denunciaria sinais de crise dos espaços públicos. Por que então, não se tentar estabelecer uma proximidade com a paisagem, as ruas, as vozes e os olhares da cidade? Oportunizar emergir fragmentos, testemunhos, possibilitar-se surpreender, deixar sair dos bastidores aquilo que não se oferece de imediato ao olhar, motivo pelo qual às vezes é preciso fazer a cidade voltar sobre os próprios passos.

Por que então perder a oportunidade de reencontrá-la nos seus primeiros passos? Afinal, tratam-se de marcas, de coordenadas que passam a identificar um lugar. Portanto, cabe atentar para as peculiaridades de uma cidade, em cujo terreno “elevado à distância de meia légua da Fortaleza dos Reis Magos”, concluída e entregue em 1598 por Manuel Mascarenhas Homem a Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor da Capitania recebeu o nome de Natal (mapa 2 e figura 1), “em honra desse glorioso dia, que assinala no mundo da cristandade o nascimento do divino redentor” (CASCUDO, 1999, p. 50).

Seguindo os passos de alguns núcleos urbanos brasileiros, a fundação da cidade de Natal, no Nordeste brasileiro, logo no primeiro século de colonização, representou uma iniciativa estratégica direcionada a proteger os domínios territoriais portugueses. Por outro lado, diferente de outros centros urbanos, já nasceu cidade, “pelo menos no nome”, (CASCUDO, 1999, p. 50), *status* que no século XVI, só havia sido conferido por Portugal a outras três localidades brasileiras: Filipéia de Nossa Senhora das Neves; Salvador da Bahia de Todos os Santos e São Sebastião do Rio de Janeiro. Entretanto, distante do que expectativas mais otimistas pudessem vislumbrar, essa denominação não se refletiu em esforços, e investimentos semelhantes ao mesmo tratamento que Portugal direcionava a outros núcleos citadinos então existentes, tais como: incentivos direcionados ao aumento de uma população fixa qualificada, organização da economia urbana e uma melhor estruturação do quadro político-administrativo, dentre outros aspectos voltados a

desenvolver interesses mais permanentes, melhores oportunidades e condições de vida urbana.

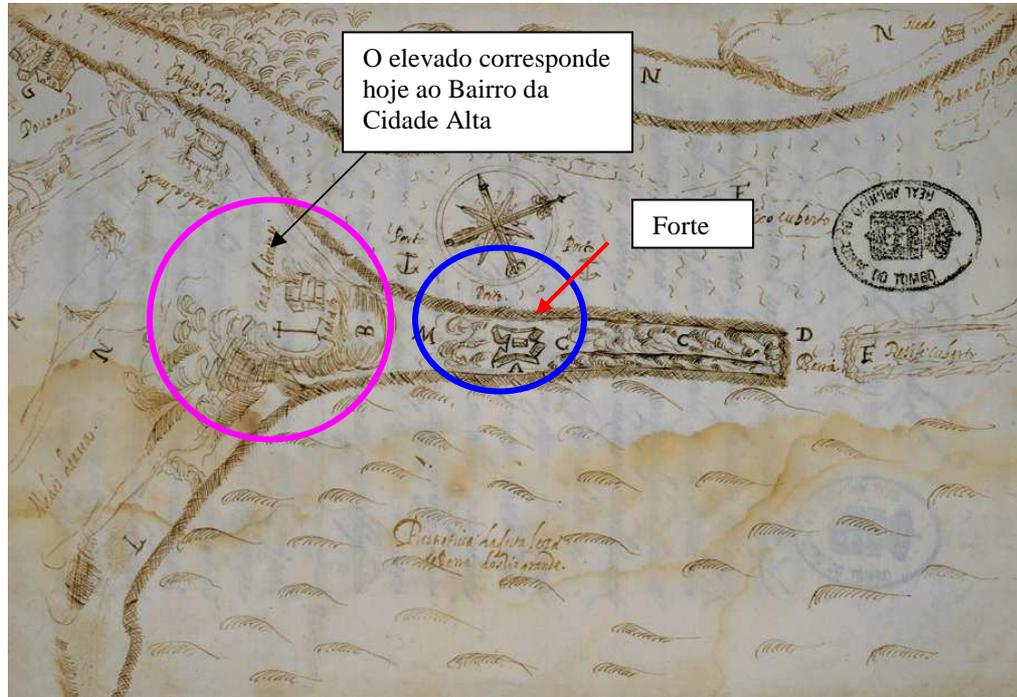
Talvez devido a essa situação, além dessa ressalva de Cascudo (1999), também Reis Filho (1968, p. 85) não aponta Natal com a titulação de cidade, entre os núcleos urbanos brasileiros até o século XVIII, conforme mostra o recorte histórico em que esse autor pesquisou a evolução urbana do Brasil:

Em 25 de dezembro de 1599, o sítio da **vila de Natal** foi demarcado, localizando-se pouco acima do rio Potenji. A principal edificação da área era o Forte dos Reis Magos, que mantinha estreita ligação com a vila de Natal (REIS FILHO, 1968, p.85, grifo nosso).

Na verdade, considerando-se o fato de que o pouco progresso desse último núcleo urbano, fundado no primeiro século de colonização, prolongou-se durante todos os cem anos seguintes, essas percepções não se mostram distantes da realidade existente no final do século XVII. “Cidade pobre, não tinha exigência”, não se surpreendia Cascudo (1999, p.1) com o fato de as transformações terem chegado lentamente a essa localidade. Na verdade, para esse autor, a sociedade urbana natalense no século XVII, era a mesma da sociedade portuguesa rural nesse mesmo período. Por exemplo, as melhores residências, pertencentes às pessoas de maior poder aquisitivo, eram construídas nos sítios onde viviam, ficando a ida dessa população a cidade restrita aos domingos e dias santificados, “para ouvir missa”. Talvez essa situação possa explicar o fato de que após três décadas da sua fundação a paisagem da nova cidade só apresentasse aproximadamente quarenta casas, construídas com técnicas rudimentares e materiais simples, de maior facilidade de aquisição, como a palha e o barro.

Contudo, é justamente o pouco dinamismo da vida urbana, em relação à ambiência rural, que alimentou no entendimento de Reis Filho (1968), “uma completa indiferença, quando não ignorância” sobre a cidade colonial, o que conseqüentemente, a seu ver, levou a uma valorização quase absoluta da vida rural em relação à urbana. Esse fato, de acordo com essa perspectiva, teria tido uma contribuição fundamental para que muitas peculiaridades das áreas citadinas locais se perdessem, situação perceptível, ressalta, especialmente a partir da independência, mas que teria sido ampliada ao longo do século XIX e início do século XX. Portanto, destaca esse autor, ainda há muito que se apreender sobre a

vida nos centros urbanos brasileiros, apesar dos vários estudos e pesquisas que se voltaram para esse universo.



Mapa 2 - Localização estratégica do Forte dos Reis Magos.
Fonte: Reis Filho (2000, p.124).



Figura 1 - Área do Forte dos Reis Magos em 2004.
Fonte: Diniz (2004).

Essas considerações não se colocam distantes, por exemplo, da esfera de ação e significação com que a cidade de Natal se inseria no âmbito da política urbanizadora portuguesa, porque tanto os holandeses, quanto os portugueses tinham mais interesse pela sua posição estratégica do que “por aquela vila pequena e isolada das outras regiões” (REIS FILHO, 1968). Entretanto, hoje, ainda que se possa observar essa cidade em outra perspectiva, as novas experiências advindas com a vivência de transformações, que redefiniram outros usos e possibilidades para a territorialidade urbana, a impressão que se pode ter, ao acompanhar os acontecimentos que emergem nesse processo, é a de que o espaço público parece estar inaugurando novas relações com as pessoas, a partir da perspectiva de que de alguma forma não mais são projetados ou implantados “para passar o tempo de maneira comercialmente desinteressada”, desencorajando, portanto “as pessoas a parar, a se olhar e conversar, a pensar em analisar e discutir alguma coisa” (BAUMAN, 1999, p. 33).

Ou seja, nessa perspectiva praticamente emerge em um mesmo contexto, a junção do que pode ser denominado de “visão clássica”, otimista e virtuosa do espaço público, tão bem trabalhada por Arendt (1999), aliada a certo desencanto, com os rumos que, no entendimento Bauman (1999, p. 67), essa territorialidade, no processo de globalização¹⁶, teria passado a exteriorizar, diante de um presente que parece escapar.

Por outro lado, ao se resgatar alguns aspectos da vida nas cidades coloniais brasileiras, observados no capítulo anterior, no que se refere, por exemplo, às ruas, a questão da não-permanência não se mostra uma novidade, até praticamente o século XVII. Afinal, a ausência de passeios, a pouca largura, os problemas causados com a sujeira e a falta de manutenção, colaboravam para que as ruas tivessem as suas significações, e uso, praticamente limitados à função de ligação, pois apenas em ocasiões especiais, como procissões e outros eventos do tipo promovidos pela igreja católica, esses espaços passavam a mostrar outras possibilidades de uso.

Naturalmente que alguns centros urbanos coloniais apresentaram um processo de transformação mais dinâmico que outros, inclusive com relação às

¹⁶ “O significado mais profundo transmitido pela idéia da globalização é o caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo [...]. Diz respeito ao que está acontecendo a todos nós” (BAUMAN, Globalização: as conseqüências humanas, 1999, p.67).

mudanças acima mencionadas. Contudo, não foi bem o caso da cidade de Natal, conforme salientam estudos, como o de Cascudo (1999), especialmente quando aponta o século XVIII como marco referencial a partir do qual a capital potiguar passou a ter o seu território melhor definido, a exemplo dos seus dois primeiros bairros: Cidade Alta e Ribeira (mapas 3 e 4). Datam também do início desse século os primeiros registros que citam a existência de apenas duas ruas na cidade: defronte à igreja Matriz (Rua Grande) e a segunda (hoje Rua Santo Antônio), que saía da parte posterior dessa mesma igreja, seguindo até o “rio-de-beber”, como na época era chamado o Riacho do Baldo.

Para que se ter uma idéia da lentidão de como a cidade ia se definindo e se desenvolvendo, a primeira praça só foi oficialmente criada, “pelo menos no papel”, na segunda metade do século seguinte: “na Praça André de Albuquerque, Rua Grande, pastavam animais que sol a pino, descansavam à sombra de grandes castanheiras” (SOUZA, 2001, p.103). Outras descrições feitas desse mesmo espaço possibilitam observar a inserção dessa área, dentro de um contexto mais amplo da cidade, no início do século XIX.

Consiste n` uma praça cercada propriamente de residências, tendo apenas o pavimento térreo, as igrejas que são três, o Palácio, a Câmara e a prisão. Três ruas desembocam nesta quadra, mas elas não possuem senão algumas casas de cada lado. A cidade não é calçada em parte alguma e anda-se sobre areia solta, o que obrigou alguns habitantes a fazerem calçadas de tijolo ante suas moradas. Esse lugar conterà seiscentos ou setecentos habitantes (KOSTER, *apud* CASCUDO, 1999, p 144).

De certa forma, a ambiência do período anterior - “três séculos de lentidão” - destaca Souza (2001), já na primeira década do século XIX, começou a apresentar os primeiros sinais em direção a uma nova trajetória, a qual embora sem mudanças mais radicais, a seu ver, pode ser considerada significativa, diante do contexto então existente. Nesse sentido, Cascudo (1999), mostra que até mesmo situações, aparentemente simples, passaram a ser alvo de comentários. Destaca, por exemplo, que em 1810 o então governador da Capitania, admirado com o pouco cuidado que as pessoas, até mesmo as de melhores condições financeiras, tinham com a roupa para se apresentarem em público, passou a incentivar a aquisição de roupas vindas de fora.

Esse fato, aliado à limitação de espaços públicos existentes, aponta para a pouca exposição das pessoas nesses locais e, conseqüentemente, o pouco uso das áreas de uso comum como espaço de permanência. Além do mais, como visto anteriormente, a exemplo do que ocorria em outras cidades do império Português, porcos, galinhas e outros animais andavam com liberdade no território público. Por outro lado, era rara era a saída noturna:

Às nove horas terminava a vida pública nas ruas. No Quartel da Tropa de Linha, na praça Tomás de Araújo Pereira¹⁷, rufavam o tambor, caixa de guerra como diziam. Era a caixa das Nove [...]. *'Depois de corrida a caixa das 9 ninguém será isento de ser apalpado e revistado, e mesmo antes dessa hora havendo suspeita'*. [...]. Depois do toque de recolhida, (badaladas no sino grande da Matriz, pouco depois da caixa das nove) quem estivesse na venda ou taberna pagava dois mil reais de multa e ia para a cadeia, o duplo na reincidência. [...] (CASCUDO, 1999, p.90).

Além desse quadro, o ambiente noturno apresentava a peculiaridade de representar o cenário onde se desenrolavam histórias, que passavam a povoar o imaginário da população local, especialmente das crianças. Por exemplo: falava-se que na noite de quinta para sexta-feira, aparecia correndo na Rua da Ladeira (hoje Rua Junqueira Aires), a mula sem cabeça¹⁸ e o batatão corredor assombrado¹⁹. A iluminação pública, por outro lado, que só veio a se fazer presente na cidade no século seguinte, colaborava ainda mais para que, “o mundo da rua”, passasse a ser visto como perigoso e, em princípio, negativo, confirmando o ditado popular: “boa romaria faz, quem sua casa fica em paz”.²⁰ Portanto, o sair às ruas deve ser visto com cuidado, ou até mesmo ser apenas observado das janelas sob a proteção das paredes e pessoas da casa.

Toda essa contextualização, talvez possa justificar o entendimento que têm alguns pesquisadores, como Holanda (2003), de que as vivências dos ambientes urbanos noturnos representam um capítulo especial a ser assinalado, quando o que está em foco são os espaços urbanos públicos abertos no Brasil. De qualquer forma,

¹⁷ Localiza-se no bairro da Cidade Alta, ao lado do Serviço Social do Comércio - SESC e o quartel situava-se onde foi construído o atual Colégio Estadual Winston Churchill.

¹⁸ Pecadora concubina de padre, que tem que pagar seus pecados vagando à noite. Aparece em forma de mula, sem a cabeça, soltando fogo pela boca.

¹⁹ Alma de compadres e comadres que, por não terem tido respeito para com a igreja, quando eram vivos, são obrigadas a penar até que paguem seus pecados diante de Deus.

²⁰ Ditado popular da época, que chegou até os dias atuais.

o fato de os denominados “bailes”, e outros eventos do tipo, só terem sido registrados na cidade de Natal depois de 1850, propiciaram algumas pistas sobre um “certo atraso”, no que se refere à vida noturna existente na cidade, quando comparada à vida social que se fazia presente em outros centros urbanos brasileiros no mesmo período. Portanto, só após 1841, têm-se notícias das primeiras serenatas e da primeira casa de teatro em Natal - “um barracão de palha” - construído na Praça Gonçalves Ledo (CASCUDO, 1999, p.215).

De qualquer forma, apesar de se mostrar mais vinculado às festas religiosas, o uso do espaço público aberto, até o final do século XIX, ainda que em ritmo mais lento, já se estendia às comemorações oficiais promovidas pela administração pública local, e a outros tipos de iniciativas desencadeadas por populares. Com isso, tornaram-se motivo de atenção especial, e alvo de controle das autoridades públicas. Nesse sentido, pode-se citar, por exemplo, o Código de Posturas de 1830, que proibia foguetes soltos - busca-pé - por serem potencialmente propícios a provocarem queimaduras às pessoas.

Na verdade, à medida que se aproxima do final do século XIX, é possível observar que não raro, esse passado tem sido resgatado, a partir de uma perspectiva nostálgica, ou como algo antiquado, portanto sem maiores elos com os dias atuais. Contudo, apesar desses olhares distintos, essa memória histórica, ainda que revisitada de forma fragmentada e panorâmica, esse voltar atrás, quando contemplado mais de perto, mostra que não deve ser considerado como algo extrínseco, sem vínculos com o tempo presente, com a maneira de sentir e vivenciar os espaços dessa cidade, a ambiência urbana.



Mapa 3 - Visão panorâmica dos limites urbanos da cidade de Natal, 1845.
 Fonte: Miranda (1999, p. 46).



Mapa 4 - Visão ampliada dos limites urbanos da cidade de Natal, 1845 (visão ampliada).
 Fonte: Miranda (1999, p. 54).



ACORDES DE UMA
CIDADE

Gino Severini

4 ACORDES DE UMA CIDADE

“A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra pra quem é aprisionado e não sai mais dali”.

Ítalo Calvino, 1994a

Impossível não estabelecer uma relação entre as idéias denominadas modernistas, que passaram a agitar o cenário cultural dos principais centros urbanos brasileiros, no início do século XX, com as expectativas e debates, cujos efeitos na capital potiguar, adquiriram ares de renovação. Isso porque a partir dos novos conteúdos apresentados, de certa maneira, elas passaram a traduzir desejos de mudanças que, se de um lado vislumbravam um horizonte futurista para a cidade, de outro buscavam não perder de vista a valorização das expressões culturais, que faziam parte da história da cidade. Portanto, não surpreende que ideários, como os promulgados pelos simpatizantes e adeptos do movimento regionalista, que chegavam a terras potiguares, vindas particularmente de Recife, também tivessem encontrado nesse solo um terreno fértil para a sua propagação.

Nesse sentido, é interessante destacar que não foram poucas as manifestações que, no início do século passado, procuravam unir esforços direcionados à construção de uma imagem otimista para o novo contexto urbano natalense, frente às perspectivas que se vislumbravam para essa cidade. Esse clima, inclusive, já se tornara perceptível desde as intervenções físicas e projetos abraçados pela administração municipal, juntamente com discursos e depoimentos proferidos na época por personalidades locais, embalados principalmente pelas “novidades vindas do sul do país”, estados vizinhos de maior porte, e até mesmo do cenário internacional, os quais alcançaram significativa repercussão junto à população local.

Contudo, como todo esse contexto nos remete a épocas passadas, pode parecer curioso o fato de que na atualidade, propostas como a criação da “cidade Nova”, de autoria do italiano Antônio Polindrelli, direcionando o crescimento da capital para as áreas que na atualidade correspondem aos bairros de Tirol e Petrópolis (Mapa 05); a implantação de grandes avenidas, com 30,00 metros de largura; novos modelos de praças, quarteirões com planta em xadrez, etc, formando ao que passou a ser denominado de “*master-plan*”, concluído em 1904, e prognóstico como o do jornalista, advogado e político Manuel Dantas: “Natal daqui a

cincoenta anos”, ainda despertem atenção na atualidade, especialmente quando após esse período novas experiências urbanísticas tiveram como palco esse mesmo centro urbano.



Mapa 5- Limites geográficos: Natal, bairros e regiões administrativas.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Natal, 2003, p. 14.

Entretanto, para além do carácter inovador, e até mesmo utópico, das diferentes concepções e ideários que se fizeram presentes na capital norte-rio-grandense no início do século passado, se for considerado que grande parte dos componentes vinculados a essa ambiência, estava relacionada não apenas a sua afirmação como cidade, mas também das possibilidades de transformação positiva desse centro urbano, torna-se compreensível que esse mesmo contexto histórico, reapareça sempre que a capacidade de transformação positiva dessa cidade seja colocada em foco.

Nesse aspecto, cumpre destacar outros elementos que também contribuíram para uma série de mudanças, nesse mesmo período, que tiveram como palco a referida cidade, tais como: o início da primeira etapa do abastecimento de água, preocupações direcionadas ao saneamento, inclusive com ações concretas nesse sentido²¹, pavimentação de algumas das principais vias existentes, substituição da iluminação a gás pela elétrica e a primeira linha de bonde elétrico. Por outro lado, propostas voltadas à modernização do sistema educacional, a construção de novos prédios públicos, as inaugurações de novos espaços urbanos, por exemplo, apontam para o horizonte de abrangência e de transformação que estava sendo delineado pela elite intelectual, participante ativa na administração pública.

Afinal, se fazia necessário abrir espaço para os novos componentes e diretrizes, que estavam sendo vinculados à modernidade, ainda que uma série de problemas existentes e limitações da administração pública de equacioná-los apresentassem dificuldade nesse sentido. Contudo, apesar de os obstáculos que emergiam diante desse contexto, o envolvimento e apoio decisivo do então governador Alberto Maranhão, tido como grande incentivador do desenvolvimento cultural do Estado e das mudanças em curso, foram decisivas para a execução de uma série de ações que passaram a dar um novo desenho à ambiência e à paisagem urbana natalense.

Sobre esse mesmo período, pesquisas como as realizadas por Araújo (1995) e Oliveira (2000) propiciam uma aproximação maior com o cenário existente, a partir do qual é possível observar o intrincado quadro de motivações, que davam forma a uma série de mudanças implementadas nessa capital:

²¹ FERREIRA, Ângela Lúcia et al. **Uma cidade sã e bela**: a trajetória do saneamento de Natal: IAB/RN: CREA/RN, 2008.

As reformas do espaço do Natal não se deram a partir de uma demanda socioeconômica da população, mas como a finalidade de promover as mudanças desejadas por a elite local [...]. A essa elite coube um papel importante na condução dessa modernização, pois sua atuação foi regulada por seus próprios interesses [...] pouco importava que essa imagem de cidade moderna e civilizada correspondesse à sociedade real que nela viveria (OLIVEIRA, 2000, p. 100).

Alguns instrumentos de comunicação da época, como os jornais: A República, criado em 1889, para divulgação partidária, mas que em poucos meses tornou-se porta voz e veículo oficial do governo, e o Diário de Natal, já davam mostra da presença dos novos componentes que passaram a fazer parte dessa ambiência, ao mesmo tempo em que serviam como uma espécie de termômetro, das contradições presentes nesse mesmo panorama. Afinal, não são poucas as análises que definem a “Natal dos anos vinte” como “um misto de província deslumbrada e atrasada”, percepção que também se exteriorizava dentro do próprio círculo intelectual local, onde conviviam tanto grupos simpatizantes das novidades propagadas pelo Modernismo, como pelo Regionalismo, diferentemente do que ocorria em algumas das outras capitais brasileiras.

Diante dessas circunstâncias, não é de admirar que todo esse contexto tenha estimulado iniciativas do governo estadual, voltadas a expandir e divulgar essas novas idéias para outras regiões do Rio Grande do Norte. Assim como não causou maiores surpresas quando essa nova ambiência passou a estimular, especialmente na população natalense, novas perspectivas sobre as possibilidades que poderiam advir com essas mudanças, ainda que ações de governo nessa direção visassem deflagrar um processo peculiar de modernização, a ser desencadeado a partir do principal centro urbano estadual.

O empenho nesse sentido foi tão marcante que, mesmo nos dias atuais, quando se pensa a Natal do início do século XX, as primeiras imagens e relações que se articulam para a configuração desse cenário estão vinculadas aos grandes projetos de intervenção física implementados na época. Na verdade, não há como deixar de reconhecer que em curto espaço de tempo, ações e iniciativas “modernizadoras”, como passaram a ser conhecidas as reformas urbanas não apenas tivessem desenhado uma nova paisagem para essa cidade como, de certa forma, acompanhassem outras iniciativas de renovações advindas do campo literário

local, ampliando ainda mais as possibilidades de divulgação das diferentes formas de linguagens que poderiam emergir a partir dessas mudanças.

Contudo, se por um lado, essas expressões reforçavam a expectativa pela construção de uma idéia de cidade, vinculada a uma ambiência de modernidade, a proximidade que o comércio de algodão estadual estabeleceu com o mercado inglês, e a inauguração da aviação oficial comercial, viabilizada principalmente pelo fato de a cidade de Natal ser o ponto da América do Sul mais próximo da Europa e da África, por outro, diagnósticos da época apontavam com preocupação para outras questões que emergiam no contexto desse mesmo cenário. Entre outros aspectos que passaram a ser citados como exemplos, problemas decorrentes da infraestrutura urbana: água, esgoto, energia elétrica, bem como as precárias condições dos espaços públicos abertos, especialmente ruas e praças, uma vez que a cidade não se limitava às áreas que eram alvos prioritários das ações de governo.

Cumprindo ainda ressaltar que uma série de “maus hábitos” e outras questões, segundo avaliação da administração pública local, relacionadas à população pobre e ao grande número de “retirantes”, fizeram a cidade ficar “inteiramente repleta de sertanejos que a seca atirara pelas estradas”, e agravaram ainda mais os problemas de saúde pública existentes. A intensidade dessa situação pode ser exemplificada, inclusive, por alguns dos números apresentados naquela ocasião: “só de imigrantes morriam uns vinte por dia” (CASCUDO, 1999, p. 213).

Portanto, seria parcial tentar apreender as relações que os moradores dessa cidade estabeleciam com as áreas abertas de uso comum, a percepção e referências que eram construídas em torno dessa ambiência, associando-as tão somente aos novos projetos urbanísticos e prédios públicos, que se limitavam, em especial, a determinadas partes da territorialidade dessa capital. Isso porque, diante do contexto heterogêneo e das novidades que nela se passaram a fazer presentes, não raro, é possível observar que tendencialmente, de alguma forma, não apenas na ocasião, como também na atualidade, se é levado a relativizar outros elementos que embora se fizessem presentes nesse mesmo cenário citadino, eram relacionados à outra época, ou colocados distantes da imagem moderna com a qual se pretendia marcar o ambiente cultural da cidade.

Além disso, outra peculiaridade da situação então existente, já apontada inclusive por alguns pesquisadores, merece destaque. Ou seja, a de que a

construção da idéia de Natal enquanto cidade só passou a se fazer mais presente e a ser definida com contornos mais fortes, justamente nesse mesmo período, quando um ideário modernista começou a ser traduzido em discursos e ações, que se concretizaram na própria paisagem. Com isso, é possível pensar que as principais referências e articulações, elaboradas pelos natalenses com relação ao espaço público urbano, tiveram na articulação: cidade-modernidade, nos componentes e ideários que passaram a definir e caracterizar essa relação, o elo desencadeador para a produção de concepções e atitudes direcionadas a esse objeto.

Portanto, considerando essa possibilidade, trazer para reflexão alguns componentes e aspirações que colocavam em evidência manifestações e práticas sociais presentes na vida da cidade, nas quais o espaço público teve lugar de destaque, mostra-se pertinente por oportunizar combinações passíveis de serem associadas às novas contextualizações e desdobramentos relacionados a essa territorialidade, ainda que em temporalidades distintas.

Com esse direcionamento, encontrou-se nos estudos de Certeau (1990) e Bourdieu (1989), voltados às práticas e comportamentos sociais, nas diretrizes apontadas por Foucault (1977) sobre procedimentos de controle, de delimitação e ordenamento do espaço, e nas articulações elaboradas, em especial, por Collier (1973) e Barthes (1984) sobre a interpretação e as possibilidades de leitura de uma imagem, o espaço teórico a partir do qual poder-se-ia desenvolver uma estrutura reflexiva, em que fosse possível explorar novos solos e descortinar novos olhares sobre a temática em foco.

Nessa abordagem procurou-se trabalhar com idéias, que circularam nas duas primeiras décadas do século XX, bem como imagens e leituras da cidade, que tiveram o espaço público como alvo de atenção. Com relação à fotografia, é interessante destacar que embora ela produza outro tipo de discurso, de fala, e possibilite a construção de outras análises e interpretações do espaço urbano, não raro, a sua utilização ainda tem sido limitada a uma função visual coadjuvante, conforme destaca Collier (1973). Porém, cabe salientar que atrás de um registro fotográfico pode se esconder a vigilância de um observador, “essa espécie de detetive que vê abrirem vastos campos a sua sensibilidade, quase como uma reação de um *flâneur* a sua viagem, ao ritmo do espaço urbano” (BENJAMIN, 1989, p. 70).

Ou seja, também com Benjamin (1975, 1989) considera-se que o olhar fotográfico reflete uma curiosa correspondência entre o olhar insuflado pelo solo de

onde emerge, e outro que coloca em cena a experiência do indivíduo mediante a qual se torna possível contextualizar percepções e delinear outros elos para a compreensão da vida urbana.

Portanto, segundo esse autor, quando se trata de estabelecer aproximações com o universo urbano, com o vivido, delineá-lo, descrevendo apenas aspectos de sua territorialidade e formas de prédios, por exemplo, seria quase como que apenas contorná-lo, pois muito ficou por dizer. Até mesmo porque, ressalta ainda, cabe considerar que a cidade está inserida em um contexto cheio de ramificações, e que também é feita de contradições. Sendo assim, apenas ela contém o seu passado. Impossível, portanto tentar encontrá-la limitando a sua apreensão aos rigores dos modelos, ou condicioná-la a um mero papel de coadjuvante, ou de reflexo de outras localidades. Afinal, apenas ela contém o seu próprio passado, destaca.

Não se trata, pois de tentar corrigir ambiguidades, ter uma postura nostálgica, ou celebrar cartões postais, mas deixar em aberto a possibilidade de estabelecer uma proximidade e combinações com conteúdos que delinearão valores, aspirações e percepções presentes em uma determinada cidade. Tome-se como exemplo o pronunciamento, já citado - Natal daqui a cinquenta anos – proferido em 1909 por Manuel Dantas no Palácio do Governo do Estado.

Nessa ocasião, de acordo com depoimentos da época, encontravam-se presentes nesse evento beneficente aproximadamente 240 pessoas da “nata da sociedade natalense”, que passaram a ouvir num clima de quase exaltação a construção de uma visão de novos valores simbólicos e formais, que passariam a marcar a Natal do futuro. Para isso, conclamava o conferencista, mostrava-se fundamental “prescindirmos de concepções estreitas da forma e da beleza”, atitude sem a qual, professava, não seria possível sepultar a cidade antiga, que deveria ficar guardada na sombra de uma recordação (DANTAS, 1996, p. 38).

Nesse momento, cabe traçar breves considerações sobre o contexto em que emerge uma nova concepção e perspectiva de cidade. Além de expressar uma forma particular de expectativa de futuro, o discurso desse jornalista, deixa transparecer não apenas influências e idéias que passaram a circular na sociedade natalense, como mostra a estreita ligação e sintonia que intelectuais locais mantinham com os movimentos de vanguarda internacionais. Como exemplo, pode-se citar o fato de que, muito provavelmente, deve-se ao Jornal A República, a

primeira publicação, feita no Brasil, do Manifesto de Fundação do Futurismo²² que, sob muitos aspectos, ainda tem sido considerado por vários pesquisadores, como o mais ruidoso e radical entre os movimentos artísticos modernos. Contudo, a sua importância e influência no Brasil, segundo esses mesmos investigadores, por vezes ainda tem sido subestimada.

Cabe sublinhar esse fato, justamente para destacar algumas circunstâncias e a ambiência, a partir das quais novos ideários de cidade começaram a despontar aos olhos da população natalense; na concretude da paisagem, ainda que por vezes de forma contraditória, nos discursos que passaram a ser apresentados e no desenho de perspectivas projetadas para uma nova ambiência urbana:

É da Itália, que nós lançamos pelo mundo este nosso manifesto [...]. Mas não admito que se levem para passear, diariamente pelos museus, nossas tristezas, nossa frágil coragem, nossa inquietude doentia, mórbida. Para que envenenar? Para que apodrecer? [...]. Vocês querem, pois, desperdiçar todas as suas melhores forças nesta eterna e inútil admiração do passado, da qual vocês só podem sair exaustos, diminuídos e pisados? (MARINETT²³, 1909 *apud* BERNADINI, 1980, p. 33).

Encontrar novas molduras, [...] estabelecer novas formas, [...] novas razões para a existência exclusivamente a partir das condições especiais da vida moderna e de sua projeção como valor estético em nossas sensibilidades [...]. Não mais sentimos que somos os homens das catedrais e das antigas assembléias do povo, mas sim homens de Grandes Hotéis, ferrovias, estradas gigantescas, portos colossais. [...]. Precisamos inventar e reconstruir *ex novo* nossa cidade moderna [...] a rua que em si, não mais se estenderá como um capacho no nível dos umbrais, mas irá mergulhar profundamente na terra, concentrando o tráfego da metrópole, organizando para as transferências necessárias para as passarelas metálicas e as esteiras transportadoras de alta velocidade (SANT'ELIA²⁴, 1914 *apud* FRAMPTON, 1997, p.99)

[...] a cidade antiga sepultou-se na sombra de uma recordação do passado, para ceder o lugar à Natal moderna, bela e radiante. [...] eu iria longe nesta viagem em busca do futuro, mesmo porque teria a vantagem de impingir-vos o que me visse do bestunto, sem medo de contestação. A este senhor que fita-me com olhos incrédulos, a este outro que sorri com ares de mofa, direi que se Natal não for a cidade

²² A tradução desse manifesto, para publicação no referido jornal, foi feita por Manuel Dantas.

²³ O italiano Filippo Tommaso Marinetti foi o fundador do Futurismo, sendo considerado também o principal teórico desse movimento, que apesar da inspiração italiana, explode em Paris, e se difunde pela Europa.

²⁴ Sant'Elia foi um dos últimos componentes do grupo fundador a aderir ao movimento, e único arquiteto do Futurismo.

que tenho descrito, aguarde-se para tirar a prova em 1959 (DANTAS, Natal daqui a cinquenta anos, 1996, p. 38).

Conforme se pode observar, sob muitos aspectos, torna-se nítida a sintonia que aproximava as aspirações de Dantas (1996) dos ideais proclamados por Marinetti e Sant'Elia, ainda que o contexto histórico e o tipo de ambiência em que se encontrava, pudesse distanciá-lo desses dois olhares. Mesmo assim, o desejo projetado de uma cidade do futuro os unia, no esforço de tentar colocar os homens para além do “jugo das necessidades” e a incentivá-los a superarem o receio do futuro, que “estava a sorrir” para todos. Nessa perspectiva, os primeiros passos nessa direção, ao olhar do referido jornalista, já estavam sendo dados, inclusive, pela própria cidade de Natal, que se arremessava “pela terra a dentro, conquistadora indomável²⁵”.

Portanto, a própria idéia de cidade moderna, tornava-se passível de experimentação, afinal indícios nesse sentido já podiam ser observados nas transformações urbanas pelas quais a capital potiguar vinha passando, advertia esse jornalista. Com essa perspectiva, ainda, como que buscando dar uma maior ênfase a essa idéia, em vários momentos da sua fala, Dantas (1996) também apresentava projeções para a referida cidade, nas quais é possível identificar a influência, não apenas dos desenhos feitos por Sant'Elia, como também a da nova Paris de Haussmann.

Esse tipo de junção pode ter sido, inclusive, uma conseqüência natural, não apenas pelo fato de o já citado arquiteto futurista ter morrido muito jovem, até mesmo antes de concretizar suas propostas para a cidade do futuro, como devido à cidade de Paris, entre as capitais européias, ser a que mais se projetava no cenário mundial como o local onde poder-se-ia observar o que de mais moderno existia no âmbito do urbanismo moderno.

Nesse contexto, mais uma vez, é importante enfatizar o fato de que o discurso do citado intelectual natalense está repleto de exaltação, e representa uma quase louvação à Natal do futuro. A construção desse tipo de visão, conforme já apontado, pode ser atribuída, em especial, ao que Cascudo (1999) e Guimarães (1986), por exemplo, reconhecem em algumas de suas reflexões: a de que a capital

²⁵ É provável que nessa passagem do seu discurso, Dantas estivesse se referindo ao master-plan, já citado anteriormente, que abria novas perspectivas de expansão para a cidade de Natal.

potiguar no início do século vinte era uma cidade em formação, portanto ainda estava sendo construída uma idéia, e um reconhecimento de cidade, enquanto tal.

De forma que, ao se entrelaçar todos esses aspectos, é possível, mais uma vez, observar a relação de proximidade estabelecida entre a capital potiguar, em processo de autorreconhecimento, como cidade, e toda uma série de elementos vinculados à construção de uma perspectiva que propunha suplantar o passado, proclamando o triunfo dos fenômenos tecnológicos, ao mesmo tempo em que evocava um ambiente mecanizado. Nesse contexto, cabe destacar que apesar dos vários problemas decorrentes da “higienização”, por exemplo, os quais em determinadas épocas do ano, tornavam a cidade inabitável, panorama que não se harmonizava com o cenário que se projetava para o seu futuro, foram as novidades que chegavam a essa capital, tais como: luz elétrica, bonde, ruas largas, novas praças, que passaram a constituir-se em referências para uma nova perspectiva de vida urbana. Portanto, dentro desse quadro geral, é possível observar que as “idéias modernas”, futuristas, encontraram nessa capital um solo fértil para a sua ramificação.

Contudo, nesse mesmo contexto, é preciso não perder de vista o fato de que para a realização do processo transformador proposto pelos futuristas, não bastava apenas uma mudança exterior da paisagem urbana. Ou seja, tornava-se fundamental a configuração de um novo homem, de uma nova sociedade que fosse capaz de responder adequadamente às exigências dos novos tempos, nos quais as técnicas passariam a representar a base desencadeadora dessas transformações.

Destacamos esses aspectos, não apenas para apontar que foram justamente essas questões e diretrizes postas em cena pelos futuristas, que passaram a ser introduzidas e exteriorizadas na capital potiguar, mas ressaltar o fato de que esses ideais submetidos a uma releitura ganharam vigor e se espalharam no século vinte, através do racional-funcionalismo, movimento do qual Le Corbusier (2004) tornou-se o principal representante. Nesse sentido, cumpre salientar que uma das mais fortes influências presentes nas teorias e proposições desse arquiteto-urbanista é a do italiano Sant’Elia, conforme aponta o próprio Le Corbusier (2004, p. 45), inclusive, em várias de suas inquietações e propostas direcionadas à cidade moderna: “Por que evocar os ossários? Porque a emanação de inumeráveis coisas mortas invade nossas narinas. A máquina moderna ainda está comprometida com as excreções de atores preguiçosos”.

Voltando à conferência proferida por Dantas (1996), poder-se-ia pensar, inclusive, que o seu discurso representasse uma exceção, ou um caso isolado, que não espelhava aspirações e expectativas locais. Entretanto, é possível observar que as suas ideias passaram a se espalhar, e a despontar, na cidade através de diferentes formas de expressão, nas quais a palavra: “moderno” era vinculada a uma concepção otimista de futuro, a um processo natural de evolução da vida. Contudo, para o desencadeamento desse processo se fazia necessário, não apenas reformular ou inovar o passado, como também oferecer à sociedade e ao indivíduo a oportunidade de vivenciar novas e amplas experiências, o que só se viabilizaria com a destruição até mesmo dos “basculhos” da tradição:

Tomou o martelo pesado todo cheio de barro
 E tocou a destruir todo verso bem feito...
 Malhou nas orgivas dos decassílabos: - tá! tá! tá...
 E os pedaços da cornija caíam pelo chão relvoso
 Numa monotonia de pedaços de cornijas...
 Fez cair todas as flores de Liz que corneavam as janelas
 E sobre o montão novo de ruínas de versos sonóros
 Começou a viçar toda vegetação alegre da terra:
 Pés de jurubebas, canapuns, pinhões se erguiam...
 As flores que ainda não foram vistas: azues-amarelas-vermelhas-
 pintadas²⁶.
 As folhas viçosas dos mata-pasto...
 Lagartixas...Calangos num sim-sim de cabeça se estiravam
 Ao sol gostosamente quente...
 Melões de São Caetano enfeitavam todo o basculho
 Da architectura colonial...(FERNANDES²⁷, 1970 , p. 69).

Diante dessas sinalizações, é possível considerar, para além de sua formulação, que as reflexões acima exteriorizadas por Manuel Dantas e Jorge Fernandes, por exemplo, apresentavam no seu interior significações e expectativas, que se encontrariam presentes na própria ambiência social existente, conforme apontam Foucault (2007) e Bourdieu (1989), ainda que esses autores se distanciem quanto ao entendimento do papel do sujeito nesse processo.

Vale ressaltar que, se para Foucault (2007) as ideias que são exteriorizadas não são de domínio exclusivo daquele que fala, pelo fato de serem construídas a partir de determinadas “regras de formação”, que estariam na regência

²⁶ O uso dessas cores fortes passou a identificar o Movimento Futurista

²⁷ Jorge Fernandes (1887-1953), poeta natalense, é considerado um dos pioneiros da poesia moderna no Brasil. Esse poema – Moderno - faz parte do seu único livro - Livro de Poemas - publicado em 1927.

da estrutura desses discursos, para Bourdieu (1989), a estrutura social a partir da qual emerge um enunciado, não é mecânica, nem determinista a ponto de fazer desaparecer a capacidade ativa, criadora e inventiva do indivíduo. No entanto, salienta esse autor, embora essa estrutura social seja dinâmica e flexível, ela também condiciona atuações, determinando limites a partir dos seus próprios interesses.

Apesar dessas diferenças apontadas, o que interessa aqui destacar é que, considerando as análises desses autores, não haveria como não ponderar sobre a possibilidade de que os ideários e perspectivas traçados por esses intelectuais natalenses, estivessem espelhando aspirações e percepções presentes no próprio contexto local, onde eles se encontravam inseridos. Nesse sentido, cumpre também não perder de vista o fato de que, ao mesmo tempo em que a capital potiguar passava por uma profunda reorganização e expansão do espaço urbano – *master-plan* (1901-1904), Plano de Systematização da cidade de Natal²⁸ (1929) – as intervenções que incidiam sobre os espaços públicos passaram a anunciar novas redefinições para o uso social dessa parte da territorialidade urbana, como propunham os preceitos do urbanismo moderno.

Essas orientações, por sua vez, ao se apresentarem na concretude de diversas intervenções já executadas, ampliava ainda mais sua influência no Brasil. Com relação a esse aspecto, cabe destacar que a vinda de Le Corbusier ao Rio de Janeiro e São Paulo, nesse período, quando proferiu palestras em defesa de iniciativas cirúrgicas, para solucionar problemas urbanos, estimulou em alguns administradores públicos a vontade de adotar ações mais radicais nesse sentido. Argumentava nessas ocasiões esse urbanista, que esse tipo de iniciativa tem mais a ver com a urbanização da era moderna, do que com soluções médicas que “são um engodo” (LE CORBUSIER, 2004, p. 172).

Ainda em 1929, outras iniciativas da administração pública natalense, contribuía para a construção de uma nova paisagem urbana, como a primeira lei que instituiu oficialmente o zoneamento e a estética das fachadas para o município de Natal, sancionada pelo então prefeito Omar O’Grady, que concedia à Diretoria de Obras, inclusive, a prerrogativa de mandar elaborar outro projeto quando uma

²⁸ Em abril de 1929 foi publicada a autorização, e assinado o termo de contrato entre o prefeito Omar O’Grady e Giacomo Palumbo, para elaborar um “plano de remodelação geral e definitivo da cidade de Natal, de accôrdo com os últimos preceitos de urbanismo” (MIRANDA, 1999, p. 69).

fachada não preenchesse todas as condições de estética e harmonia. Com isso, a exemplo do que já acontecera na Capital Federal, por ocasião da gestão de Pereira Passos, também na cidade de Natal, a Prefeitura chegou a estabelecer “typos padrões de casas de residência”, que deveriam ser seguidas (MIRANDA, 1999, p. 68).

Essa tentativa de tentar padronizar edificações urbanas parece responder a uma tendência, já apontada anteriormente, voltada a construir uma nova imagem para a cidade de Natal, de forma a se constituir em uma espécie de vitrine para as possibilidades que poderiam ser vislumbradas com a vida moderna. De certa forma, esse anseio de absorver as novidades²⁹ que passavam a ser apresentadas como “modernas”, já eram exteriorizadas pelos natalenses de maior poder aquisitivo, os quais, possivelmente influenciados pelas novidades que encontravam em viagens, não apenas a outras capitais brasileiras, mas também à Europa, utilizavam a arquitetura como uma grande aliada, no que se refere a experienciar numa mesma edificação uma diversidade de estilos de edificações que tinham tido a oportunidade de conhecer. O resultado dessa iniciativa acabou dando origem a uma arquitetura eclética, conforme se pode observar em várias edificações desse período, que ainda marcam a paisagem dos bairros mais antigos dessa capital.

De certo modo, todo esse quadro sugere que a cidade de Natal, nas primeiras décadas do século XX, passou a produzir uma curiosa ambiência que faz pensar em um sentido mais profundo para esse novo contexto. Isso porque, na medida em que foram sendo pesquisados trabalhos e publicações de autores locais, depoimentos da época e memórias, foi possível observar que diferente de outras cidades brasileiras, os novos fatores ordenadores da vida urbana natalense não chegavam a provocar o mesmo tipo de reação adversa, ou ter um confronto mais acirrado com valores e vivências cidadinas antigas mais arraigadas. Talvez esse fato explique a maneira mais aberta, o otimismo e até mesmo a forma festiva com que a população local chegava a acompanhar as inaugurações e novidades que despontavam na capital. Essa situação passou, inclusive, a ser destacada pelos ainda escassos meios de comunicação da época. Nessa ocasião, conforme ressalta Cascudo (1999, p, 309), o povo “aclamava o grande melhoramento da nossa

²⁹ Novos espaços e cenários urbanos, a expansão e um novo desenho para a cidade, a possibilidade de usufruir de novos equipamentos viabilizados pela tecnologia moderna, reorganização do sistema educacional, são alguns dos aspectos que passaram a fazer parte dessa nova ambiência.

capital”. Até parece que “não se falava de outra coisa”, tal era o nível de curiosidade que tomava conta da cidade:

O bonde que inauguraram
 É amarelo e muito claro...
 Sua campa bate alegre e diferente das outras...
 Os seus olhos vermelhos indicam Petrópolis...
 Anda sempre cheio porque é novo...
 Chega na balaustrada espia o mar...
 E os passageiros todos nem olham p’ro mar...
 Só vêm o bonde novo...
 Só ouvem a campa nova...

Aquele bonde só devia sahir aos domingos
 Pois ele é a roupa domingueira
 Da Repartição dos serviços urbanos... (FERNANDES, 1970, p. 71).

Com a descrição desse cenário, Fernandes (1970) não apenas apresenta uma cidade que vivencia com certo fascínio os novos elementos que eram introduzidos na paisagem urbana, como também a facilidade com que as pessoas passaram a ser atraídas por aquilo que de novo se descortinava ao olhar, para as novas experiências passíveis de serem vivenciadas. Esse tipo de visão oferece a oportunidade de se considerar que, ao invés de temer, ou simplesmente se deixar tomar indiferente por uma nova dinâmica urbana, o natalense consegue manter, dentro desse mesmo processo, segundo apontam Cascudo (1999) e Guimarães (1986), alguns elos com a vida cultural anteriormente presente na cidade. Com isso, a população passava a desenhar uma postura de abertura e conciliação diante uma cidade em transformação.

Esse destaque é importante, para que se possa melhor observar o otimismo com que algumas das inovações e equipamentos que chegaram a Natal foram acolhidos. Exemplos nesse sentido são generosos, como o surgimento e a conseqüente proliferação de cafés provavelmente em 1912, inicialmente “instalados em salões decorados a capricho”. Afinal, a “moda” do cafezinho pegara. “Pegara e estendera-se rápida como uma sarna, como epidemia ou como notícia ruim [...] a cidade inteira enchera-se de cafés, espalhados por todos os cantos” (GUIMARÃES, 1986, p. 140). Alguns deles ficaram famosos, como o *Café Magestic*.

Nesse aspecto, cabe acrescentar que o *Magestic*, ao contrário do seu antecessor: o Potiguarânia, foi um espaço mais liberal, inclusive pelo fato de a

entrada ser franca. Lá dentro é que seria feita a seleção. Se o freguês “não convinha, pelas suas más qualidades, pela sua vida irregular, incompatível com o meio teria logo a geladeira” (GUIMARÃES, 1986, p. 140). Esse autor, também chama a atenção para o fato de que os cafés se tornaram-se ponto de reunião obrigatório do povo:

Durante o dia, a conversa generalizava-se por assuntos comerciais, pelas novidades ocorridas no mundo ou na cidade, pelos problemas de interesse coletivo, progresso da terra, influência do comércio nas praças do interior, negócios de algodão, ou de cera, ou de couros, ou de pele. Durante a noite, eram as tertúlias literárias, a poesia, o teatro, ou o jornalismo os assuntos principais (GUIMARÃES, 1986, p. 148).

Esses “terceiros ambientes”, como os referidos locais passaram a ser denominados, por Lasch (1995, p. 40), ao contrário de espaços públicos abertos, tais como ruas e praças, que tinham a sua maior freqüência registrada de acordo com a hora do dia, dia da semana, por ocasião de festividades diversas, ou outros tipos de eventos, conforme apontam registros da época, por permanecerem abertos durante o dia e à noite: das seis da manhã às seis da tarde e desta hora até meia noite tornaram-se, aos olhos da população, locais de “movimento, vibração e alegria” (GUIMARÃES, 1986, p. 145).

Na verdade, além da novidade que esse tipo de ambiente representava, ele também funcionava conforme apontam Guimarães (1986) e Lash (1995, p. 142), como um agente poderoso de controle social “quando as sanções comunitárias eram autoimpostas e não a autoridade imposta por técnicos”. Neles as pessoas tinham a oportunidade de falar sem restrições, exceto as que elas mesmas impunham. Portanto, deve-se a essa mistura de associações, o fato de outros autores, como Arendt (1989), darem a esse tipo de ambiente um caráter quase político, devido a influência que teriam na vida da cidade. O *Magestic* foi um deles.

Nesse contexto, cumpre ressaltar as diretrizes defendidas pelos ideais do urbanismo moderno, presentes na vida urbana dessa capital, dentre as quais destacam-se: fazer a cidade mover-se em linha reta, modelar os novos espaços públicos, como também os “novos homens” e as suas necessidades básicas, terem sido abraçadas pelos seguidores de Haussmann, dos futuristas, e do próprio Le Corbusier (2004, p. 78):

Agir sobre os nossos espíritos mediante a habilidade das soluções, sobre os nossos sentidos por meio das formas propostas a nossos olhos e das distâncias impostas a nossa caminhada. Comover, por meio dos olhos e das distâncias impostas a nossa caminhada, Comover por meio do jogo das percepções a que somos sensíveis e das quais não podemos nos desvencilhar. Espaços, distâncias e formas, espaços interiores e formas interiores, caminhadas interiores e formas exteriores, espaços exteriores – quantidades, pesos, distâncias, atmosfera, é com isso que agimos. São estes os acontecimentos que estão em causa.

Descortina-se aqui, mais uma vez, uma visão que exterioriza a percepção de que os espaços da cidade deveriam ser pensados, não apenas como instrumento desencadeador de transformação social, de criação de novas sensibilidades urbanas, novas formas de ver e viver, mas também como parte fundamental para a composição de um ambiente difuso, a partir do qual é possível estimular o abandono de “velhos hábitos seculares”. Com essa expectativa, o enfrentamento dessas questões, para os teóricos do racional-funcionalismo, colocava-se como fundamental, necessitando, portanto serem forçosamente observadas, para que as pessoas sentissem desejo de abraçar o novo sem maiores amarras.

Algo mais deve ser dito sobre a maneira com que os natalenses passaram a vivenciar as mudanças que iam sendo observadas na ambiência da cidade, uma vez que elas se mostraram decisivas para que as pessoas começassem a sentir as possibilidades a serem usufruídas com a nova vida urbana, conforme aponta Cascudo (1999). Afinal, as intervenções físicas de significativa abrangência que emergiam na paisagem tinham vinculações mais profundas. Ou seja, estavam relacionadas a uma conjuntura política e econômica que procurava traçar outras perspectivas para o Estado, a partir da capital, que deveria funcionar como uma espécie de vitrine para outros centros urbanos do Rio Grande do Norte.

Como é possível observar, novas idéias e influências chegavam à capital potiguar, a partir de diferentes canais, estimuladas por novos valores, novas diretrizes e expectativas as quais, alimentadas pelas ambições e aspirações de poder da elite local, buscavam impulsionar a cidade em direção a um projeto de modernidade, disciplinador, de características uniformes. Portanto, discursos, ações e projetos desencadeados pela administração pública municipal, encontraram no cenário político local um terreno fértil para o seu espraiamento. Essas mesmas peculiaridades, por outro lado, distanciavam-se de outro tipo de movimento – o

Regionalismo – já mencionado anteriormente, o qual também contava com um grupo de simpatizantes influentes dentro da própria administração pública municipal e estadual.

No entanto, ao mesmo tempo em que esse grupo colocava-se em defesa do resgate, da valorização da cultura popular e da tradição, também exteriorizava entusiasmo com as reformas urbanas que vinham sendo executadas na cidade desde o início do século XX. Ou seja, é possível observar certa sintonia entres essas duas perspectivas, em especial quando se colocava em pauta a necessidade de a capital potiguar deixar para trás os "ares de província". Para isso, assim como os futuristas, esses grupos defendiam a necessidade de transformar a paisagem citadina, deixando para trás estéticas passadas. Nesse sentido, cabe destacar que as influências vindas do exterior eram assumidas sem maiores constrangimentos, inclusive nos nomes que eram dados aos novos bairros. "Tirol" foi um deles: "Era um pouco a mania do tempo" (MARANHÃO, 1940, *apud* CASCUDO, 1999, p. 353).

Talvez esse cenário possa lançar luzes sobre a forma peculiar com que o natalense passou a apreender e a se relacionar com essa nova ambiência, com a idéia de cidade e modernidade, com os novos espaços públicos, pois se por um lado, a população abraçava com entusiasmo os discursos modernistas, que se traduziam nos novos e atrativos elementos urbanos que emergiam na paisagem, por outro, continuava a manter algumas singularidades comportamentais diante desse mesmo contexto. Essa situação não deve surpreender, alerta Bourdieu (1989), porque a seu ver, ela encontra vinculações no processo de interiorização da estrutura social – *habitus* - que vai se construindo dentro desse mesmo contexto social, do qual as pessoas tornam-se portadoras, ainda que de forma inconsciente, e que são exteriorizadas pela forma com a qual os indivíduos se conduzem em seu meio.

Portanto, conforme apontado anteriormente, apesar de ter sido possível identificar na capital potiguar, nas duas primeiras décadas do século passado, por exemplo, no campo literário, certo embate direcionado à assimilação e penetração dos ideais do modernismo, quando se tratava das novas propostas voltadas à organização dos espaços da cidade, esses discursos passavam a assumir igualmente a defesa de novos pressupostos urbanos, regidos pelas formulações teóricas do racional-funcionalismo.

Nesta perspectiva, é possível considerar que as redefinições de traçados urbanos e a expansão da cidade, também buscavam impulsionar através de ações combinadas, novos ritmos para a vida social dessa capital. Essas ações, por sua vez, não se limitavam apenas ao aformoseamento e à concentração de esforços direcionados, por exemplo, ao enfrentamento das difíceis condições sanitárias existentes. Afinal, dificilmente poder-se-ia deixar de reconhecer, a expectativa que se alimentava dentro da própria administração pública, de que uma nova ambiência urbana estimulasse nas pessoas o desejo de suplantar antigas práticas sociais e comportamentos, que já não mais se mostravam condizentes com a cidade e a vida moderna.

Na verdade, esse tipo de direcionamento aponta para a intenção de se buscar articular uma série de transformações, de modo a que os efeitos pudessem ser tanto mais imediatos, como renovadores, tal era a pressa de fazer a cidade de Natal projetar-se em direção do futuro. Nesse processo, algumas pessoas passavam, inclusive, a receber o reconhecimento público em decorrência de iniciativas nessa direção: “o prefeito O’Grady³⁰ pôs Natal no caminho do século XX. Estava no século XVIII” (CASCUDO, 1999, p. 140).

Todo esse contexto sugere que a imagem de espaço público urbano passou a ser mais bem desenvolvida e construída pela administração pública local, vinculando a necessidade de as pessoas empreenderem esforços visando estabelecer uma relação harmoniosa com a nova ambiência que começava a se apresentar a sua volta, o que poderia ser entendido como uma estratégia que teria como objetivo a intenção de não se provocar maiores confrontos com as práticas sociais³¹ então existentes. É possível observar que os discursos e as novas propostas de organização territorial, quando não definiam com clareza as possibilidades e limitações de uso dos espaços, indiretamente, procuravam fazer ver que, ao empreender esforços no sentido de estabelecer esse ajustamento, a população estaria tendo participação ativa nesse processo transformador, exteriorizando a capacidade de se tornarem pessoas sintonizadas com os novos tempos.

³⁰ No início do século XX, “o intendente municipal”, que atualmente corresponde à figura do prefeito – instituída com a “Revolução de 1930” - era designado pelo Presidente de cada Estado da Federação. Omar O’Grady, nomeado por Juvenal Lamartine, exerceu esse cargo de 1924 a 1930.

³¹ Refere-se às práticas cotidianas que apontam para as formas das pessoas se relacionarem com o universo social. O *habitus* conduz as práticas sociais (BOURDIEU, 1989).

Por outro lado, não eram raros os pronunciamentos que buscavam unir uma perspectiva otimista de futuro para a cidade de Natal, com a necessidade de se impulsionar um estilo de vida mais adequado a um novo desenho urbano. Com isso, é possível entender que se buscava construir um modelo de cidade, direcionando a organização social, aos novos ritmos e valores vinculados a uma idéia de modernidade, passível de ser utilizada em distintos ambientes citadinos (YAZIGI, 2000). Todavia, é preciso não esquecer que nesse mesmo contexto, já se faziam presentes práticas cotidianas, que passavam a ser alvo de diferentes estímulos, alimentados de uma forma mais direta pela nova ambiência e paisagem citadina.

Nesse sentido, as práticas sociais mostram-se um importante referencial analítico quando se pretende investigar, sejam atitudes da população frente às novas orientações culturais, direcionadas em especial à percepção e uso dos espaços públicos da cidade, seja a possibilidade de que essas práticas tenham desenvolvido um potencial de emancipação, de maneira a se converterem em um testemunho de outras formas de identificação e interação das pessoas com as novidades advindas de um recente contexto citadino.

Contudo, limitações de informações referentes ao período em foco, relacionadas a essa particularidade da vida social da cidade, fizeram com que se procurasse buscar aprofundar a atenção sobre a percepção e uso dos espaços, utilizando para isso registros fotográficos, apesar das dificuldades que esse tipo de análise antecipa, conforme alertam estudiosos como Barthes (1984) e Collier (1973). Isso porque, ressaltam esses autores, se por um lado a fotografia traz elementos capazes de contribuir para a recriação do passado, ela também é aberta a diferentes interpretações e indagações, pois coloca em foco a subjetividade do pesquisador.

Entretanto, se as limitações para uma análise fotográfica são as limitações do próprio homem, já que muito pouco do que se pode ver está livre de preconceitos e projeção pessoal, como coloca Collier (1973); se depende do olhar a construção de significados, ou envolve escolhas, como destaca Barthes (1984), torna-se fundamental, sugere Calvino (1994a, p. 83), que o pesquisador procure se liberar de imagens que até então haviam anunciado as coisas que procura. Desse modo, assinala esse pesquisador, a investigação estará mais aberta para descobrir outros percursos, desviar-se da linha reta, se deixar surpreender,

Ao considerar essa perspectiva, é possível observar que nem sempre se está habituado a reconhecer na fotografia as possibilidades que ela oferece, em

especial de se ir além dos fatos e situações visualizadas, sem que para isso sejam rompidos os elos com os elementos nela existentes. No entanto, apesar de esse potencial, não raro, os registros fotográficos continuam sendo usados apenas como ilustração e não como parte, corpo da própria pesquisa.

Essa situação parece não surpreender, principalmente quando esses mesmos autores reconhecem a dificuldade que as pessoas têm de sair dos trilhos de seu próprio campo de observação, de repensar as mesmas coisas que, vindas de outro discurso, poderiam implicar na possibilidade de se defrontarem com um terreno desconhecido. De qualquer forma, foram justamente essas questões que despertaram o entendimento de que era possível ampliar o horizonte perceptivo e estabelecer novas leituras sobre a vida urbana da referida cidade, mediante a imagem.

Portanto, a abordagem que virá a seguir representa o resultado dessa incursão que, embora desde o princípio tenha se mostrado instigante e desafiadora, propiciou estabelecer novos encontros e reencontros com a cidade de Natal. Por outro lado, como em uma espécie de viagem, distante dos percursos seguros, a visão do silêncio descortinada por tantos fragmentos de paisagens, foi apontando, através de imagens, outros caminhos a partir dos quais seria possível falar da vida que nela se fazia presente. Contudo, esse tipo de encontro e de descoberta com a imagem não se deu de uma forma impune. Foi necessário vivenciar turbulências, romper fronteiras, ponderar sobre a difícil decisão de seguir outras trilhas, outros caminhos.

Essas considerações que antecedem as reflexões e imagens que vêm a seguir, representam um convite e um desafio. Um convite para um passeio pela cidade de Natal, sem que um roteiro pré-estabelecido tenha sido proposto, e o desafio acompanhar essa caminhada mais desarmados, mais abertos a possíveis ruídos e ao silêncio, como também a visões e a surpresas que possam emergir de novas paisagens:

[...] o senhor Palomar resolveu que sua atividade principal seria contemplar as coisas pelo seu exterior. Um tanto míope alheado, introvertido, ele não parece ajustar-se por temperamento ao tipo humano que é geralmente definido como observador. Contudo, ocorre-lhe sempre que determinadas coisas – um muro de pedra, uma concha de molusco, uma folha uma chaleira – se apresentam a ele como se lhe solicitasse uma atenção minuciosa e prolongada: ele se põe a observá-

las quase sem se dar conta disso e seu olhar começa a percorrer todos os detalhes, e não consegue mais parar. O senhor Palomar decidiu que doravante redobrará sua atenção: primeiro a não se esquivar a esses reclamos que lhe vêm das coisas, segundo, em atribuir à operação de observar a importância que ela merece (CALVINO, 1994b, p.101).

4.1 UMA CIDADE IDÊNTICA A SI MESMA: LEITURAS URBANAS

Sob muitos aspectos, como em uma espécie de viagem, um livro aberto à decifração, a fotografia se ramifica em diferentes possibilidades. Pode transportar, por exemplo, para outro tempo, um passeio pela cidade, por suas ruas, como aproximar de costumes, acontecimentos humanos diversos e diferentes formas de vida. A partir dessas possibilidades, as ramificações e trajetórias que dela emergem propiciam experiências visuais que nem sempre se oferecem de uma só vez ao olhar. Desse modo, ao abrir perspectivas que não se esgotam, nem se limitam a sua própria imagem, um registro fotográfico condensa informações diversas, vozes e acordes plurais, na medida em que se torna uma espécie de mediador para um mundo transcendente.

De qualquer forma, ao considerar esse contexto e as aberturas investigativas, a partir das quais poder-se-ia estabelecer um diálogo mais próximo com imagens de uma cidade que se descortinam ao olhar, o encontro com algumas construções analíticas foi decisivo no sentido de se estabelecer elos de aproximação com esse complexo universo. Porque esses registros fotográficos passaram a desenhar páginas da história da capital potiguar, que não se deixavam congelar ou se encerrar no passado. Assim sendo, não obstante o tempo cronológico que distancia esse material observado, de certo modo, ele também transporta para os dias atuais, sentimentos e valores, que não se mostram desgarrados do tempo histórico.

Portanto, diante das possibilidades de diálogos que se desenhavam a partir dessas questões, Barthes (1984, p. 20) foi importante no sentido de não desconsiderar a participação do observador como parte definitiva na estruturação do processo interpretativo de uma imagem. Esse fato, a seu ver, explica os múltiplos olhares e as leituras plurais que são construídas no decorrer desse tipo de apreensão. Assinala ainda, que a fotografia é objeto de três emoções: o fazer, o

suportar e o olhar, para as quais apresenta as seguintes denominações: *Operator*, *Spetrum* e *Spectator*, respectivamente.

Obviamente há muito que se dizer dessa estrutura conceitual, que foi sendo construída a partir das renovadas indagações do referido autor sobre o universo da fotografia. Este fato fica claro, logo na abertura do seu último livro – *A câmara clara* – quando exterioriza seu próprio reconhecimento de que muito se tem a desvendar sobre o processo de construção e apreensão de uma imagem: “o que meu corpo sabe da fotografia?” (BARTHES, 1984, p. 20).

O certo é que, a partir dessas denominações e indagação, Barthes (1984) põe em cena combinações mais complexas do que a princípio poder-se-ia esperar, particularmente com relação a emoções e impulsos que se entrecruzam na captação e registro de uma imagem. Afinal, destaca, uma fotografia renova-se inesgotavelmente, para além de restituir o que parece ter sido abolido pelo tempo, pela distância. É nesse contexto, portanto, que cumpre deter-se um pouco mais nas reflexões desenvolvidas por esse pesquisador, à luz da qual foram elaboradas suas últimas proposições conceituais, que passaram a nortear as nossas incursões nesse universo.

Em princípio, cumpre destacar que em: *A câmara clara*, esse autor aponta o *Operator*, o *Spetrum* e o *Spectator* – como vias de acesso, através das quais seria possível empreender esforços, no sentido de perceber o que se faz presente e o que se manifesta em um registro capturado, no que é possível conhecer no processo de formação de uma imagem. Ressalta ainda que, embora esses direcionamentos participem de uma ambiência em comum, e dialoguem entre si, é preciso observar com atenção as características que os compõem e os diferenciam.

Nessa perspectiva, o *Operator*, por exemplo, ao contrário do que essa palavra poderia anteciper, não se refere a uma técnica, nem ao alvo captado pelo olhar. Está relacionado à emoção do fotógrafo no processo de captação de uma imagem. Ou seja, corresponde à essência da “Fotografia-segundo-o-Fotógrafo” (BARTHES, 1984, p. 21). Dessa relação, ou dessa essência, reconhece esse autor, “eu não podia falar, na medida em que nunca a conheci”. Portanto, é com essa percepção que opta por se distanciar das análises - “as mais numerosas”- que tratam da fotografia sob essa perspectiva.

Por outro lado, o alvo, o que é fotografado, é chamado de *Spectrum* da fotografia. Para melhor esclarecer a sua compreensão sobre esse referente, Barthes

(1984, p. 20) utiliza a palavra grega *eidolon*, por entender que ela mantém, através de sua raiz, uma relação com o espetáculo. Relaciona-se, pois com a idéia de simulacro, da reprodução de um corpo insubstancial, da imagem que se vê. Já o *Spectator*, destaca, “somos todos nós, que compulsamos, nos jornais, nos livros, nos álbuns, nos arquivos, coleções e fotos”.

Entretanto, havia ainda algo a ser dito. Algo que vindo da própria fotografia, capta o olhar, como uma revelação e que se irradia para além de suas margens. De certo modo, esse tipo de interação vai delineando uma espécie de seleção, fazendo alguns registros fotográficos submergirem, enquanto outros, ao contrário, ao manifestar uma revigorada vitalidade, permanecem como uma renovada possibilidade de revelação. Com relação a essa questão, mais uma vez, Barthes (1984) apresenta-se como uma importante contribuição, ao sinalizar para a existência de uma espécie de centro de forças, passível de se fazer presente em diferentes imagens, no registro de distintas circunstâncias.

Com muita freqüência um detalhe pode ser o responsável por todo um desencadear de emoções e atração, ressalta esse autor. Esse detalhe é “o *puctum* (o que me punge)”. Enfatiza ainda que essa alguma coisa, ao contrário do *studium* – gesto preguiçoso – “folhear, olhar rápida e indolentemente, demorar e apressar-se” - provoca um estalo, um abalo, “um *satori*”. Portanto, o *puctum* é um “suplemento: é o que acrescento à foto e que, todavia já está nela” (BARTHES, 1984, p. 85)

Certamente essas análises e reflexões não são suficientes para abraçar todo o universo de possibilidade analítica que uma fotografia propicia. Porém, são precisamente essas relações e aspectos a serem destacados, visto que foram essas sinalizações que permitiram realizar incursões pela cidade de Natal, a reconhecer caminhos, visitar lugares, como também seguir sinais enviados por alguém. Nesse sentido, as fotos analisadas foram fundamentais como parte desse processo, assim como tantas outras que se fizeram presentes nessa trajetória investigativa. Portanto, no seu conjunto, esses registros fotográficos passaram a fazer parte de um quadro de referência, dentro do qual foi possível estabelecer elos, conexões e encontros com o objeto de pesquisa.

Nesse sentido, cumpre ainda salientar que não houve a preocupação de colocá-las dentro de um quadro seqüencial cronológico rigoroso, uma vez que a única delimitação que foi estabelecida para esse primeiro momento, conforme apontado anteriormente foi a de que esses registros fizessem parte do que foi

vivenciado pela cidade de Natal nas duas primeiras décadas do século XX. Assim, com esse direcionamento, os elos que se estabeleceram entre essas imagens, passaram a compor paisagens e circunstâncias, a partir das quais foram sendo delineados alguns grupos.

A seqüência das figuras apresentadas a seguir, exemplifica como esses grupos foram se definindo. Nesse processo, um detalhe, uma visão global, os elementos urbanos, a idéia de conjunto, atividades e usos presentes nas paisagens, por exemplo, ajudaram a identificar particularidades e situações, que dificilmente poderiam ser observadas sem que essa junção fosse feita. Nesse movimento de idas e vindas, muitas vezes, alguns aspectos, quando inseridos em um conjunto ganharam mais evidência, enquanto em outros casos ocorria o oposto. O certo é que, esse contexto permitiu estabelecer algumas leituras e reflexões sobre a vida presente nos espaços públicos abertos da capital potiguar, no período em foco.

4.1.1 Usos e costumes: o cenário desenhado pelas ruas

Os espaços públicos abertos transformaram-se no grande palco e desafio da cidade moderna, afirmam teóricos do urbanismo, apesar de as releituras diferenciadas que têm feito quanto ao uso e ao papel desempenhado no interior de uma nova e complexa dinâmica urbana. Algumas vezes responsabilizados pela desordem citadina, outras avaliados como o coração da cidade, apesar de críticas e restrições das quais são alvo. De alguma forma, essa parte da territorialidade urbana, continua a ser considerada uma espécie de termômetro da vida social dos centros urbanos. Além disso, devido à renovada vitalidade, também passou a ser vista como vitrine dos encantos e impasses vivenciados pelas cidades modernas. Nesses espaços, vários aspectos são passíveis de serem observados: do cotidiano das ruas, às organizações populares que, na capital potiguar, no início do século XX, passavam a ser apreendidas como prova da vivacidade e da vibração de uma época (GUIMARÃES, 1986).

a) Festas, comemorações, as solenidades

Para quem se defronta com imagens da cidade de Natal nas primeiras décadas do século passado, pode surpreender a quantidade de pessoas presentes

nos espaços públicos abertos. Entretanto, quando se passa a ter uma maior atenção com esse material, é possível observar algo em comum entre elas. Ou seja, há sempre um acontecimento em torno do qual giraram esses cenários, essa saída às ruas (figura 2). Tal fato torna-se mais perceptivo, principalmente quando outras imagens mostram essa mesma ambiência em outro contexto, em outras circunstâncias, no cotidiano das ruas.



Figura 2 – Solenidade cívica na Praça Augusto Severo em 1912
Fonte: Sérgio e Castro (1998, p. 63).

Nesse aspecto, cumpre ressaltar que quando se fala em presença de pessoas nas ruas, não há referência apenas a grandes aglomerações, mas também aos casos em que esse número, embora menor, marca o campo visual apresentado por essas imagens. Com relação a essa situação, cabe sublinhar que os elementos motivacionais, ou desencadeadores desses registros mostram-se variados, tais como: cultos religiosos, atos políticos e outros eventos civis, por meio dos quais é possível estabelecer uma aproximação com a dinâmica da vida social presente nessa capital.

Nas figuras 3 e 4, por exemplo, também pode-se observar situações as quais, em princípio, poderiam ser consideradas cenas do cotidiano da cidade. Entretanto, a forma como essas pessoas encontram-se nesse ambiente, o foco de interesse dos presentes, aparentemente localizado para além das imagens captadas por esses registros fotográficos, induzem a pensar na ocorrência de uma

circunstância transitória. Além disso, a própria denominação dada pelo autor a essas fotos - Embarque Chaves - em uma clara referência a uma das viagens realizadas por Joaquim Ferreira Chaves, que em 1914 sucedeu Alberto Maranhão no governo do RN³², contribui ainda mais para o desenho desse quadro.

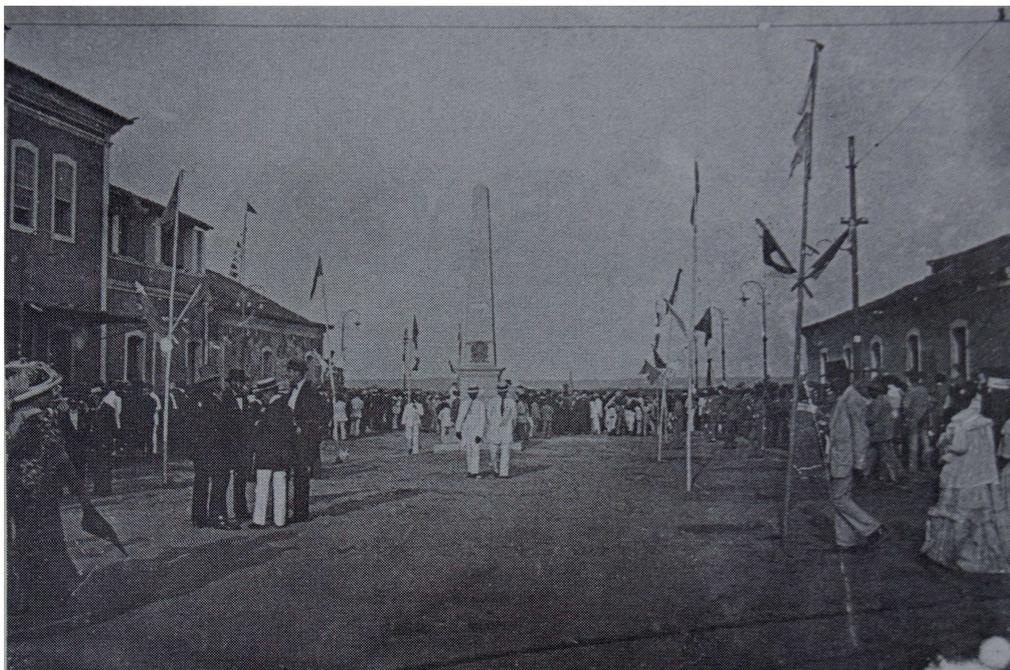


Figura 3 - Embarque Chaves³³.
Fonte: Miranda, 1981, p. 85.

Ainda com relação a esse tipo de evento, observa Miranda (1981, p. 85), que em vários registros fotográficos da época, como esses feitos por Manuel Dantas, “há sempre referências a embarques e chegadas do governante com a rua embandeirada e o povo na rua para recebê-lo ou despedir-se”. Portanto, apesar de não ser possível identificar se esse tipo de circunstância, que levava uma quantidade significativa de pessoas a saírem às ruas, também se estendia a outros administradores públicos na gestão de seus respectivos mandatos, pode-se supor que ocasiões como essas, geralmente alimentadas por motivações políticas, se transformassem em ocasiões especiais, que estimulavam os moradores a se deslocarem até os espaços públicos abertos dessa capital.

³² Ferreira Chaves já havia governado o RN de 1891 a 1892 / 1896 a 1900, e por último de 1914 a 1918. Foi o primeiro governante desse estado eleito pelo “voto direto do povo”, em eleições denominadas de “bico de pena”. Os votos eram abertos e comuns os casos de fraudes, manipulações, e abuso de poder, conforme ressaltam alguns pesquisadores.

³³ Vista parcial do cruzamento da Rua Frei Miguelinho com a Rua Chile.

Com relação a essa ambiência, cabe sublinhar que embora nessa época o bairro da Ribeira, apontado no Mapa 5, já não mais abrigasse a sede administrativa do governo estadual, transferida em 1902 para a Cidade Alta, ainda permanecia sendo um atrativo para a população, e uma das áreas prioritárias da administração pública, no que se refere a melhorias urbanas. Como exemplo, pode-se citar que em 1905, uma parte desse bairro foi a primeira a ser iluminada por luz acetíleo. Além disso, a Ribeira continuava recebendo grandes novidades, como o Politeama, primeiro cinema da cidade, além de conservar os grandes hotéis da época, casas comerciais, clubes, farmácias, alfaiates. Seja como for, salienta Cascudo (1999, p 155), a fisionomia da Ribeira além de ser “bela e diversa”, prosseguia sendo palco de diferentes mudanças, de sinais de progresso, de modernidade.

Em certo sentido, é curioso observar que as figuras 3 e 4, apresentam singularidades que emergem a partir da atmosfera que envolve a ambiência presente nessas ruas. Ou seja, certa quietude, um ar de movimento parado, corpos e gestos pouco expressivos, estão como a exprimir uma apatia, apesar de as diferentes expectativas que poderiam ser desencadeadas com esse tipo de evento.



Figura 4 - Chegada Chaves³⁴.
Fonte: Miranda, 1981, p. 51.

³⁴ A Avenida rio Branco, desta vez, foi o palco do evento

Nesse contexto, cumpre ressaltar as novas exigências que se desenhavam com relação aos usos dos espaços, a partir da organização de uma nova paisagem urbana. O então governador Ferreira Chaves, oferece um exemplo disso, ao defender algumas das ações da administração pública nesse sentido:

Foi, simplesmente, meu propósito atender às leis do decoro e fazer observar os preceitos da higiene. Tínhamos aqui, em frente ao palácio do governo, ladeando a principal artéria da cidade por onde transitam os hóspedes ilustres, que nos concedem a distinção de visitar-nos, um amontoado de casas vetusas, algumas já meio derrocadas, outras em escombro, oferecendo todas um quadro, senão repugnante, pouco acariciador dos sentidos menos exigente (FERREIRA CHAVES *apud* SOUZA, 2001, p. 117)

b) Duas perspectivas de um mesmo espaço: da Praça da Alegria a Praça Padre João Maria

Torna-se evidente a importância histórica da praça na definição do traçado, e na vida social dos núcleos urbanos brasileiros, colocando-se, portanto como um referencial fortíssimo quando se busca resgatar significados, discursos, usos e costumes de uma época (CORADINI, 1995). Não é à toa, portanto, que esses locais, de uma forma geral, aos “poucos fossem adquirindo interesse como local de permanência”, de convivência social (REIS FILHO, 1968, p. 132). Devido a essas particularidades, não foi surpresa que vários registros fotográficos da cidade de Natal, do início do século XX, tenham tido algumas dessas áreas como foco de interesse especial, ao apresentá-las em situações e perspectivas diferentes.

Contudo, entre os registros visuais que oportunizaram observar a cidade de Natal, durante as duas primeiras décadas do século XX, destacam-se quatro fotografias que atraíram de forma particular a atenção, por contrapor as expectativas que se tinha em relação à ambiência que fora registrada. A figura 5, por exemplo, mostra a antiga Praça da Alegria, que em 1906 passou a denominar-se de Padre João Maria, por ocasião do funeral do Senador Pedro Velho³⁵. Apesar da particularidade desse momento, logo no primeiro plano dessa foto, a presença das duas crianças nesse espaço público, a sensação de liberdade e de alegria

³⁵ Pedro Velho de Albuquerque Maranhão foi três vezes Governador, por dois mandatos Deputado Federal e por duas vezes Senador do RN.

exteriorizada por seus movimentos captam o olhar, embora todo um contexto de pesar possa ter levado Manuel Dantas a fazer esse registro.

Diante dessa imagem, algumas indagações passaram a se fazer presentes como, por exemplo, o porquê do nome: “Praça da Alegria” ter sido dado em especial a esse espaço, embora se tivesse conhecimento da influência portuguesa nesse sentido e do número significativo desses espaços públicos que, em outras cidades, não apenas as brasileiras, ainda mantinham essa mesma denominação.

De qualquer forma, o próprio Manuel Dantas ao fotografar em 1915 esse mesmo local (figura 6), durante as festividades de inauguração do calçamento e ajardinamento, propicia outra visão que, de certa forma, distancia-se daquilo que se poderia esperar de um evento desse tipo. Tal foto passa a imagem de um ambiente de apatia e quietude, o que de certa forma pode surpreender. Afinal, não apenas a pavimentação de ruas, como o ajardinamento dos espaços públicos, ainda era novidade recente na cidade, embora essa não tenha sido a primeira praça a ser alvo de intervenções, uma vez que outros projetos com igual objetivo já haviam sido executados tanto no Bairro da Ribeira, como na Cidade Alta.

Portanto, não há como deixar de reconhecer, a partir de alguns depoimentos sobre a ambiência existente na Praça da Alegria, que as mudanças advindas com a inauguração de um novo espaço público nesse mesmo local, assim como ocorrera em outras partes da cidade, não se restringiam apenas ao nome ou a um novo desenho da paisagem. Ou seja, para quem utilizava essa área, os moradores do seu entorno, por exemplo, a necessidade de adaptação a um novo contexto foi inevitável. Em um primeiro momento, as conversas na calçada em determinadas horas do dia, foram adaptando-se aos novos espaços, deslocando-se posteriormente para a proteção propiciada pela sombra das árvores. Entretanto, em 1919, com a inauguração do busto em homenagem ao padre João Maria, quando “esse local passou a ser um ponto de convergência dos seus devotos e admiradores”, esse hábito, mais uma vez teve que ser mudado, pois ganhava uma nova perspectiva de uso (SOUZA, 2001, p. 112).



Figura 5 - A Praça da Alegria³⁶.
Fonte: Miranda, 1981, p. 47.



Figura 6 - A inauguração da Praça da Alegria.
Fonte: Miranda, 1981, p. 47.

³⁶ Por ocasião do funeral do Senador Pedro Velho

c) Procissões, desfiles cívicos e outras comemorações

Registros fotográficos da época não deixam dúvidas sobre as transformações vivenciadas, por essas áreas abertas de uso público comum da capital potiguar, especialmente em algumas datas especiais. Contudo, isso não quer dizer que essas ocasiões fossem as únicas a romper com ações e práticas sociais que poderiam ser identificadas, como as mais próximas do cotidiano dessa cidade. Conforme ressalta Certeau (1990, p 45), até mesmo nos espaços construídos, compostos de vocabulários já inscritos, podem emergir interesses e desejos outros “que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem”. Portanto, não deveria surpreender que em meio a uma nova ambiência, as pessoas procurassem moldar-se ao novo contexto urbano, conforme proclamava o ideário da modernidade, como a de tentarem, de certa forma, adaptar novos comportamentos a alguns antigos hábitos. Esse tipo de situação mostrava-se visível, não apenas por ocasião de eventos e comemorações, como em atividades cotidianas, conforme apontam registros fotográficos e depoimentos da época.

No entanto, o cotidiano da cidade continuava a manter alguns aspectos da ambiência existente no período anterior, como a constatação de uma movimentação maior de pessoas nas vizinhanças de locais onde funcionavam “pontos comerciais”, bem como em datas religiosas e comemorativas (figuras 7 a 10). Por outro lado, conforme destaca Cascudo (1999, p. 89), outras circunstâncias devem ser observadas. Afinal, a paisagem e a vida urbana já começavam a apresentar sinais de mudanças. Por exemplo: a vida social já não mais terminava às nove horas da noite, como ocorria na segunda metade do século XIX, nem eram raras as pessoas que passaram a ter maior cuidado com aparência, com o hábito de “se vestirem bem”, especialmente quando saíam às ruas.

Portanto, o cuidado com a aparência, que começava a despontar desde o século anterior, quando já ocorriam orientações oficiais direcionadas a mudar “hábitos rotineiros”, de vestir-se e comportar-se em público, recebeu um novo impulso com as transformações modernizadoras da cidade, que agitavam a vida dessa capital no início do século XX. De certa forma, o envolvimento e a atenção, das pessoas com relação a essa questão, não ficou restrito à elite, que começara a manter uma ligação direta com as últimas orientações da moda vinda de Paris, como mostra a inauguração da Casa de Moda Importada: Paris-Natal (figura 11). Até os

moradores mais simples, procuravam modificar antigos costumes, e mostrar a capacidade de adaptar-se, e acompanhar todo um cenário de mudanças, como destaca Guimarães (1986, p. 49):

Aos domingos, Zacarias³⁷ abandonava ao abdrajos, metia-se em uma roupa branca bem engomada, calçava os sapatos, envergava o chapéu de palhinha e vinha para a cidade passear. Mesmo assim, nesses trajes de lorde, pedia.



Figura 7 - Rua Dr. José Ivo, Com Rua Ulisses Caldas.
Fonte: Miranda, 1981, p. 67.

Nessa perspectiva, se forem consideradas as diretrizes e as aspirações dos teóricos do urbanismo para a cidade moderna, e recordar que a influência de seus ideários já se faziam presentes na capital potiguar, não apenas em propostas e discursos apaixonados dos administradores públicos e entusiastas de diferentes áreas, como também nos novos projetos de expansão urbana, como o projeto da denominada “Cidade Nova”, citado anteriormente, a configuração desse novo cenário citadino não deveria surpreender. Até mesmo porque, conforme já foi sublinhado, esses ideários não se limitavam às transformações no traçado dos núcleos urbanos, preocupações higienistas ou questões de embelezamento:

³⁷ Zacarias, segundo Guimarães (1952), foi talvez o pedinte mais popular, querido e conhecido da cidade nessa época

Que a grande massa de moradia seja consagrada à labuta nesta esfera, a cidade, pode apresentar-se com roupa de trabalho, mas as poucas praças e ruas principais deveriam poder apresentar-se em trajes domingueiros, para a alegria e orgulho dos cidadãos (SITTE,1992, p. 101).



Figura 8 - Parada Militar de Sete de Setembro.
Fonte: Sérgio e Castro (1998, p. 62).



Figura 9 – Aglomerado nas ruas (algum evento em vista)³⁸.
Fonte: Sérgio e Castro (1998, p.56).

³⁸ Vizinhanças da Praça Padre João Maria, por ocasião da sua inauguração.



Figura 10 – Rua Doutor Barata³⁹
 Fonte: Fonte: Miranda, 1981, p. 88.

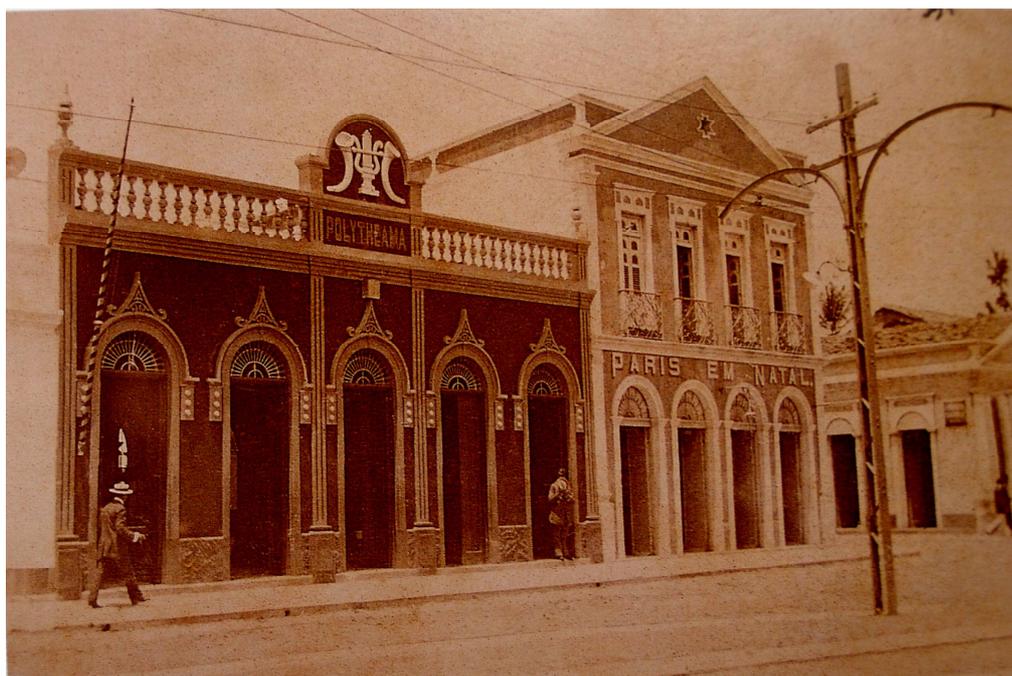


Figura 11 – Casa de Moda Importada: Paris em Natal⁴⁰
 Fonte: Sérgio e Castro (1998, p.63).

Conforme pode-se perceber, apesar dos debates e divergências explícitas, algumas concepções aproximavam diferentes perspectivas e aspirações

³⁹ Centro comercial mais importante da cidade nas primeiras décadas do século XX. Nela estava localizada, por exemplo, a Livraria Cosmopolita, ponto de encontro de intelectuais, as lojas mais sofisticadas da cidade e o Banco do Natal.

⁴⁰ Conforme se pode observar, ao lado da loja localizava-se o Cinema Polytheam, citado anteriormente

direcionadas à cidade moderna. Este fato evidencia-se com maior clareza, quando são colocadas em foco algumas dessas preocupações, em especial, no que diz respeito à inserção da população nos novos cenários públicos urbanos. Com relação a esse aspecto, cabe ainda ressaltar que, embora esse tipo de preocupações e debate teórico tenham se aprofundado com o surgimento de outras questões urbanas, que emergiam no final do século XIX, ele adentrou renovado no século XX, diante do convencimento de que “a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos” (BERMAN, 1999, p. 143).

Ao refletir sobre esse tipo de percepção, Berman mostra que é possível encontrar em escritos e estudos de diferentes áreas, esse mesmo tipo de aspiração e entendimento, embora, nos argumentos e diretrizes apresentados, não raro, as aspirações, dimensões estéticas e formais do novo ambiente urbano da modernidade acabem ganhando maior destaque. Na cidade de Natal, essa relação também pode ser observada, não apenas no âmbito das orientações oficiais direcionadas ao uso dos espaços da cidade, como em outros canais formadores de opinião junto à população local.

Nos registros fotográficos 12 e 13, mais uma vez, as imagens emitem sinais de formalidade, de ordenamento, que sob muitos aspectos passam a vincular-se com algo que não é novo, e que remetem à repetição do mundo social observado por Bourdieu (1989, p. 144). Na análise desse autor, apesar dessas aparentes diferenças, os elos que as unem encontram-se inscritos na própria estrutura desse espaço social, apontando para estilos de vida, resultantes da incorporação, em graus e níveis diferenciados, da vida urbana presente no mundo comum. Em decorrência desse fato, sublinha ainda esse pesquisador, essas situações tendem a se reproduzir como algo natural, e a se fazerem respeitar por mais rigorosas que se apresentem as condições de existência.

Nesse contexto é significativo observar que nas duas primeiras décadas do século XX, o sistema educacional do município de Natal também passou a ser alvo de investidas oficiais, seja com a construção de novos prédios e melhoramento de algumas escolas existentes, seja nas novas diretrizes voltadas a uma formação escolar mais moderna. Portanto, considerando a perspectiva e expectativa que se desenhava para a cidade, era de se esperar que a opção oficial se definisse pelo modelo francês, tido como exemplo de modernidade e de sintonia com os novos

tempos. Afinal, para uma cidade que almejava tornar-se moderna, a preparação de novos cidadãos passou a ser avaliada como fundamental, para que a vida na capital potiguar fosse sendo reorganizada e redirecionada, de forma a responder adequadamente às novas exigências e símbolos da vida urbana.



Figura 12 - “Festa das árvores”.
Fonte: Sergio e Castro (1998, p. 74).



Figura 13 - Foto: Grupo Escolar Professor Zuza.
Fonte: Sérgio e Castro (1998, p. 65).

Importante destacar que as pesquisas desenvolvidas por Moreira (2005) e Pinheiro (2005) oferecem uma relevante contribuição, para o conhecimento de algumas das particularidades dessa iniciativa abraçada pela administração pública: a modernização do modelo educacional. Nesse contexto, o papel desempenhado pelos novos espaços escolares foi apontado como parte fundamental para que essas diretrizes pudessem ser implantadas de forma satisfatória. Nesse aspecto, as construções do Grupo Escolar Augusto Severo e da Escola Doméstica, em 1908 e 1914 respectivamente, traduzem o desejo e o empenho de incluir a cidade no mesmo patamar de outros centros urbanos mais desenvolvidos. A Escola Doméstica, por exemplo, voltada especialmente para a formação educacional feminina, na estrutura organizacional e curricular é considerada pioneira, não apenas no Brasil, como na América Latina.

De uma forma geral, essa educação deveria direcionar-se pelas orientações traçadas pelos novos ideais republicanos e nos anseios que impulsionavam ações públicas voltadas para o contexto social. Contudo, essas questões foram desencadeadas, e instigadas por alguns dos registros fotográficos encontrados no decorrer da pesquisa.

No que diz respeito às denominadas “festas populares”, os registros sobre esses momentos encontram-se mais presentes em relatos e depoimentos, do que em fotografias da época. No que se refere ao cotidiano da cidade, autores pesquisados, como (GUIMARÃES, 1986, p. 30), ressaltam que esses momentos representavam “tempos diferentes”, pois ao seu final “a rua voltava ao seu silêncio” (Figuras 14 e 15). Mesmo assim, até mesmo nas festas “verdadeiramente do povo”, como o carnaval, outros sinais do mundo moderno não passavam despercebidos dos participantes a essas confraternizações:

Os ricos perfumado à COTY, à L`ORIGAN, trajando HJ finíssimos, caros, mandados vir da França ou comprados diretamente de Paris, durante um passeio a Europa. Bebendo vinhos da Itália, vindos em barris com letreiros impressos, distinguindo o distinto – “fabricado especialmente para DON FULANO” – ou recebido de Portugal – da Beira ou do Porto – com a citação da idade avançada, no célebre letreiro de “vinho velho do Porto”. [...]. Naquele meio, na confusão entusiástica do carnaval de rua. [...]. A alegria comandava tudo (GUIMARÃES, 1986, p. 27, grifos do autor).



Figura 14 - Vista panorâmica da Praça André de Albuquerque⁴¹.
Fonte: Cicco (1920)

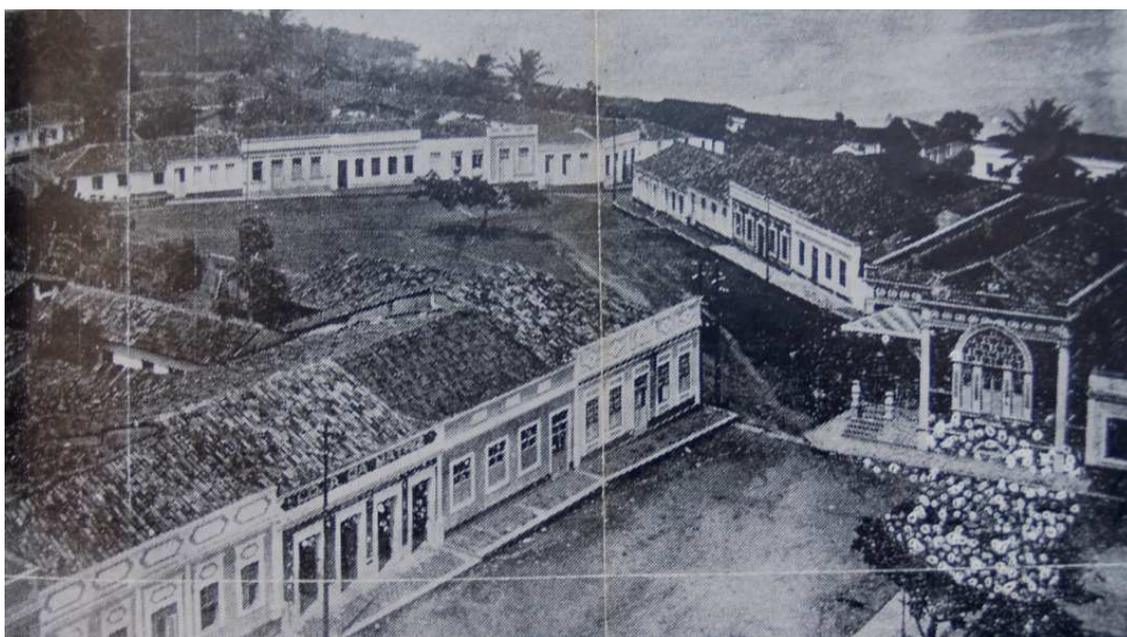


Figura 15. Entorno da Praça André de Albuquerque.⁴²
Fonte: Cicco (1920).

É curioso observar, comparando as fotos mostradas até o momento com outras imagens feitas dessa cidade, no mesmo período, que seja possível ter perspectivas distintas da capital potiguar, a exemplo das figuras 14 e 15. Nenhum

⁴¹ Após a conclusão em 1909

⁴² Ao fundo a antiga Praça 24 de maio, então conhecida popularmente como Praça das Laranjeiras, atualmente denominada de Praça João Tibúrcio.

acontecimento, em especial, parece estar relacionado a essas imagens, mas apenas algo que poderia expressar o desejo e o orgulho de registrar de forma especial os novos espaços urbanos. Talvez essas imagens, possam ser consideradas parte do fascínio que a nova paisagem urbana passou a exercer na população local.

4.2 TODO EXTERIOR TAMBÉM É INTERIORIDADE

Temáticas vinculadas à Segunda Guerra Mundial não são novas, tampouco é nova, nas reflexões sobre a cidade de Natal, a atenção dada aos efeitos desse período na vida, na dinâmica e nas perspectivas que passaram a ser delineadas na época para esse centro urbano. Algumas pesquisas direcionadas a esse horizonte, apresentam relevantes contribuições, no sentido de se ter uma maior proximidade com esse contexto, não apenas pelo fato de se debruçarem sobre essa fase vivenciada pela capital potiguar, a partir de olhares distintos, como por trazerem à tona questões nem sempre presentes nas falas oficiais, ou na construção de cenários projetados para esse município.

Mesmo assim, é interessante perceber como ainda surpreendem algumas especificidades do complexo cenário que se desenhou na referida capital, com a proximidade concreta dos primeiros sinais desse conflito. Apesar das várias restrições impostas à população local, e ao contrário das expectativas sombrias, geralmente vinculadas a esse tipo de acontecimento, as diferentes novidades que chegavam a essa capital nessa época, alimentaram nas pessoas, um clima de otimismo e de perspectiva de transformação positiva da cidade.

Pode surpreender ainda que, ao mesmo tempo em que as condições de vida do Nordeste brasileiro deterioravam-se, com a chegada da forte seca de 1942, o início da mobilização militar e a construção de bases nessa capital, entre 1942 e 1943, tenham conseguido contornar o êxodo rural em direção a Natal, uma vez que as ofertas de emprego diversificadas, conseguiam dar uma solução emergencial à situação existente, apesar do despreparo da mão-de-obra (CLEMENTINO, 1995).

De qualquer forma, embora a cidade de Natal já tivesse sido alvo, de propostas de intervenções urbanísticas inovadoras, como o Plano de Sistematização, elaborado pelo italiano Giacomo Palumbo em 1929, o denominado Plano Geral de Obras de autoria do Escritório Saturnino de Brito, com o qual “tiveram início as obras de Saneamento de Natal inauguradas em 1938” (MIRANDA,

1981, p. 123), e outras que foram levadas adiante, como o Plano da Cidade Nova, já citado, dificilmente poder-se-ia comparar o impacto desses projetos com as conseqüências advindas do fato de a capital potiguar ter-se transformado na maior base militar americana fora dos Estados Unidos.

Contudo, se por um lado uma série de iniciativas transformadoras já fossem observadas em vários aspectos da vida urbana dessa capital anteriormente, por outro, esse desejo de mudanças não era abraçado com o mesmo entusiasmo, nem na esfera política, pois as mesmas pessoas desejavam permanecer no poder, ainda que revezando e negociando o espaço político entre os pares do mesmo grupo, ou família, nem entre alguns formadores de opinião, que não viam com bons olhos a influência das idéias modernistas na cultura local.

Nessa perspectiva, é possível entender a forma parcial com que os esforços de mudanças eram postos em prática, até mesmo por parte daqueles que faziam a sua defesa com mais empenho. Por isso, é importante não perder de vista as dificuldades de inserir um novo modo de pensamento às coisas do mundo social, presentes em uma sociedade. Afinal, transformações e rupturas, apontam autores como Bourdieu (1989), quando estão relacionadas às práticas humanas, devem ser trabalhadas direcionando as ações às experiências iniciais, aos instrumentos de ruptura para que seja possível anular a própria experiência contra a qual eles se construíram.

Nesse processo, nem sempre a força do mundo construído apresenta-se de forma mais explícita, ou é percebida com maior clareza, em especial, quando refere-se a “dar novos olhos”, ou “produzir um homem novo”, como por vezes argumenta Le Corbusier (2004), ao defender várias das suas propostas, até mesmo aquelas consideradas mais radicais. Portanto, se por um lado, em se tratando da capital potiguar, não se possam minimizar os reflexos, junto à população local, no que se refere às intervenções urbanas realizadas no início do século, as quais em maior ou menor grau tiveram continuidade até o final da década de trinta, também é possível entender o porquê de algumas das expectativas oficiais com relação aos reflexos do poder transformador dessas mudanças não terem se concretizado na sua plenitude, na perspectiva em que foram traçadas.

A partir desse olhar, abre-se uma proximidade maior para as circunstâncias que levaram essa capital, a ser denominada de “cidade provinciana”. Assim sendo, para um centro urbano que no final do século XIX, ainda não era

reconhecido enquanto tal, chegar ao final da década de trinta do século seguinte, sendo denominado de “cidade provinciana”, já apontava para o fato de que a capital potiguar havia conseguido avanços significativos, no que se refere a uma melhor definição da estrutura urbana.

Todavia, quando comparada a outras capitais do Nordeste brasileiro, como Recife e Salvador, e aos referenciais que passavam a nortear o *status* de modernidade dado a determinados centros urbanos, não causou maiores impactos, ou desconforto, o fato de a cidade de Natal não ser colocada no mesmo patamar, de outros centros urbanos nordestinos. Jornais da época em circulação na capital potiguar, davam destaque para alguns comportamentos e aspectos, então vinculados à vida interiorana, que nessa capital ainda se faziam presentes, como o uso de cadeiras na calçada, os desfiles de roupas aos sábados, como ocorria na Rua Doutor Barata - ponto de encontro de intelectuais e onde localizavam-se as lojas mais famosas da cidade - além de conversas no final de tarde nas praças e no Grande Ponto⁴³.

É possível observar, a partir do depoimento de algumas pessoas, certo orgulho em identificar a permanência de alguns desses hábitos, apesar de esses mesmos moradores expressarem o desejo de ver a cidade modernizar-se, ampliar outras possibilidades, melhorar as condições de vida da população. Tudo isso, porém, faz parte de uma ambiência contraditória que se fazia presente em distintos aspectos da vida social dessa capital.

Portanto, foi nessa ambiência de relativa ambiguidade, que ações denominadas modernizadoras, destacadas com ênfase nos discursos proferidos pela administração pública do Estado e do município, encontravam ecos e até mesmo boa receptividade junto à população local, embora, por vezes, tenham sido desencadeadas em ritmo mais lento do que o esperado. Mesmo quando o Governador Rafael Fernandes⁴⁴, com o apoio de Gentil Ferreira, a quem nomeou prefeito de Natal, viabilizou iniciativas pioneiras direcionadas, por exemplo, ao

⁴³ Inaugurado na década de 20 do século passado, funcionava no cruzamento da Av. Rio Branco com a Rua Pedro Soares (que na década de 1930 “tomou o nome de João Pessoa”). Era uma mercearia “afreguesada, com aluguel de mesa para se tomar cerveja, no salão ao lado, dois bilhares eram utilizados pelos devotos do divertimento” (CASCUDO, 1981, p. 9). “Universidade popular”, “reduto de toda sorte de gente”, “boca maldita” e “esquina do mundo”, foram algumas das denominações dadas popularmente a esse local.

⁴⁴ Conforme havia se comprometido, caso esse governador concordasse com o fechamento do Congresso Nacional e a conseqüente instituição do Estado Novo, Getúlio Vargas o manteve no cargo.

saneamento dos primeiros bairros da capital – Ribeira e Cidade Alta - e à preservação de algumas áreas verdes, decisões que aos olhos da sociedade local davam a essa capital novos ares de civilidade. Ainda assim, nenhum desses acontecimentos mostra ter tido o mesmo sentido de transformação radical para a vida dessa cidade, como a chegada dos americanos durante a Segunda Guerra Mundial.

O impacto tido com esse novo momento, representava uma situação que colocava a população, de uma forma concreta, em uma nova ambiência, não apenas de guerra, como de execução de obras públicas de porte, como a via, com 20 km de extensão, toda pavimentada, denominada popularmente de “pista”, que reduzia em mais de duas horas o percurso gasto entre Natal e Parnamirim, município onde estava localizada *Parnamirim Field*⁴⁵. Essa nova via tornou-se importante porque também passou a apontar um novo eixo de crescimento para a cidade. Porém as mudanças não se limitavam ao tempo recorde em que novas construções eram executadas, aos equipamentos de alta tecnologia que chegavam a Natal, às transformações urbanas observadas, ou até mesmo à grande quantidade de americanos que “do dia para a noite tomou a cidade”⁴⁶.

Na verdade, nenhum desses aspectos, por si só, condensa todo um turbilhão de acontecimentos que levou a cidade a ter sua população praticamente duplicada, em apenas dez anos, uma vez que de 55.000 habitantes em 1940, esse número subiu para 103.000 em 1950 (CLEMENTINO, 1995, p. 23). Contudo, foi possível apreender, que a convivência prolongada dos moradores dessa capital por quase três anos, com cerca de 10.000 americanos circulando entre os municípios de Natal e Parnamirim, e aproximadamente metade desse número fixos na capital, mostrou-se fundamental, para uma série de mudanças observadas, sobretudo no âmbito do comportamento das pessoas, no cotidiano da cidade, na percepção e uso dos espaços públicos abertos, dentre outros aspectos exteriorizados na fala e na paisagem urbana.

De forma que, não foi surpresa o acolhimento que esse novo cenário encontrou no âmbito local, apesar de alguns efeitos colaterais adversos que o envolvimento de Natal na Segunda Guerra Mundial desencadeou, agravando,

⁴⁵ Nome dado à Base Aérea Americana, construída pelo próprio governo dos Estados Unidos.

⁴⁶ Parte da fala de um dos entrevistados: senhor José Gurgel Guará, nascido no Rio de Janeiro, embora os pais fossem naturais do RN. Em 1930, então com nove anos, veio residir com a família em Natal.

inclusive, problemas já existentes nessa cidade, como o de abastecimento, moradia e aumento generalizado de preços.

Nesse momento, cabe lembrar que se no início do século XX, as referências que o natalense passou a receber do mundo desenvolvido com relação à vida urbana, foram as francesas, predominantemente, nos anos seguintes essa situação não mudou, visto que após 1920 as novas diretrizes urbanísticas que passaram a ganhar terreno e a se expandir em diferentes países, também tinham vinculações com a França, na pessoa de Le Corbusier. Portanto, foi a chegada inicialmente gradual dos americanos em 1941, e mais intensiva em 1942, que provocou uma alteração nos rumos dessa trajetória:

Nossa cultura foi americanizada. Antes só se lia livros franceses [...] a nossa influência era francesa [...] o povo adorou a chegada dos americanos [...] a sociedade promovia festas para os americanos."⁴⁷
(A INFLUÊNCIA ..., [199-?])

A Cidade de Natal cresceu muito durante esse período, destacam alguns pesquisadores. Este fato, aliado a um contexto de intensa movimentação militar, o contato mais próximo com um novo idioma e hábitos até então distantes da maior parte da população local e a forma com que essa cidade passou a ter a sua imagem divulgada não apenas no âmbito nacional, como no internacional, foram fundamentais para que de “cidade provinciana”, em curto espaço de tempo, essa capital passasse a ser alardeada como o centro urbano mais evoluído do Nordeste.

Na verdade, a interação que o natalense estabeleceu com esses novos habitantes tornava-se mais visível, com essa convivência prolongada. Afinal, apesar de continuar a manter vínculos com o passado, o fato de se colocar, ao mesmo tempo aberta às novidades, levou a cidade a vivenciar uma verdadeira revolução nos costumes (SILVA, 1998). Nesse sentido, se forem observadas as duas circunstâncias distintas que levaram os moradores da capital potiguar a vivenciarem novas experiências, em decorrência de um novo contexto urbano, tanto na primeira década, como nos anos 40 do século XX, cabe destacar algumas considerações sobre esses dois momentos, de forma a se ponderar sobre as especificidades de cada um deles.

⁴⁷ Parte do depoimento de Lenine Pinto, historiador natalense.

Conforme dito anteriormente, a concretude com que a configuração de uma nova paisagem, novos equipamentos, novos espaços públicos urbanos, no início do século passado, apresentavam-se a população natalense, quando colocados em cena, e no cotidiano dessas pessoas, contribuíram para alimentar novas atitudes e comportamentos, que não se limitaram às áreas urbanas que estavam sendo foco imediato das intervenções públicas. Os reflexos dessas mudanças “foram conquistando os arredores pobres, as ruas tristes, os bairros distantes” (CASCUDO, 1999, p. 301).

Cabe salientar que o contexto existente, procurava se adequar aos novos elementos relacionados ao progresso, os quais se exteriorizavam com maior força na nova paisagem urbana, do que no novo sistema educacional de inspiração francesa que estava sendo implantado, fato que estimulou mudanças de antigos hábitos, por outros mais vinculados à modernidade.

É importante destacar que sinais dessa nova ambiência da década de 1940 se mostravam de forma diferenciada. Ou seja, cristalizavam-se em acontecimentos humanos mais amplos: costumes, formas de vida, emoções e troca de experiências, por exemplo. Contudo, diferentemente de outros sinais mais concretos, como os exteriorizados na paisagem, os reflexos desses acontecimentos humanos nem sempre se oferece de imediato ao olhar; especialmente quando se transformam em marcas, em registros profundos:

[...]. As pessoas que vivem em Natal até hoje traz dentro de si marcas. Outras marcas existem na cidade, no jeito de ser. Mas, sem dúvida a 2ª Guerra Mundial mergulhou a população em um caldo de expressões diversas, diferentes, antagônicas, por se tratar da convivência com uma população em massa de outro registro de vida, de cultura. [...]. Somos hoje uma reformatação em formas diferentes, uma atualização desse mergulho de uma população inteira em uma determinada época dessa cidade.⁴⁸ (IMAGEM..., 1998).

Esse tipo de reflexão e percepção, não se exteriorizou de forma isolada por ocasião dessa pesquisa, o que manifesta talvez o poder que determinado acontecimento pode ter com a vida, com os destinos de uma cidade, ainda que o mesmo encontre-se em um ponto distante de sua trajetória. Nesse aspecto, é

⁴⁸ Parte da fala da professora da Pós-Graduação do Curso de Ciências Sociais da UFRN, Conceição Almeida, no vídeo: Imagem sobre imagem, 1998.

interessante perceber que a cidade que se apresenta no exterior não está descolada da cidade interior, onde se fazem presentes paisagens e atitudes. Nesta perspectiva, pode-se considerar o dualismo, do qual se fala, quando o natalense colocava-se diante do contato com uma nova cultura, novas possibilidades de vida nas cidades, alimentando curiosidades. Essa situação contribuiu para que arestas não fossem criadas, quando se tratava de acolher, experimentar, desenvolver táticas de convivência diante do surgimento, em potencial, de uma nova ambiência:

Do mesmo modo que o escrito só escapa ao estado de letra morta pelo acto da leitura o qual supõe uma atitude e uma aptidão para ler e decifrar o sentido nele inscrito, também a história objetivada, instituída, só se transforma em ação histórica, isto é, em história <actuada> e actuante, se for assumida por agentes cuja história os predispõe e que, pelos seus investimentos anteriores, são dados a interessar-se pelo seu funcionamento e dotados das aptidões necessárias para a pôr a funcionar (BOURDIEU, 1989, p.83).

A partir dessa diretriz apontada por Bourdieu (1998), é possível entender que, os acontecimentos que se desenrolaram na capital potiguar, por ocasião do citado conflito mundial, tiveram um poder de penetração diferenciado na vida da cidade por todo um conjunto de fatores que contribuíram de maneira decisiva para a concretização desse fato. Portanto, nesse contexto, não se poderia deixar de reconhecer o empenho e as estratégias do governo norte-americano em divulgar o que passou a ser denominado de *american way life*, que se deu inclusive com uma ação mais intensiva do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), agência criada em 1940, com o objetivo de realizar projetos de interesse desse país em diferentes áreas, inclusive a cultural. Por outro lado, cumpre também não perder de vista a possibilidade de que o natalense, já tivesse começado a adquirir, a partir das transformações da paisagem citadina, vivenciadas de forma particular no início do século XX, uma visão dinâmica da vida urbana.

Talvez esse tipo de percepção, possa, inclusive ter-se constituído em ponto de apoio necessário, para que um novo projeto cultural, introduzido no início dos anos 40, tenha sido recebido nessa capital como uma transformação positiva, apesar das dificuldades que a população teve que superar, para se adaptar às novas exigências, que essas mudanças passavam a definir. Da mesma forma, cabe destacar algumas ações articuladas pelos Estados Unidos, para intensificar e acelerar o processo de aproximação junto à sociedade brasileira. Afinal, a OCIAA,

atuava em diversas frentes e meios de comunicação, como: rádio, jornais, cinema e revistas, com o objetivo de difundir modelos, comportamentos e estilo de vida.

Alguns desses fatos talvez exemplifiquem as diferentes ações e articulações, voltadas a estabelecer laços de proximidade suficientemente fortes, entre os EUA e Brasil, de forma a criar um distanciamento com os denominados Países do Eixo Alemão (MELO, 1999). É dessa época, por exemplo, o convite a Candido Portinari para expor suas obras no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), o surgimento da figura do Zé Carioca - criado pelo estúdio de Walt Disney - e Carmem Miranda que brilha não apenas nas salas de espetáculo musicais, como no cinema norte-americano. Portanto, como se observa, esse tipo de estratégia, desencadeada pelos EUA, não se desenvolveu apenas no Brasil, visto que ações direcionadas a criar uma imagem positiva e uma valorização da cultura brasileira para os empresários e investidores norte-americanos, também tiveram uma atenção especial do governo norte-americano.

Diante desse contexto, sob o efeito da assimilação de diferentes códigos, o início dos anos 1940 também aproximou a população natalense de novos comportamentos, formas de se vestir, estimulou novas composições e formas de uso dos espaços da cidade, reformulando, inclusive, o sentido social de alguns deles. Os exemplos nesse sentido são generosos:

Penso nas pracinhas. A Praça Pedro Velho foi ponto de reunião no fim do sábado e domingo. Invariavelmente a partir de três, quatro horas da tarde. Só se marcava encontro na pracinha, ouvindo notícias da BBC de Londres, ouvindo música pelo auto-falante. Eles trouxeram outro tipo de música. Só se tocava Glenn Miller e outras músicas americanas... Surgiu o gosto pelo inglês. Todo mundo queria ter uma palavra em inglês, para ter uma atenção do americano... Durante o dia só às nove horas, os auto-falantes traziam os noticiários da BBC sobre a guerra... Naquele tempo não tinha televisão e nem todo mundo tinha rádio. Para ouvir o noticiário, então tinha que ir a praça conversar e ouvir o noticiário de Londres (informação verbal)⁴⁹.

Com relação a esse novo hábito, pesquisadores mostraram que as notícias veiculadas passavam por uma supervisão rigorosa do governo dos EUA, inclusive com a colaboração de agências de publicidade, constituindo-se, portanto,

⁴⁹ Parte da entrevista feita com o senhor José Gurgel Guará dada à autora deste trabalho.

em mais um canal de divulgação e proximidade da capital potiguar com o estilo de vida americano (SIQUEIRA, 2007).

Sobre as mudanças na vida social da cidade de Natal, o historiador Lenine Pinto⁵⁰, destaca que os americanos ainda trouxeram algumas quebras de regras, que não se limitaram apenas ao vestir: a chegada do *jeans*, as roupas na cor caqui, colocar os pés na cadeira, a coca-cola, dentre outros. Na sua análise, também se alterou o calendário de festividades, que praticamente se restringiam às confraternizações religiosas, conforme foi mencionado. A seu ver, a partir da presença dos americanos, a sociedade natalense passou a promover com mais frequência outros tipos de festas, para os recém-chegados, os quais, por sua vez, procuraram também fundar clubes para realização desse tipo de evento. Segundo o senhor José Guará Gurgel, dois desses clubes, o *Town* e o *Beach* ficaram conhecidos como os clubes de dança dos rapazes americanos, que os conhecidos e amigos também frequentavam. No que diz respeito às ruas:

O fino era ir para a rua onde tinha toca disco. A Rua Doutor Barata era a mais freqüentada. Era um enxame de gente durante todo o dia. Quem quisesse encontrar alguém tinha que ir a Doutor Barata, porque senão não aparecia, não via ninguém. O fino era ir para a Doutor Barata pessoalmente (informação verbal)⁵¹.

À noite, de acordo com nossas pesquisas, os bares e clubes eram os mais freqüentados: “Quando não havia jogo, ou outro interesse da cidade, não havia gente nem mesmo nas praças”.⁵²

Outras mudanças, no que diz respeito ao espaço público, também foram ser observadas, especialmente quando os americanos passaram a ter uma atitude diferenciada com relação ao uso desses espaços. A praia foi mais uma delas. Embora as pessoas já freqüentassem esse espaço público, essas idas ocorriam geralmente do mês de novembro a fevereiro. No entanto, os recém-chegados a cidade, ao contrário, freqüentavam esses espaços, sempre que os horários livres permitiam. A introdução desse hábito, parece ter estimulado o natalense a imitar os americanos, até mesmo como uma forma de aproximação, de fazer amizades. Além

⁵⁰ A INFLUÊNCIA da Segunda Guerra Mundial no comportamento dos natalenses. Produção de Edmilson Soares da Costa. Natal: TV Universitária/ UFRN, [199-?]. 1 DVD.

⁵¹ Parte da entrevista do senhor José Gurgel Guará dada à autora deste trabalho.

⁵² Continuação da fala do senhor José Gurgel Guará

do mais, segundo apontaram alguns depoimentos, o clima de simpatia, por parte dos novos habitantes da capital potiguar contribuía para isso.

Por outro lado, sem maiores conhecimentos das estratégias de proximidade, que eram orquestradas pelos EUA, para com “os aliados”, e relativamente distantes dos vários interesses que estavam em jogo no campo político, algumas pessoas chegavam a criar justificativas nostálgicas com relação ao comportamento, em geral, alegre e amistoso dos soldados americanos: “Essa alegria toda que eles tinham. Não sei se é porque eles estavam se despedindo da vida, temendo morrer na linha de frente” (informação verbal) ⁵³.

De forma que, se desde o início do século XX, já se exteriorizava em diferentes frentes, a intenção de transformar a capital potiguar em uma cidade moderna, capaz de antecipar, inclusive, o que de mais atual estava sendo proposto pela vanguarda do urbanismo, na mesma perspectiva pode-se entender que, de certa forma, essa aspiração encontrava limitações junto à população. Nesse sentido, acompanhando o entendimento de Bourdieu (1989), um novo espaço, uma nova estrutura urbana, pode direcionar, e até mesmo inaugurar um novo modo de organização da vida social de uma cidade. Entretanto, o peso do passado, carregado de significados, faz com que esse processo torne necessário um campo de interação, de concordância, que de algum modo possa oferecer à percepção novas referências do mundo social:

É assim, porque os fins ditos objetivos, que só se revelam, no melhor dos casos, tarde demais e do exterior, nunca são apreendidos e postos como tais de modo imediato, na própria prática, por nenhum dos agentes, nem mesmo pelos mais interessados [...]. A subordinação do conjunto das práticas a uma mesma intenção objetiva, espécie de orquestração sem maestro, só se realiza mediante a concordância que se instaura. [...] ou na convicção resignada de não poder fazer outra coisa, o que também é uma maneira menos feliz certamente, de se sentir destinado para o que se faz (BOURDIEU, 1989, p. 86).

Deste ponto de vista, pode-se entender que esse campo de interação, capaz de propiciar à população da capital potiguar, transitar, interagir e estabelecer trocas concretas com comportamentos culturais vinculados ao progresso, e a um discurso de modernidade, que até então vinham sendo mais traduzidos na paisagem

⁵³ Continuação da fala do senhor José Gurgel Guará

urbana, de forma pontual e em espaços de tempo distintos, se ampliem e ganhem novas perspectivas na década de 40 do século XX, com a presença dos americanos na capital potiguar.

Como se percebe, quando se coloca para reflexão a questão dos espaços públicos abertos, dificilmente poder-se-ia desconsiderar as relações anteriores a esse período, em particular as que começaram a se delinear, desde o início do século passado, as quais de forma direta e indireta, fizeram com que os moradores da capital potiguar descortinassem novas possibilidades de interação com a cidade, com essa parte da territorialidade urbana. Nesse sentido, é possível considerar que essa relação: espaço público – cidade, no início do século XX, tenha começado a se delinear com maior clareza, aos olhos da população, quando a administração pública desencadeou uma série de ações no sentido de estabelecer diretrizes e estratégias com vistas a definir, delinear e melhor organizar a cidade enquanto tal.

Com relação a esse quadro, é bom recordar não apenas o fato de que, na primeira década do século XX ao final dos anos 30, a cidade de Natal foi alvo de propostas inspiradas nas mais modernas teorias urbanísticas, postas em prática em diferentes centros urbanos dos países desenvolvidos, embora nem todas tenham sido executadas na sua totalidade. Nesse aspecto, cabe sublinhar que os veículos de comunicação existentes, além de serem econômicos com relação à veiculação a esse tipo de notícias, tinha o acesso restrito a apenas uma parcela da população.

Ao considerar esse quadro, ainda que as mudanças observadas nessa cidade não tenham se dado com a rapidez que algumas pessoas ansiavam, ou correspondido às várias expectativas que foram criadas em torno das intervenções urbanas implementadas, essa situação não deveria surpreender, visto que a apropriação ativa de um novo modo de pensamento, de uma nova maneira de viver é difícil (BOURDIEU, 1989).

Além do mais, a diversidade de olhares que essas propostas apresentavam, colocavam em cena novas maneiras de viver e sentir os espaços da cidade, para as quais a construção de novas perspectivas sobre o uso dos espaços públicos abertos, constituía-se um foco privilegiado de todo um novo ideário para a cidade moderna: o foco nas grandes avenidas e na estética urbana; o movimento das cidades-jardim de Ebenezer Howard; influências advindas das abordagens dos problemas urbanísticos tratados pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's) como a setorização das funções citadinas; a urbanística do

racional-funcionalismo em seus ideários mais gerais, fazem parte desse quadro geral.

Por outro lado, é preciso não esquecer a nova normatividade social, os diferentes valores formais, e simbólicos de funcionalidade que os teóricos do urbanismo buscavam implantar como instâncias ordenadoras da vida urbana, em especial quando diferentes questões colocavam o universo citadino como um grande desafio a ser enfrentado no século XX. Nesse contexto, destaca-se a intenção de transformar o sentido espacial dos espaços públicos, como portador de valores os quais, na perspectiva dos teóricos idealizadores dessas proposições, teriam que obedecer a novos princípios de economia e racionalidade, que já faziam parte de uma nova ambiência mundial. Nesse modo de ver, as experiências urbanas modernas, precisavam manter uma sintonia com a lógica e as exigências da modernidade, dentre as quais pode ser citado o rompimento com a continuidade da configuração urbana tradicional.

No que se refere à capital potiguar, como já apontamos anteriormente, ela não se manteve distante das influências desse novo quadro urbano que se procurava desenhar. Naturalmente, como se concretizava em alguns dos principais centros urbanos mundiais, as transformações no espaço público aberto, em especial ruas e praças, eram consideradas alvo de atenção. Portanto, seja no que se refere à ordenação do crescimento urbano, diretriz básica do Plano Polidrelli (1901), por exemplo, seja integrado a um contexto mais abrangente da cidade, inclusive com ampliação de acessos à cidade, criação de bairro jardim e zoneamento de funções, como no Plano de Sistematização (1929), todo um novo ideal de cidade moderna, passava a se fazer presente na cidade de Natal. Com esse direcionamento, a própria administração pública local, conforme fazia questão de destacar, buscava desencadear nessa capital as transformações necessárias para que a vida da cidade ganhasse outras perspectivas.

Portanto, convém destacar, que a população não ficou alheia ou imune ao que essas propostas concretizavam como instâncias ordenadoras da cidade, às quais se via necessariamente envolvida. Todavia, se compararmos esse quadro com o contexto, que essa capital passou a vivenciar no início dos anos 40, de forma particular, com a forte concentração de um significativo contingente de norteamericanos, que por um período relativamente longo passou a fazer parte da população local, desprende-se um momento novo, uma vez que não se trata apenas

das pessoas terem uma proximidade com alguns dos novos componentes da tecnologia moderna, ou do que estava surgindo como modelo de uma nova paisagem urbana.

Essa situação passou a oferecer às pessoas, outros canais de interação, outras possibilidades de diálogo com um contexto de modernidade, que desde o início do século XX estava sendo traçado, só que desta vez, através de práticas sociais, com as quais o natalense pôde estabelecer uma articulação social interativa com a vida moderna. É possível ponderar, portanto, que a densidade dos contatos face a face, com uma nova dimensão cultural, tenha tido um papel fundamental para a apreensão de um novo estilo de vida, para a constituição de novas formas de interação e vivência com os espaços da cidade.

Nessa perspectiva, parece lógico supor que todo esse processo, aliado a ações parciais de renovação urbana mais intensiva, quando comparado com as intervenções realizadas no espaço da cidade no início do século passado, tenham inserido, para além da territorialidade e da concretude da paisagem, novos comportamentos e atitudes que, no seu conjunto, foram associados a um ideal de modernidade.

De forma que, paralelamente, e para além do reconhecimento, em especial por parte dos teóricos do urbanismo moderno, do caráter valorativo da dimensão urbanística do espaço público aberto, no desenho da cidade moderna, no equacionamento de várias questões urbanas, é possível que o natalense tenha observado, pelo menos no contexto dos anos 40, com relação às possibilidades e qualificações dessa parte da cidade, alguns dos aspectos já apontados, inclusive, por Arendt (1989), como: o espaço da visibilidade, da atualização política, das manifestações públicas.

Cabe recordar que, no mesmo contexto dessa ambiência, em outra perspectiva, estimulado pelo Governo Vargas, os ideais do racional-funcionalismo, ampliavam sua influência junto à administração pública brasileira, chegando a diferentes centros urbanos do território nacional. Com isso, tornou a aparecer de maneira explícita o caráter reflexivo do espaço na composição do cenário social da vida urbana, reiterando, de certa forma, um dos princípios mais manifestos, e abraçados pelos simpatizantes dessa diretriz teórica: o de fazer os espaços, a vida urbana, adaptar-se ao ritmo do progresso.

Nesse particular, parece que não há dúvida de que, nesse período aos olhos da população natalense, o espaço público passou a se delinear sob novas perspectivas, desencadeadas de forma particular pelo novo ambiente social. Afinal, como aponta Bourdieu (1989) e destaca Jacobs (2000, p 75), de forma mais explícita, a vida que se faz presente no espaço público, não nasce unicamente de um dom ou de um talento desconhecido deste ou daquele tipo de população. Ou seja, se faz necessária a orquestração de todo um contexto, suficientemente articulado e consistente, para que seja possível produzir um novo olhar, para que uma nova relação diante da vida e dos espaços urbanos possa ser construída.

A respeito da presença americana na cidade de Natal, cabe ressaltar que na década de 30 do século passado, os ideais do urbanismo racional-funcionalismo, reabastecidos pela presença de seus nomes: Walter Gropius e Mies Van Der Rohe⁵⁴, convidados para lecionar nas universidades desse país, como a Harvard, Yale Stanford e Berkeley, chegavam com impulso renovado nos EUA.

Essa situação, por si só, já aponta para o campo de idéias que passaram a ganhar terreno e a conquistar simpatizantes, junto ao governo norte-americano e a população desse país, de uma forma geral, apesar das críticas que também alimentavam no contexto local, Algumas delas, como a necessidade de uma mudança na visão tradicional do espaço, como algo estático, para um sistema de relações que se transforma continuamente, representa uma das diretrizes básicas desse ideário. Ou seja, na ótica dos teóricos citados, pensar que nada deve ser visto como definitivo, deveria ser uma postura e procedimentos fundamentais a serem abraçados pelos seguidores do racional-funcionalismo, principalmente quando era possível ter uma dimensão das transformações que estavam em curso no campo social, técnico e estético. Importante salientar que em seu discurso Gropius (1998, p.73) argumentava: “é preciso dar respostas as mudanças do nosso tempo”.

Decorrem dessa percepção, algumas das críticas feitas por esse arquiteto (1988, p. 115), às “infinitas tentativas de revitalização” do passado, e àqueles que procuravam buscar resgatar estilos de tempos anteriores, inclusive de vida, por considerar que “épocas passadas não podem espelhar a vida do homem do século

⁵⁴ Apesar de terem perspectivas distintas sobre a política alemã, Walter Gropius e Mies Van Der Rohe, respectivamente: fundador-diretor e último diretor, da Escola Bauhaus*, antes da Segunda Guerra Mundial, se aproximavam, por exemplo, na abordagem das questões urbanas.

* A Bauhaus, apontada como o maior centro cultural da primeira metade do século XX, nasceu com o objetivo desenvolver uma consciência criadora nos seus participantes, de forma a “eliminar as desvantagens da máquina, sem sacrificar nenhuma de suas vantagens” (GROPIUS, 1988, p. 30).

XX". Portanto, é com base nesse entendimento que Gropius (1988) dizia compreender, com maior profundidade, os anseios dos futuristas.

Para além da palavra mudança, outras diretrizes destacadas pelos funcionalistas, como a de pôr em movimento a capacidade de percepção intelectual e sensorial das pessoas e a defesa em prol de um contínuo espacial, que propiciasse romper com a dicotomia entre espaço externo e interno, tiveram conseqüências decisivas no novo papel que foi atribuído às áreas públicas de uso comum, dentro de uma nova concepção de cidade, de vida urbana. Conforme salientavam outros adeptos dessa corrente teórica, como Le Corbusier (2004), o funcionalismo não se limitava apenas a aspectos racionais, abrangia também os problemas psicológicos.

Apesar de parecer estar sempre ocupando um lugar de destaque nas reflexões do racional-funcionalismo, cabe chamar a atenção que, sob muitos aspectos, dificilmente poder-se-ia deixar de reconhecer, a forma não homogênea com que a questão do espaço público aberto era analisada dentro desse universo teórico. Esse fato pode ser observado a partir de argumentos, preocupações e proposições aparentemente ambíguos, quando não contraditórios, apresentados por alguns dos nomes de influência vinculados a esse campo analítico.

Para exemplificar essa percepção, pode-se citar algumas colocações do próprio Gropius (1988). Isso porque, se explicitamente Le Corbusier (2004), fala da necessidade de liberar as ruas tradicionais para o automóvel, de afastar as pessoas desses espaços, já que, a seu ver, são uma das causas da "balbúrdia da vida moderna", de elevar ruas e antigos espaços, como cafés, lojas e passeios, Gropius (1988, p. 184), ressalta a importância de reavivar a vida pública da comunidade, a partir de um olhar especial para ruas e praças. Nessa perspectiva, chama a atenção o fundador da Bauhaus, para a negligência com que essas áreas, no seu entendimento, estavam sendo tratadas. Em alguns casos, salienta, chega até mesmo a desaparecer do horizonte dos homens, ao ponto de eles mal "recordarem das grandes vantagens trazidas por tais centros à vida particular e social". Assim sendo, destaca:

É importante que construamos de novo nas nossas comunidades os centros públicos, onde os homens, livres do trânsito e da influência da casa particular, possam encontrar-se em uma atmosfera neutra e

onde o clima de comunidade alcance expressão pública (GROPIUS, 1988, p 184).

Nesse contexto destacam-se duas perspectivas distintas, a partir das quais a questão do espaço público aberto é pensada, dentro da estrutura teórica do racional-funcionalismo, ainda que a visão coletiva das questões urbanas tenha feito com que a abordagem do universo do indivíduo, tanto por parte de Le Corbusier (2002), quanto de Gropius (1988), tenha ficado limitada às necessidades padronizadas e a concepções uniformes direcionadas a um estilo de vida.

A maioria dos cidadãos, dos povos civilizados têm necessidades análogas no que tange às necessidades de vida e moradia, daí não entender por que as casas de moradia que construímos não podem apresentar um caráter igualmente homogêneo, como as nossas roupas sapatos, malas e automóveis (GROPIUS, 1988, p. 193).

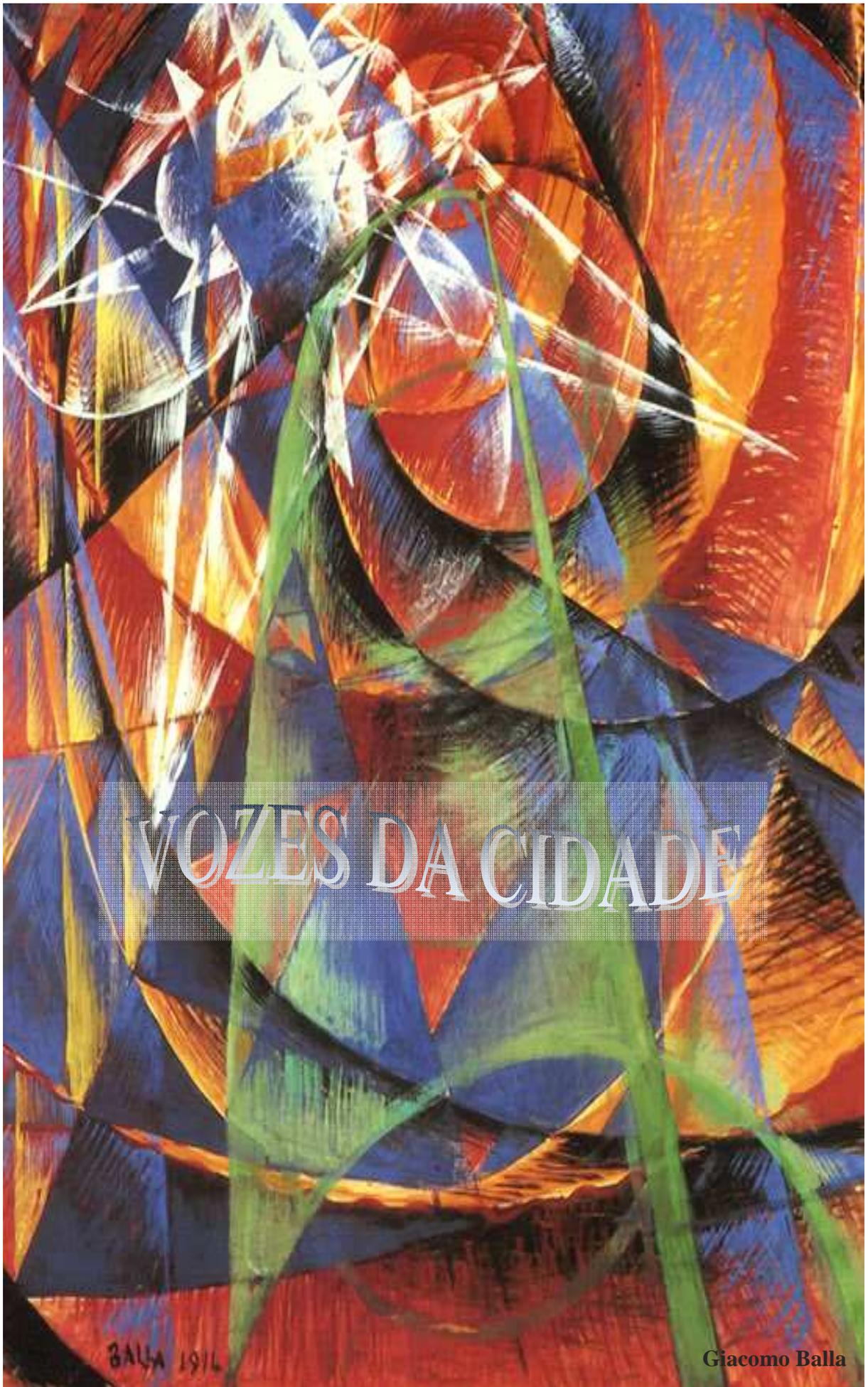
Ainda com relação ao espaço público aberto, no caso específico as praças e parques, Le Corbusier (2004, p. 153) deixa claro que sua função principal, passa a ser a de contemplação, já que a proposta arquitetônica do contínuo espacial viabiliza e dá abertura para que as pessoas possam desvelar novas formas de viver nas cidades modernas: “aqueles que enxergam as coisas do alto, a 100, 150 ou 200 metros, são mais alegres do que aqueles que vivem em buracos e enxergam apenas uma muralha de prisão”.

Essas referências são importantes de serem retomadas e destacadas, não apenas porque elas passaram a se fazer presentes, no cenário urbano mundial, até o final dos anos sessenta do século XX, mas pelo fato de que foi através desse mesmo horizonte heterogêneo de influências e ideário que a população natalense passou a descortinar um novo olhar para consigo mesmo, para o outro, para com os espaços sociais da cidade.

Nesse sentido, é curioso observar, e cabe não ignorar, que mesmo na composição das diretrizes teóricas do racional-funcionalismo, aqui apontadas, a partir da qual vários códigos e modelos foram estabelecidos, a ideia de modernidade como uma reformulação constante e renovada, conforme chamam a atenção alguns pesquisadores, a exemplo de Berman (1999), mais uma vez, teve reflexo direto na construção de uma percepção dinâmica do espaço urbano. Dessa forma, a ambivalência presente na composição dos ideários e objetivos dessa corrente,

também expressa, ao mesmo tempo, os mesmos conflitos com os quais esse movimento aborda os elementos espirituais e subjetivos dentro da estrutura analítica.

Portanto, diante de todo um rico e complexo contexto social, outras questões relacionadas a esse mesmo período histórico, vivenciadas pela capital, potiguar poderiam ser aqui evidenciadas. Contudo, cabe o entendimento que as aspirações e os novos valores sublinhados podem ser considerados como um eixo central, em torno do qual, nessa época, o natalense passou a reelaborar e a redefinir uma nova compreensão de cidade, de vida urbana, de espaço público.



VOZES DA CIDADE

BALLA 1916

Giacomo Balla

5 VOZES DA CIDADE

“A memória coletiva está ligada aos lugares, deles recebe seu suporte e seus meios de conservação”

Georges Balandier, 1999.

5.1 CONSTRUINDO UM OLHAR SOBRE O DISCURSO

Diante da atual celebração do “mundo da imagem”, algumas pessoas ainda podem se surpreender que novas reflexões e manifestações continuem reservando um espaço importante para a palavra e a diversidade de relações que ela estabelece entre o pensar e o agir. Nesse contexto, é possível observar, inclusive, que os códigos, as linguagens e os discursos, por exemplo, ao serem recolocados em cena, oportunizam uma proximidade maior com as relações que o indivíduo passa a articular, e a estabelecer, com o seu entorno e com o ambiente em que está inserido.

A partir desse direcionamento, pesquisadores têm tentado contribuir para que não se perca de vista outras possibilidades de leituras sobre o não silêncio, na medida em que as relações que passam a ser tecidas e exteriorizadas através da palavra, ressaltam, têm lançado luzes sobre uma série de questões e aspirações relacionadas à época atual. Ao mesmo tempo, é possível observar que novas abordagens sobre essa temática, permitem vislumbrar novos caminhos, inquietações e percepções que têm contribuído para um melhor entendimento da vida urbana na contemporaneidade.

Apesar de haver restrições no que se refere ao uso da palavra, enquanto elo de desencadeamento para o entendimento de atitudes e ações sociais, dificilmente poder-se-ia deixar de reconhecer que a linguagem individual é inseparável das formas e valores presentes em uma sociedade. Por outro lado, para além de meio de expressão e comunicação, a palavra também é abastecida por sentimentos subjetivos, que trazem consigo heranças históricas, ainda que, não raro, pareça delas se desprender para alçar novos vãos.

Portanto, neste capítulo, não se tem a pretensão de elaborar uma análise, ou aprofundar uma discussão sobre os possíveis limites, quanto à utilização do uso da palavra, do discurso, mas mediante o exame da fala, estruturar uma reflexão sobre a percepção urbana “enquanto prática cultural que concretiza certa

compreensão da cidade” (FERRARA, 1988, p. 3). Esse tipo de entendimento, ao mesmo tempo em que propiciou o reencontro com estudiosos da modernidade, como Bauman (1999) e Berman (1999), também possibilitou ponderar um equilíbrio, no que se refere a um certo distanciamento, seja de postulados que, quando não minimizam, subsumem a ação individual nas análises voltadas ao universo social, seja de reflexões que contextualizam uma autonomia do indivíduo, frente à ambiência em que se encontra inserido.

Nessa perspectiva, diante do atual cenário mundial, não é possível ignorar que a cidade, antes vista como uma “espécie de encarnação espacial da liberdade, seu símbolo e monumento”, desde o momento em que passou a ser orientada por um ambicioso e dinâmico processo de modernização, tornou-se não apenas fonte de novas exigências, como passou a realimentar diferentes funções (BAUMAN, 1999, p. 45). Com isso, contrariando os sonhos de alguns planejadores e expectativas traçadas por utopistas, não é surpresa que, em resposta a um complexo cenário, novas orientações e perspectivas passem a nortear e a intensificar ações direcionadas à reorganização da cidade. Portanto não é por acaso, chama a atenção Bauman (1998, p. 37), que o espaço urbano venha reassumindo um lugar estratégico na modernização dos arranjos sociais promovidos pelas práticas dos poderes modernos.

Dessa forma, se por um lado, o caminho sinalizado por esses autores colocou-se como mais uma referência para a construção da estrutura analítica delineada para este capítulo, as articulações que a própria temática passou a desenhar, também permitiu tecer elos com as reflexões foucautianas e bourdieuanas, apesar de algumas dificuldades que esse direcionamento, em princípio, poderia apresentar.

Realmente, não há como deixar de reconhecer a forma peculiar com que cada um desses autores se volta para esse horizonte. Entretanto, do ponto de vista de uma construção analítica sobre o discurso e uma proximidade para com o sujeito dessa fala, encontrou-se, nas articulações tecidas tanto por Foucault, como Bourdieu, contribuições fundamentais, não apenas para a análise do conteúdo do material coletado por ocasião do trabalho de campo, como para novos descortinamentos do mundo social do qual foram apreendidos. De forma que, não se observou a necessidade de optar apenas por uma das trajetórias apontadas por

esses estudiosos, como se tivéssemos que estabelecer obrigatoriamente um sistema de exclusão.

Nessa perspectiva pode-se entender que esses autores apresentam elos de proximidade, seja quando apontam, para as ações e armadilhas tecidas pelo próprio contexto histórico, seja quando identificam, nesse mesmo horizonte, a possibilidade da existência de espaços relativamente autônomos, de onde é possível emergir posições e práticas de transgressão e de ruptura, não inscritas, apesar da existência dos campos e contextos rigidamente estruturados. Não é por acaso, destaca Foucault (2007, p. 50), a instituição de um sistema de exclusão, de controle e de delimitação direcionado ao discurso:

Há sem dúvida, em nossa sociedade e, imagino em todas as outras, mas segundo um perfil e facetas diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e descoordenado do discurso.

De acordo com essa perspectiva, o referido pesquisador, observa que “os discursos devem ser compreendidos como uma prática descontínua, que se cruzam, por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2007, p. 52). Entretanto, salienta, é no surgimento dessa prática que é possível encontrar os princípios de sua regularidade. Refere-se, portanto, no seu entendimento, a um conjunto de acontecimentos, visto que é no “âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito”. Assim sendo, não deve ser visto como uma propriedade de um corpo: ele se produz (FOUCAULT, 2007, p 57).

Essas articulações tecidas pelo referido pesquisador, ressaltam alguns aspectos fundamentais da sua composição analítica, ao mesmo tempo em que põem em relevo articulações nas quais o discurso passa a ser tomado como uma espécie de reverberação homogênea e descontínua, que surge diante dos nossos próprios olhos. Devido a essa característica, ainda segundo esse autor (2007, p. 58), unidades tradicionalmente reconhecidas, “como o sujeito, são golpeadas”, pois são submetidas ao acontecimento e ao acaso.

Nesse sentido, convém assinalar que embora continue sendo vinculado a uma visão pessimista do sujeito, o que se mostra perceptível nas suas inquietações

e reflexões, é que Foucault (2004, p 17), parece reconhecer nesse mesmo sujeito, no cuidar de si, que se perdeu um “pouco na sombra e na ética do egoísmo”, a possibilidade de acesso, seja ao conhecimento sobre a própria existência, seja ao seu potencial de transformação e de desvio. É, portanto no desencadear do processo, que esse pesquisador confere particular importância à palavra proferida, e às coisas que produz, devido a sua capacidade de abrir espaços, inclusive de levar o homem a devassar o mundo secreto das coisas.

Assim sendo, diante das possibilidades apontadas por esse estudioso, poder-se-ia indagar: seria apenas o lugar da passividade e da reverberação o espaço que o sujeito estaria ocupando dentro do complexo e diversificado contexto discursivo foucaultiano? No que diz respeito a essa indagação, o próprio Foucault pode surpreender, pois, ao mesmo tempo em que reconhece que o discurso traz consigo saberes, coerções e limitações que foram e são apropriados, conforme a categoria e distribuição dos sujeitos, por outro lado também observa que seria um absurdo negar a possibilidade de que possa emergir, em meio de todas as palavras usadas, como sobrevivendo à morte, um autor, um indivíduo criativo. Porém, é preciso reconhecer, salienta, que, como uma espécie de jogo, ao mesmo tempo, esse processo inventivo emerge em meio a uma exterioridade selvagem, repleta de regras de uma polícia discursiva, que se reatualiza permanentemente (FOUCAULT, 2007).

O entendimento de Bourdieu (1989, p. 83) não se mostra completamente alheio a esse pensamento, mesmo porque esse pesquisador, tal como Foucault (2007), também chama a atenção sobre a ação histórica, que vai se acumulando ao longo do tempo na vida das pessoas, nas coisas: costumes, teorias, monumentos, livros e máquinas, por exemplo, Essa acumulação histórica, a seu ver, vai sendo apreendida na medida em que passa a ser assumida como conseqüência do *habitus*, que predispõe o homem a se interessar, não apenas por seu próprio funcionamento, como a fazê-la funcionar, reativando-a, atualizando-a.

Conforme é possível perceber, com essa perspectiva, esse autor, ao mesmo tempo, também estabelece certo distanciamento de Foucault (2007) ao argumentar que os diferentes tipos de relações que o homem vai tecendo com o mundo social não são de casualidade mecânica. Para Bourdieu (1989, p. 83), a predisposição anteriormente articulada e construída pelo *habitus*, freqüentemente estabelece uma “espécie de cumplicidade ontológica”, que passa a se refletir em

uma passividade que instaura uma “relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história”.

Essa situação, para esse pesquisador, encerra o indivíduo numa espécie de círculo vicioso, em uma história incorporada. Destaca ainda, que os efeitos dessa conjuntura, levam as pessoas, “quer queiram quer não, quer saibam quer não”, a se envolverem em uma espécie de jogo para o exercício de dominação, inscrito nas próprias condições sociais, expectativas, significações e interesses que se realizam mediante a concordância:

[...] concordância essa que pode exprimir-se no sentimento de estar bem <<no seu lugar>>, de fazer o que tem de fazer, e de fazer com gosto – no sentido objetivo e subjetivo – ou na convicção resignada de não poder fazer outra coisa, o que também é uma maneira, menos feliz certamente, de se sentir destinado para o que se faz (BOURDIEU, 1989, p. 87).

Mas, apesar de observar que o homem encontra-se inserido no emaranhado da teia traçada pela história, pelo universo social, Bourdieu (1989), assim como Foucault (1996, 2007), também fala de liberdade possível, da capacidade de transcendência, mesmo para aquele que “se submete às palavras de ordem, aos lugares comuns”. Ou seja, a partir desses pesquisadores, pode-se entender que embora as pessoas sejam constantemente envolvidas pelas armadilhas de um sentido que se faz, “fora de nós, sem nós, na cumplicidade incontrolada que nos une”, existe a probabilidade desse homem tornar-se verdadeiramente sujeito das suas palavras e dos seus atos, como assinala Bourdieu, (1989, p. 105), ou fazer emergir o autor, ou o indivíduo criativo conforme aponta Foucault (2007).

Ainda de acordo com essa perspectiva, assim como esse indivíduo que reelabora e articula a fala, é atravessado pelas próprias condições de existência, o seu discurso também está intimamente articulado com esse contexto de onde emerge. Isso não quer dizer, apontam Foucault (2007) e Bourdieu (1998), que ele – o discurso – apesar da heterogeneidade e da reverberação que reflete, elimine as possibilidades e o espaço, onde esse sujeito redimensiona o seu papel como fonte geradora de novas significações.

É nesse sentido, portanto, à luz dessas relações e articulações tecidas por esses autores, que se procurou identificar, na atualidade, sentimentos, valores e idéias presentes na cidade de Natal voltadas para o espaço público. Para isso, pareceu fundamental, na abertura dessa abordagem, sublinhar essas diretrizes teóricas, a partir das quais buscou-se interpretar o material obtido com o trabalho de campo, de forma a que fosse possível aprofundar as observações com relação às hipóteses analíticas traçadas. De modo que, os discursos – aqui denominados de vozes da cidade – são o foco principal e o material analítico do campo empírico da primeira parte deste capítulo.

5.2 APRESENTANDO O CAMPO EMPÍRICO

A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2007 e 2008. As primeiras incursões nesse sentido foram iniciadas com um trabalho de observação participante, ocasiões em que se procurou vivenciar a diversidade da ambiência e da vida presente em espaços públicos, localizados em diferentes pontos da capital potiguar: praças, em situações cotidianas; eventos cívicos, como o desfile em comemoração à Independência do Brasil – “O sete de setembro”; procissão em comemoração à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Apresentação; manifestações públicas que tiveram como objetivo reivindicações relacionadas à territorialidade urbana e questões relacionadas ao meio ambiente; eventos comemorativos ao aniversário da cidade, foram algumas dessas circunstâncias.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a escolha por esses locais e eventos onde as entrevistas foram realizadas, não ocorreu sem que antes a cidade, na sua dinâmica, fosse observada em um contexto mais geral, para que fossem feitas opções por determinadas áreas e situações, que de alguma forma mostravam-se potencialmente capazes de propiciar elementos representativos da heterogeneidade presente nessa capital. Vale destacar, que na intenção de diversificar os locais onde seriam realizadas as entrevistas, freqüentadores de espaços tidos como tradicionais na cidade, como o Grande Ponto, e outro mais vinculado à modernidade: um *shopping Center*, com grande freqüência e movimentação de público na cidade, também acordaram em colaborar com a pesquisa que estava sendo feita. Entretanto, essas colaborações não aconteceram sem que antes tenha sido observada a necessidade de se elaborar uma estratégia de aproximação. De forma

que, a observação participante foi utilizada como abertura e elo de aproximação com a maioria dos entrevistados, o que de certa forma fez com que as pessoas se sentissem mais à vontade para responderem algumas questões.

Essa iniciativa inicial de proximidade com o campo empírico mostrou-se fundamental, também no sentido de ser possível transportar-se para lugares e situações não vivenciadas como parte do cotidiano, o que possibilitou apreender, além da espacialidade, o que não se oferece de imediato ao olhar, como: valores subjetivos e elos afetivos, passíveis de serem exteriorizados, por exemplo, através da fala, linguagens visuais e práticas sociais.

Cabe ressaltar ainda, que as entrevistas foram delineadas de forma a propiciar abertura para a fala dos entrevistados, o que oportunizaria ampliar o horizonte analítico sem, contudo deixar a perder de vista o foco no objeto de estudo, nem deixar de observar e acompanhar a trajetória das hipóteses de investigação traçadas.

Por outro lado, conforme apontado anteriormente, após realizar exercícios de observação direta, além de selecionar pontos distintos da cidade, onde tentar-se-ia realizar as entrevistas, também se procurou diversificar o perfil das pessoas a serem entrevistadas, de forma a dar voz ao morador da cidade nas suas possíveis heterogeneidades de olhares e percepções. Até mesmo devido ao fato de que as indagações, em nenhum momento, limitaram-se a determinada faixa etária, bairro ou segmento específico da população da cidade de Natal. Portanto, o perfil dos entrevistados variou do morador comum, com os quais qualquer um pode se defrontar ao percorrer a capital potiguar, até pessoas que, em função do cargo que ocupam, têm uma participação, ou poder de decisão maior, com relação a questões urbanas referentes a essa cidade, seja em órgão de governo, ou como formadores de opinião.

Assim sendo, não houve a intenção de dar um espaço maior à participação de determinadas pessoas, apenas em decorrência do cargo público que ocupam, ou por terem maior visibilidade na mídia, por exemplo, embora a participação delas se mostrasse importante, no sentido de dar representatividade a determinados grupos. Enquanto funcionária pública, a apreensão desse olhar, que emerge no contexto dos discursos oficiais dos órgãos de governo, já não se colocava tão distante da atividade profissional, o que de certa forma, fez com que as

maiores indagações se voltassem para o natalense comum, para o morador da cidade.

Esses aspectos definiram, portanto, o propósito de investigar o campo empírico a partir de uma abordagem qualitativa, por entender que esse encaminhamento possibilitaria obter indicadores significativos para a investigação em foco. Contudo, apesar de o propósito em se estabelecer um contato direto com todas as pessoas, por ocasião das entrevistas, tal intenção não se concretizou na sua totalidade, pois em determinados casos⁵⁵ foi solicitado o encaminhamento das questões via e-mail. Em duas dessas circunstâncias, inclusive, não aconteceu o retorno das questões enviadas. Em outras ocasiões como, por exemplo, quando foi solicitada a participação de representantes da Igreja Católica, até mesmo pela relação de proximidade que essa instituição passou a estabelecer com os espaços públicos, no processo de formação das cidades brasileiras, essa colaboração não ocorreu, ainda que o objetivo do trabalho tivesse sido explicitado.

Nesses casos, causou certa surpresa o fato de que, a primeira negativa tenha vindo de um religioso, de quem se tinha excelentes referências, em virtude do trabalho que estava desenvolvendo, ter conseguido atrair um número crescente de fiéis, de diferentes faixas etárias, para a sua paróquia, atualmente uma das mais freqüentadas da capital. Na segunda tentativa, dessa vez direcionada à catedral da cidade, a mesma situação se repetiu só que a negativa veio de forma mais direta:

Não gostaria de me envolver com essas questões. Se for do seu interesse da senhora conhecer a programação da igreja para esse mês, aquela senhora⁵⁶ pode dar essas informações. Contudo vou indicar um dos nossos padres mais antigos, que poderá melhor do que eu colaborar com o seu trabalho.⁵⁷

O curioso dessa situação, é que apesar das expectativas positivas criadas por esse segundo religioso, a respeito do colega, também não foi possível alcançar os resultados desejados. A intenção de fazer esse padre colaborar com a pesquisa não obteve êxito, pois na medida em que uma pergunta ia sendo feita, esse religioso insistia em falar apenas do seu desagrado pelo fato de a “Liturgia” (missa) não estar

⁵⁵ Essas pessoas ou ocupavam um cargo público, tinham sido nomeadas por indicação política, ou eram representantes de um determinado grupo social. Todos, ainda que em graus diferenciados, eram possuidores de decisão sobre questões urbanas e/ou ingerência sobre a opinião pública.

⁵⁶ Uma senhora, que fazia trabalhos voluntários para a igreja católica.

⁵⁷ Parte da fala do padre, a quem foi solicitada a colaboração nessa pesquisa.

mais sendo ministrada em latim. Diante dessa situação, chegou-se, até mesmo a pensar que esse tipo de desvio do foco da conversa, fosse decorrência da idade avançada. Contudo, além da boa articulação das palavras, esse padre continuava cumprindo os compromissos e a rotina, dentre eles, o de rezar às quintas feiras uma missa em latim, aberta ao público, nesse mesmo seminário.

Esse tipo de ocorrência põe em evidência algo mais do que uma simples negativa, chama a atenção Foucault (1996). Afinal, quem fala, fala de algum lugar, ressaltando. Assim sendo, circunstâncias como as mencionadas, a seu ver, abrem a possibilidade para se perceber, com maior clareza, a existência de princípios de controle que, em diferentes graus, passam a atuar sobre os indivíduos de acordo com o espaço que ocupa no contexto social. Portanto, é justamente nesse tipo de situação que, na análise desse autor, passam a ser exteriorizados, com maior clareza, indícios de um processo de seletividade ou omissão da palavra, que tanto pode vir do exterior, como de procedimentos internos, pelos quais as pessoas passam a exercer o seu próprio controle.

Essas considerações são importantes de serem sublinhadas, salienta ainda esse pesquisador, justamente para que se tenha o cuidado de não dissociar a fala das pessoas, de toda uma teia de vinculações, situações e práticas “que determinam para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (FOUCAULT, 1996, p. 39). Ou seja, de acordo com essa perspectiva, cabe não perder de vista, o fato de que a troca de comunicação que atua no interior de sistemas complexos de restrição, mesmo na sua forma mais superficial, define os indivíduos que falam, aos quais, é dirigido um conjunto de determinações.

Ao destacar esses fatos, não se quer dizer que negativas nesse sentido não tenham vindo de outros moradores da cidade, com os quais também se tentou o mesmo tipo de abordagem. Entretanto, nesses casos, o próprio espaço público aberto e a ambiência onde essas pessoas encontravam-se, e argumentos, como o da falta de tempo, não facilitaram um maior investimento nessa perspectiva.

Em outras situações, por exemplo, a do Grande Ponto (Fotografia 1), freqüentado predominantemente pelo sexo masculino, na faixa etária acima de 65 anos, não foi possível utilizar a observação participante, ainda que algumas vezes a presença de mulheres tenha sido identificada nesse espaço. Portanto, nesse caso, em especial, a abordagem foi feita após o local ter sido observado, a certa distância,

em dias e horários diferentes, o que facilitou a decisão quanto ao melhor dia e horário, de tentar um convencimento, junto a alguns dos seus frequentadores, de participarem da pesquisa. Cumpre ainda ressaltar, que nessa ocasião, as pessoas abordadas acordaram em responder às questões, desde que fosse registrada a voz do grupo, como um todo, sem a necessidade de uma identificação individual, pois assim aquele que quisesse ia respondendo às perguntas, e outros poderiam complementar, se assim desejassem. Argumentaram ainda, que dessa forma ficariam mais à vontade, além do fato de as suas histórias de vida serem muito parecidas.



Fotografia 1 – O Grande Ponto.⁵⁸
Fonte: Edivania Duarte, 2007.

Após essa sugestão ter sido aceita, foi possível iniciar a entrevista. Nesse caso, depois de concluída mais essa etapa do trabalho de campo, e verificando realmente a grande proximidade de opiniões, entre os presentes, sobre vários aspectos, como: local de origem e profissão, é que se decidiu contabilizar esse

⁵⁸ Com a demolição da antiga mercearia - o Grande Ponto - esse “lugar de confraternização por excelência”, no dizer de alguns frequentadores, teve a ambiência deslocada para a Rua Princesa Isabel, onde funciona o Café São Luis. Esse tipo de movimentação, observada na fotografia, é sempre constante, exceto quando o comércio se encontra fechado.

grupo, como uma abordagem feita. Até mesmo devido ao fato de que todos, de uma forma geral, participaram das respostas dadas.

Dados esses esclarecimentos iniciais, cabe salientar que, com relação ao campo empírico, no contexto da espacialidade e situações mencionadas, foram entrevistadas 36 (trinta e seis) pessoas, moradores de partes distintas da cidade: Cidade Alta, Petrópolis, Alecrim, Igapó, Neópolis e Capim Macio, razão pela qual foi possível trabalhar com áreas mais centrais; antigas; adensada; elitizadas e em processo de renovação, por exemplo, para citar algumas das características dos locais onde as entrevistas foram realizadas (Tabela 1).

Com esse direcionamento, o critério utilizado para a conclusão do trabalho de campo, com as entrevistas, foi o da repetição. Ou seja, na medida em que as falas começaram a se repetir se deu por encerrada mais essa etapa da investigação.

Tabela 1 – Faixa etária das pessoas entrevistadas

Idade	Nº de pessoas
Mais de 65	7
50-65	8
35-50	6
20-35	9
14-20	6

Com relação a Tabela 1, cabe acrescentar que não houve a preocupação em dar prioridade, ou estruturar uma reflexão direcionada e limitada a algumas vinculações, como a questão de gênero, de maneira a traçar uma linha divisória entre a fala do homem e da mulher, em virtude de a intenção ter sido apresentar neste trabalho, a mesma diversidade de pessoas, com as quais, qualquer um pode ter a possibilidade de encontrar em diferentes espaços públicos da cidade de Natal.

Quanto à procedência dos entrevistados, a partir das informações obtidas, foram traçados quadros referenciais gerais (Tabela 2 e 3), que permitem observar a distribuição dessas pessoas com relação ao seu lugar de origem. Sobre esses percentuais, cabe salientar que entre os 60% das pessoas que se disseram procedentes do interior do Estado, os que moravam em Natal há menos tempo, já se encontravam residindo nessa cidade há, pelo menos, seis anos. Nesse sentido,

todos se disseram integrados à vida da cidade. A grande maioria, inclusive, está inserida no intervalo 10-20 anos, e os mais antigos, em menor número, estão há mais de 40 anos morando nessa capital.

Tabela 2 – Local de procedência das pessoas entrevistadas

Procedência	Nº de pessoas	%
Natal	10	28
Interior do Estado (Caicó; Ceará-Mirim; Currais Novos; Jardim do Seridó; Lajes, Macau, Mossoró, Pau dos Ferros, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibú, Parnamirim)	18	50
João Pessoa (Paraíba)	3	8,3
Interior da Paraíba (Campina Grande, Guarabira)	2	5,5
Salvador e interior da Bahia	2	5,5
Ceará	1	2,7

Com relação à Tabela 3, é relevante esclarecer que incluso no percentual de funcionário público, estão inseridas várias categorias profissionais, que foram sendo mencionadas por ocasião das entrevistas. Contudo, no que diz respeito aos que se encontram trabalhando, algumas pessoas foram escolhidas pelo fato de que, no exercício das suas atividades profissionais, tiveram, ou ainda têm uma grande influência, sobre o uso e ocupação do solo da capital potiguar, como o então Promotor de Justiça e Defesa do Meio Ambiente de Natal, um Ex-Diretor Presidente e uma ex-Diretora Técnica do Instituto de Planejamento Urbano de Natal (IPLANAT), atualmente Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (SEMURB), uma consultora técnica do Departamento de Engenharia de Tráfego da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito Urbano de Natal (STTU) e o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN),

Nesse contexto, cumpre ainda acrescentar que, assim como se buscou ouvir pessoas de diferentes partes da cidade, também se procurou equilibrar o número de abordagens feitas em cada um desses espaços, de maneira a não priorizar determinada área, em relação à outra.

Tabela 3 – Profissão das pessoas entrevistadas

Situação profissional atual	Nº de pessoas
Promotor de Justiça	1
Autônomo	2
Comerciário	3
Desempregado	4
Do lar*	2
Engraxate	1
Estudante	7
Funcionário da área industrial	1
Funcionário público em atividade	6
Funcionário público aposentado	5
Jornalista e ex-vereador	1
Médico (aposentado)	1
Vendedor	2

Nota* Uma das mulheres que acordaram em participar da pesquisa, Yolanda de 54 anos, entrevistada no horário da tarde, na Praça Gentil Ferreira, localizada no Bairro do Alecrim, comentou que era dona de casa, mas como não havia trabalho para ela, devido à idade, ia até aquele local para “fazer um programinha”.

Em relação ao roteiro de questões, ele foi elaborado tendo em vista o objetivo da investigação, de forma a reunir elementos elucidativos, essenciais, para a investigação. Para isso, procurou-se estimular as pessoas abordadas a articular algumas considerações sobre a temática e o objeto de estudo. Com esse encaminhamento, buscou-se contornar possíveis riscos de desvio do horizonte de estudo, indo ao encontro das indagações, e hipóteses, que se desenharam no início

desta pesquisa. Com relação às falas dos entrevistados, cabe acrescentar que também se procurou estimular observações sobre o local em que se encontravam, visando tentar apreender elos que essas pessoas mantinham com esses espaços, ou com outras áreas públicas da cidade.

5.2.1 O cotidiano não é um lugar comum

Uma superação das limitações e distâncias entre o discurso “comum” e o discurso “esclarecido”, é o que propõe Certeau (1990). Afinal, argumenta esse autor, ambos participam de uma realidade comum que põe em movimento um sistema demasiadamente vasto, que se multiplica recompondo códigos e combinações. De forma que, é justamente o olhar valorativo com que Certeau se volta para o cotidiano, para as “conversas ordinárias”; a não banalização do dia-a-dia vivido pelas pessoas; o seu reconhecimento quanto às contribuições dadas Foucault, com relação ao funcionamento, e as articulações tecidas pelo discurso, dentro do universo social, e Bourdieu, no que diz respeito ao adquirido, ao *habitus*, apesar de as ponderações que faz com relação ao esquema analítico traçado por esses pesquisadores, que fortaleceu a intenção, e a iniciativa, de se tentar trabalhar com o material coletado do campo empírico, a partir da perspectiva de que diante da diversidade, cada parte de um quadro pode adquirir a dimensão de uma grande síntese.

Portanto, é com esse entendimento, que serão apresentados recortes do campo empírico, cenas urbanas e vozes que recuperaram experiências, maneiras de ver e viver, passíveis de propiciar uma aproximação maior de costumes, formas de vida, valores e sentimentos que são parte desse tempo presente.

CENA 1: Essa praça, uma das mais antigas da cidade, está sempre movimentada, seja no horário da manhã, seja à tarde. O comércio, atividade predominante no seu entorno parece alimentar o constante vai e vem que se faz presente nesse espaço. À noite, finais de semana e feriados, a ambiência é outra, assim como os poucos frequentadores. “Fica mais perigoso ficar aqui nesses horários”, alerta João Paulo, 40 anos, natural de Natal e residente da zona norte, mas que já morou no Bairro das Quintas, fez questão de ressaltar. Está desempregado há dois anos, falou um pouco constrangido. Quando indagado sobre

a freqüência com que vai a esse local, diz que “mais ou menos duas vezes na semana”. Gosta de ficar ali sentado, enquanto espera o ônibus, “para descansar um pouco, colocar um pouco as idéias em dia”. Sublinhou que demorava um pouco mais por ali, sentado em um banco, próximo à parada de ônibus, deixando um e outro passar, para aproveitar a sombra das árvores, “uma das poucas coisas boas do local”, destacou.

Assim como outras pessoas, entre os 41,2% do total dos que foram entrevistados, em um primeiro momento, disse não fazer relação com nada, quando se fala em espaço público. Nesse caso, em particular, o entrevistado, assim como outros freqüentadores do local, aparentemente não demonstrou maiores preocupações, ou constrangimento, em decorrência desse desconhecimento inicial. Preferiu conversar sobre o ambiente ruim daquele espaço: roubo, prostituição, “tem menina oferecendo um programa por um real” comentou visivelmente chateado. A maior parte das pessoas que se encontravam nessa praça, apesar da proximidade física, não mantinham, nenhum contato social com outros freqüentadores do local. Apenas um grupo de aposentados e outras pessoas que já chegavam acompanhadas, como dona Yolanda, citada anteriormente, estavam estabelecendo uma conversa aparente animada.

Ao contrário de João Paulo, outros indivíduos que se encontravam nesse mesmo local, ainda que em princípio não conseguissem falar sobre espaço público, por desconhecimento inicial, após terem sido apontadas algumas características dessa parte da territorialidade urbana, foram logo citando a praia e as praças, em especial aquela, como exemplo, ainda que fizessem questão de comentar sobre as condições precárias daquela área, em que se encontravam: “embora tenha aquele posto policial ali, as coisas aqui são difíceis”, destacaram alguns dos freqüentadores do local.

Nesse aspecto, cumpre sublinhar que o nível de escolaridade das pessoas abordadas nesse espaço variou de 1º Grau completo, 2º Grau incompleto, e cursando a universidade, como Liliane, de 25 anos, natural de Salvador, que disse morar em Natal há dez anos. Comentou que estava trabalhando, mas não quis dar maiores detalhes sobre esse assunto. Ao contrário da expectativa criada quando falou que estava “fazendo o curso de marketing”, essa estudante assim como outras pessoas de um nível de escolaridade inferior, que costumam freqüentar esse local, também não souberam responder o que seria um espaço público, quando

indagadas. Contudo, após serem citados alguns exemplos, essa entrevistada passou a relacionar o espaço público com a praça e a praia, locais que “mais gosta e que frequenta mais”. Salientou ainda que se encontrava ali, porque “estava esperando o transporte, e aproveitando a sombra das árvores para descansar”.

À medida que outras entrevistas foram sendo realizadas, teve-se a expectativa de que, embora alguns frequentadores desse espaço dissessem desconhecer o que seria um espaço público, logo após serem dadas algumas informações nesse sentido, sentiram-se mais motivadas a falar mais sobre esse assunto. Contudo, nem sempre essa expectativa se concretizou. O depoimento de Lorena, de 27 anos, casada, natural de Currais Novos, residente no Bairro Soledade I (Bairro Potengi), e em Natal há quinze anos, por exemplo, não seguiu nessa mesma direção. Desempregada, 2º Grau completo assim como o marido, estava vendendo Vale Transporte naquele local:

Meu esposo trabalhou quinze anos na Empresa Guanabara. Depois ele saiu, investimos tudo em alternativo, só que o alternativo quebrou Se conseguir vender duzentos vales por dia, vamos ter um lucro de vinte reais... A cidade de Natal é muito bonita, não resta dúvida, mas está maquilada. Ali em Ponta Negra, tem muitas árvores, mas não comemos árvores. Se você for para a Zona Norte. ... Eu moro na frente do Hospital Santa Catarina, a situação é outra. Se você for lá vai arranjar uma bela entrevista... Olhe essas pessoas que estão aqui vendendo seus corpos, outras pessoas roubando, você sabe e eu sei, mas eles não são culpados não... O problema é que não há espaço, nós não temos mais espaço. Falta emprego. Porque o nosso dinheiro está indo sabe lá. Eu não sei para onde... E existe algum espaço público?⁵⁹ Eu acredito que não tem mais espaço público não. Veja só, na semana passada eu estava vendendo vale perto do Nordesteão⁶⁰, chegou uma pessoa e disse que aquele era seu canto, porque ela estava aqui. E ali é um espaço público. Um rapaz estava ali, na calçada da farmácia, e outro rapaz mandou ele sair. Disse que o lugar era dele. Estou aqui, mas estou à mercê de uma mulher de programa me mandar embora. Você está entendendo? É por isso que eu digo não existe espaço público não... A avaliação que faço do espaço público de Natal é negativa, porque até na praia você tem que pagar por cadeira para sentar, e isso é um absurdo, não é minha filha... A única coisa que eu acho bonito aqui são essas árvores centenárias que o homem ainda não conseguiu destruir, só isso, porque o resto é só sujeira... O espaço público está pior que no passado, porque as pessoas não valorizam, picham as paredes. Antigamente você não se via isso... As pessoas não frequentam mais o espaço público como no passado. No meu tempo, eu pulava

⁵⁹ Respondendo, ao ser instigada ao falar sobre o espaço público.

⁶⁰ Referência a um supermercado localizado no Bairro do Alecrim.

amarelinha na rua, brincava... mas minha filha hoje não sai de casa não. Tem muita violência.

Entre as pessoas que se encontravam nesse local e que concordaram em responder a algumas perguntas, Jeferson, 18 anos, morador do Bairro Nordeste, 1º Grau completo, mas “recentemente parou de estudar para ajudar o pai”, foi o único dos entrevistados nesse local a identificar, quando indagado, o que seria um espaço público: “espaço que toda a população pode utilizar”. Falou que estava naquele local, porque esperava o ônibus, “ao contrário da época em que estudava”, quando a frequência era maior. Destacou as praias como o espaço público “que agora costumava frequentar”. Comentou ainda que a cidade de Natal “melhorou, apesar da violência”. Contudo, ficou calado quando foi perguntado em qual aspecto teria melhorado.

Foi possível observar que várias pessoas que se encontravam nesse espaço, estavam de passagem. A parada de transporte coletivo, em uma das suas laterais, e do trem, nas proximidades, parece ser responsável, em grande parte, pela permanência das pessoas nesse local. (fotografias 2 e 3). Por outro lado, a sombra das árvores, o Posto Policial, e a “as condições do espaço, que mesmo assim precisa melhorar”, também parecem atrair aposentados, como ressaltou um senhor de 80 anos, que conversava com um grupo de amigos.

Quando foi abordado, o referido senhor concordou em participar da pesquisa, mas não quis se identificar. Destacou que morava em Natal desde 1968, e que residia naquele mesmo bairro. “Estudou dois anos na vida”, destacou. Disse que gostava de sair de casa e ir para aquela praça, encontrar com os amigos: “venho aqui duas vezes por semana, mas na cidade vou todo dia. Vou resolver uns negócios e aproveito para ir até o “Café São Luiz”⁶¹. Comentou “que tudo na cidade antes era mais fácil, e que agora tudo estava perigoso: “tirando nós aqui, tem muito vagabundo e vagabunda” Ao ser indagado sobre o espaço público disse “não entender muito dessas coisas não”, mas comentou que gostava mais daquela praça como era no passado.

Ao ser provocado a falar sobre o espaço público, citou o local onde se encontrava e o café São Luiz. Contudo, quando solicitado a fazer uma avaliação

⁶¹ Se referindo ao Grande Ponto.

sobre essa parte da territorialidade urbana, respondeu: “não tem mais espaço público não. Só tem aperreio”



Fotografia 2 – Praça Gentil Ferreira.⁶²
Foto: Edivania Duarte, 2007.

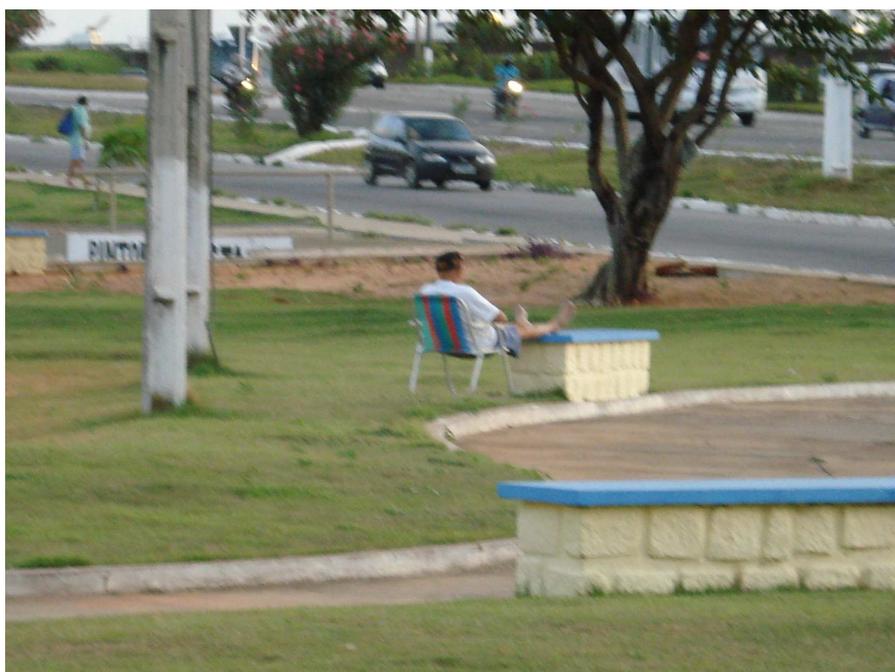


Fotografia 3 – Praça Gentil Ferreira⁶³
Foto: Edivania Duarte, 2007.

⁶² Observa-se que esse tipo de movimentação é sempre constante, quando o comércio se encontra aberto.

⁶³ O comércio, formal e o informal, se mostram fortes alimentadores da ambiência existente nesse local.

CENA 2: Rodeado, na sua maioria por residências, embora o comércio e os serviços, existentes nas suas imediações, também marquem a paisagem do seu entorno, nesse espaço público, que há pouco mais de dez anos era mais um dos terrenos baldios existente na capital potiguar, a figura do senhor Paulo, naquele final de tarde chamou a atenção. No centro da praça, encontrava-se sentado em uma cadeira, que claramente mostrava não fazer parte do mobiliário urbano pertencente àquele local. Portanto, tratava-se aparentemente de um equipamento de sua propriedade, que havia sido deslocado até aquele espaço. Mas, não foi apenas esse fato que passou a despertar a curiosidade. A impressão que se tinha era de que aquele senhor estava se sentindo ali como se estivesse no jardim de sua casa, tal era a sensação de relaxamento que conseguia transmitir, mesmo a distância (Fotografia 4)



Fotografia 4 – O descanso do senhor Paulo.⁶⁴
Foto: Edivania Duarte, 2007.

Ao ser solicitado a participar da pesquisa que estava sendo feita, quis logo se identificar: 77 anos, natural de Ceará-Mirim, chegou a Natal em 11 de julho de 1962, “quando ainda se dormia como a porta aberta. Hoje o banditismo está danado, mas graças a Deus até hoje ninguém tocou em mim”. Aposentado da

⁶⁴ Mostra como Senhor Paulo se encontrava antes da entrevista.

UFRN, por último foi motorista de praça⁶⁵. Falou que tinha o 1º Grau incompleto, mas “ainda sabia fazer todo tipo de conta, somar dividir, multiplicar”, fez questão de ressaltar com certo orgulho.

Ao contrário, do último senhor entrevistado, citado anteriormente, ao ouvir a denominação - espaço público – falou que a primeira relação que fazia ao ouvir essa denominação é “com uma coisa que é de todos”. Entretanto, ao ser estimulado a citar outros espaços públicos da cidade, disse: “só praça mesmo. Aqui tem meninos brincando, meus vizinhos vêm aqui caminhar. Duas vezes por semana saio às 4.00 da manhã para caminhar”.

Apesar da localização, a movimentação nesse local no decorrer do dia é pouca, com exceção da parte lateral onde se encontra localizada uma parada de ônibus. Apenas no início da manhã, quando a temperatura está mais amena, final da tarde e no início da noite, essa situação mostra-se diferente (Fotografia 5). Uma das características desse espaço é o campo de futebol, e a pouca concentração árvores de médio e grande porte.



Fotografia 5 - Praça de Mirassol.⁶⁶
Foto: Edivania Duarte, 2007.

⁶⁵ Se referindo ao Taxi.

⁶⁶ Esse tipo de movimentação, particularmente de adolescentes, conforme foi observado, parece ocorrer mais, durante a semana, no final da tarde.

Thiago, 2ª Grau completo, residente nesse mesmo bairro há sete anos, aponta para outro perfil das pessoas abordadas que freqüentam esse local. Isso porque, quando instigado a falar sobre espaço público, comentou:

É de uma maneira geral um local onde seus vizinhos e as pessoas se encontram. Festas de uma maneira geral também é espaço público. Venho aqui muito pouco, não venho mais por falta de tempo mesmo. Venho uma vez por semana, para pegar a namorada. Ela mora em Nova Parnamirim. Essa praça é boa, mas podia ser melhor, falta policial, principalmente à noite. ... Alguns amigos às vezes vêm aqui, outras vezes não, por conta da violência mesmo. A semana passada mataram um aqui em Mirassol, na última rua ali. ... Hoje eu acho que a Internet hoje é uma maneira fácil e segura de encontrar pessoas.

CENA 3 – Duas manifestações. A primeira em “defesa da cidade e contra a corrupção”, foi organizada por dois partidos políticos de esquerda, que tradicionalmente promovem esse tipo de ação coletiva no Centro da Cidade. Nessa ocasião, a convocação visava denunciar vereadores que haviam “vendido o voto para empresas imobiliárias, contra os interesses do povo”, informava um dos panfletos distribuídos no local. A proposta dos organizadores era a de que, após alguns discursos e pronunciamentos, feitos ali mesmo na rua, todos seguissem em passeata até a Câmara Municipal, para que fossem citados nominalmente todos os suspeitos de corrupção. O público presente era predominantemente formado por representantes, e filiados, a esses partidos políticos e simpatizantes dos mesmos. Curiosos passavam pelo local, alguns paravam, informavam-se do que se tratava, para logo após seguir o seu caminho. Poucos ficavam para participar da manifestação, e quase nenhum deles seguiu em passeata até o final do local determinado.

Durante o trajeto, vários dos representantes desses partidos políticos revezavam-se nos discursos, tentando manter o ânimo, e a motivação entre os presentes, de maneira a atrair populares, porém resultados, nesse sentido, aparentemente não foram positivos. Só quando o grupo chegou à Câmara de Vereadores da cidade, algumas pessoas que já se encontravam esperando e outros curiosos que passavam, permaneceram ficaram algum tempo, para observar o desfecho daquele encontro.

“Não estava permitido o acesso dos presentes ao interior da Câmara”, informava um dos seguranças que se encontrava parado no acesso ao prédio,

enquanto um dos presentes indagava, aparentemente curioso, a outro colega: “será que eles estão aí dentro⁶⁷, se estiverem vão passar pela vergonha de serem chamados de corruptos”. Entretanto, a frustração dos presentes tornou-se evidente, quando foi dado conhecimento que as pessoas denunciadas já haviam saído uma hora antes, pois a “seção havia tido o seu encerramento antecipado”

A segunda manifestação, organizada por estudantes de uma escola federal do Estado, procurava denunciar as agressões ao meio ambiente, que naquela semana foi destaque na mídia local como um “Desastre ecológico contra o Rio Potengi” (Fotografia 6). A primeira abordagem foi feita a Henrique, de 18 anos, um dos estudantes presentes no auditório, onde se iniciou um debate sobre a questão. Ao ser solicitado a falar sobre espaço público, respondeu: “essa escola mesmo onde estamos”. Quando foi perguntado sobre a motivação da sua presença nesse evento, esse estudante respondeu que ele, assim como os três amigos, que se encontravam ao seu lado, estava atendendo a convocação feita pela representante do Grêmio Estudantil, que antes havia ido até às salas de aula pedir a participação de todos nesse evento.



Fotografia 6 – Manifestação de estudantes.⁶⁸
Fonte: Edivania Duarte, 2007.

⁶⁷ Estava fazendo referência aos vereadores que haviam sido citados, como envolvidos no caso.

⁶⁸ Também participaram dessa manifestação, além de estudantes e professores desse centro educacional, representantes dos pescadores da cidade

A Presidente do Grêmio Estudantil desse mesmo centro educacional, também foi procurada para uma entrevista. Ao ser solicitada a participar da pesquisa, Pollyana, 17 anos, natalense residente no Bairro da redinha, argumentou não poder atender ao pedido naquele momento, marcando outro dia para responder às perguntas. Como não foi possível localizá-la no dia e horário, acordados anteriormente, foi feita uma segunda tentativa. Dessa vez, alegando falta de tempo, essa estudante solicitou que as questões fossem encaminhadas por e-mail. Ao responder sobre os principais aspectos e relações que ela fazia com a denominação espaço público, respondeu:

Incentivo cultural e qualidade de vida. Não só como integrante do grêmio, mas como aluna de piano da Fundação José Augusto, discutimos o quanto faz falta o incentivo aos espaços públicos, onde as pessoas teriam acesso ao trabalho artístico local e de qualidade, ao invés de cultura importada pela mídia televisiva, digital e comercial. Bem como, estaria saindo com a família e amigos o que garantiria uma melhor qualidade de vida através da socialização.

Assim como a maioria dos entrevistados, em uma escala de 1 a 6, Pollyana, também apontou a vivência e uso pessoal dos espaços públicos, como os principais responsáveis para a construção do entendimento e avaliação que tem sobre essa parte da territorialidade urbana. Por outro lado, ao contrário dos 31,6%, das pessoas abordadas, que apontaram a imagem e os textos divulgados pela mídia, como o segundo aspecto que teria contribuído para uma percepção dessa parte do universo urbano, de acordo com a referida essa estudante, esse componente teve menor influência nesse sentido.

CENA 4 - Uma semana, antes do dia 7 de setembro, no silêncio daquele início da manhã, quase solitário, despertando a atenção de alguns poucos curiosos, um símbolo atraía o olhar que ainda não havia observado o início das comemorações alusivas à “Semana da Pátria”. Perguntado acerca da instalação daquele elemento no local, um dos militares, que se encontrava fazendo os ajustes finais naquele elemento, respondeu aparentemente surpreso com a pergunta: “aqui é o ponto de chegada da corrida de Semana da Pátria” (Fotografia 7). Naturalmente, uma série de lembranças passadas, se uniu àquele momento, fazendo ver que aquele tipo de ambiência, que antecedia o desfile de 7 de setembro, poderia

configurar-se em mais uma oportunidade para dar continuidade ao trabalho de Campo.

No dia 7 de setembro as ruas do “centro da cidade”, antes praticamente desertas (Fotografia 8), pareciam ganhar vida. As pessoas que chegavam davam uma movimentação e colorido àquela parte da cidade, não usual para um dia feriado, vinham de várias partes, geralmente acompanhadas. Em outros casos, a impressão que se tinha é que toda a família chegava para assistir ao desfile (Fotografias 9 a 11). Após acompanhar esse momento inicial, a memória do passado recomendou que aguardasse um pouco mais, até que os possíveis entrevistados, em potencial, dessem sinais de já estarem acomodados, no local escolhido, para que as primeiras tentativas de abordagem, direcionadas às entrevistas, fossem feitas.



Figura 7 - Comemorações do 7 de setembro.⁶⁹
Foto: Edivania Duarte, 2007.

Em princípio, ao observar a ambiência que antecedia o início do desfile, uma série de indagações se delinearam, a partir da curiosidade: o que estaria motivando aquelas pessoas a irem pela primeira vez, ou a retornarem para assistir,

⁶⁹ Alguns curiosos, que também passavam nessa rua, pararam um pouco para observar os ajustes finais no elemento que estava sendo colocado, em uma das faixas dessa via.

mais uma vez a esse evento? Essa, e outras perguntas contribuíram para que rapidamente fossem sendo desenhadas as estratégias de abordagem. Por isso as entrevistas foram feitas antes de o desfile ter iniciado, já que a exemplo de anos anteriores, todos se apressavam em retornar para casa.

Jacimara, 17 anos, que nasceu em Jardim do Seridó, “tinha chegado cedo para pegar a sombra daquela árvore... O esposo não veio por causa do trabalho”. Assim como outras pessoas que se encontravam no local “gosta de assistir ao desfile, porque acha bonito”. Já Dona Arlete, 70 anos, natural de Pau dos Ferros, falou que “vem também por conta da história... Se for pensar nos políticos não vem”.

Assim como essas duas mulheres, outras respostas também apontavam para o mesmo horizonte de motivações, que as levavam a saírem da casa, enfrentar o sol forte e a alta temperatura que se registravam naquele dia: “a gente como brasileiro deveria vir”, ponderou Francisca, mossoroense, de 47 anos, mais uma das freqüentadoras assíduas desse evento. “Me sinto bem assistindo o desfile. Desde criança venho todo ano”, ressaltou com orgulho



Fotografia 8 – O quase silêncio das ruas.
Foto: Edivania Duarte, 2007.

Leda, divorciada, foi assistir ao desfile com os três filhos. Comentou que depois de nove anos, estava retornando. Em sua opinião “esse tipo de comemoração ajuda as pessoas a amarem mais o Brasil. Desperta muita coisa que

está adormecida”. Além disso, “distrai a mente. Mente vazia é oficina do diabo”, sublinhou. Outros freqüentadores, como Klebert, 32 anos morador do bairro de Igapó, e Maria José Ferreira, assistiam ao desfile pela primeira vez, “por curiosidade mesmo e para passar um dia diferente”.



Fotografia 9 – A rua antes do desfile de 7 de setembro.
Foto: Edivania Duarte, 2007.



Fotografia 10 – A magia do 7 de setembro.⁷⁰
Foto: Edivania Duarte, 2007.

⁷⁰ Chegar cedo possibilita se conseguir um espaço na frente, e ainda poder sentar antes de o desfile começar.



Fotografia 11 - A atenção para com o desfile.⁷¹
Foto: Edivania Duarte, 2007.

Logo que a solenidade teve início, a espera aparentemente fora esquecida e os olhares passaram a acompanhar, com atenção, a passagem do desfile: “gosto muito dessa organização, do dever cívico. Quando vejo esse desfile me sinto realizada, não importa o calor”, ressaltou ainda Leda, apontando para a primeira instituição militar que estava abrindo o evento.

CENA 5 - A entrevista que havia sido feita com Davi, morador do Bairro de Nazaré, na ocasião, administrador do “Camelódromo” do Bairro do Alecrim (Fotografia 12), foi motivação para que outra área da cidade fosse inserida no trabalho de campo:

Eu gosto muito particularmente da área de lazer ali do Panatis⁷², Eu frequento porque eu gosto. Eu acho legal lá, apesar de não morar por perto. É um espaço que eu gosto porque é calmo, a gente sente assim certa segurança. Vou lá encontrar com uns amigos, apesar de não ir sempre... Só as vezes vou lá.

Esse mesmo local havia sido citado por outras pessoas, ao serem instigadas a falar sobre os espaços públicos da cidade. De forma que, pareceu

⁷¹ A busca por um melhor ângulo é constante durante todo o evento.

⁷² Fazendo referência ao Conjunto Habitacional, localizado no Bairro de Igapó.

natural a decisão de estar ali, em uma manhã de sábado, observando uma área que antes não havia sido vivenciada com aquela proximidade. Apesar do sol forte, um grupo de jovens estava praticando esportes, em uma quadra existente no local. Outras pessoas, dois casais, outro com o filho, um jovem pedalando e alguns adolescentes, cujas idades aparentavam variar entre doze e quinze anos de idade, também conversavam à sombra de algumas árvores. O local mostrava-se tranquilo, embora houvesse intensa movimentação de veículos e pessoas no entorno, ainda predominantemente de uso residencial (Fotografia 13). Apenas um dos presentes – Eloraime - continuava sozinho. Parecia não estar observando apenas o jogo, que acontecia na quadra de esportes, pois o local em que se encontrava não propiciava o melhor ângulo visual para isso. Aparentemente observava um pouco de tudo que estava acontecendo nessa área, sem se fixar em nada, de forma especial.



Fotografia 12 - O “camelódromo” do Bairro do Alecrim.⁷³
Foto: Edivania Duarte, 2007.

Eloraime, 23 anos, estudante, não pareceu surpreso quando foi abordado, para uma entrevista. Morador do Jardim Lola⁷⁴, sublinhou que nasceu em Natal,

⁷³ Localizado no centro da Av. Pres. Bandeira. Nesse trecho da via, apenas uma faixa – à esquerda - é utilizada para circulação de veículos. A outra ficou reservada para pedestre

⁷⁴ Bairro localizado em São Gonçalo do Amarante, município da Grande Natal, situado a poucos quilômetros do local.

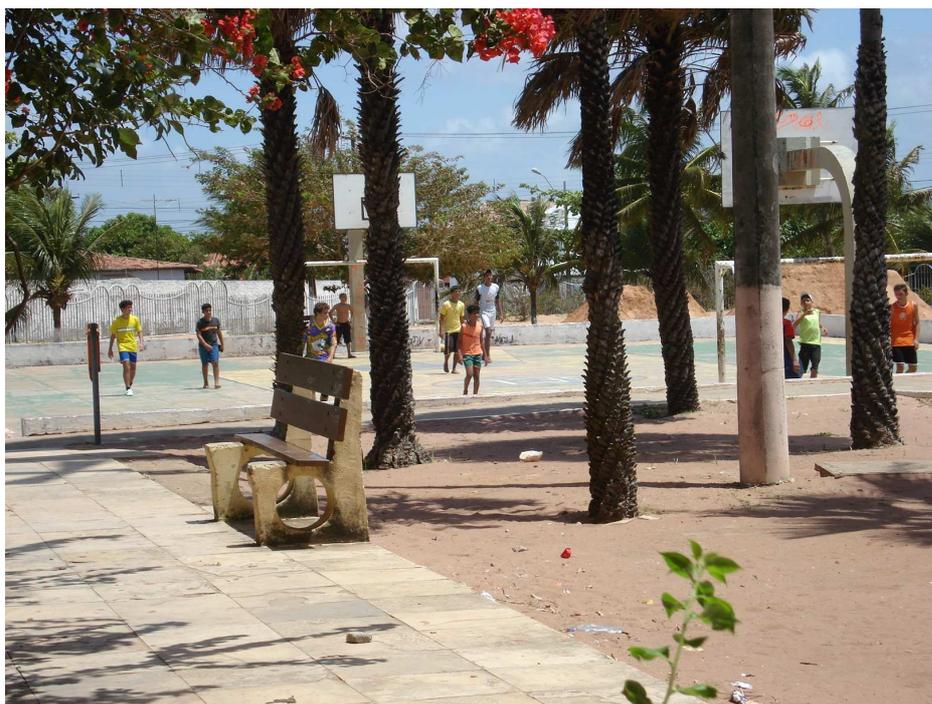
estudava à noite e fazia o curso de Gestão de Microempresa no SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Quando a conversa foi direcionada para o espaço público, sublinhou:

Espaço público para mim é um espaço como esse, uma área de lazer, onde as pessoas praticam esporte, praticam alguns eventos, com relação social. Essa é a idéia que eu tenho de espaço público... Costumo praticar esportes, conversas com os amigos, então por isso sempre venho a essa praça, para uma praça ali de cima, ginásios, jogar futebol, essas coisas... A idéia que tenho de espaço público é da vivência... O que tem menos influência para essas idéias que tenho, são as imagens divulgadas pela mídia, eles fantasiam demais. É só propaganda mesmo. Eu acho muito importante o espaço público, para as pessoas conviverem, até mesmo para estudar é muito bom... Interesse pelo espaço público as pessoas têm, mas a vida de hoje é muito corrida. Mas também tem problemas. Falta manutenção em primeiro lugar, não tem mais grama no campo... Eu não concordo que os espaços públicos estão decadentes, acho que as pessoas gostam de freqüentar, mas até mesmo você, se chegar em um lugar como esse sujo, então a gente não gosta, mas se você encontrar um lugar limpo, sempre vai querer voltar lá algum dia. A cidade precisa melhorar muito.

Thiago e Érica, 19 anos e 17 anos respectivamente, ambos moradores do Bairro de Igapó, onde se encontra localizado o referido espaço público, era um dos casais presentes no local (Fotografia 14). Thiago ressaltou que trabalhava na “área de indústria”. Érica “só estuda”. Quando instigados a falar sobre o espaço público: “um lugar para todo mundo, respondeu Érica, no que teve a concordância do namorado, que complementando, ressaltou: é “mas para ser espaço público, como é para a gente, a gente tem que zelar não é?” Ressaltaram que só freqüentam esse local, nos finais de semana e feriado. No que se refere aos aspectos que mais tiveram influência para formação de uma percepção sobre o espaço público, discordaram. Ela faz parte do grupo dos entrevistados que citou os livros como a principal influência, enquanto para ele a vivência, “foi o que mais pesou”. Por outro lado concordam ao reconhecerem que as pessoas têm freqüentado menos essa parte da territorialidade urbana. Nesse sentido, Thiago salientou:

Sabe o negócio é a segurança. Aqui por exemplo, à noite muitas vezes a pessoa já fica com medo de ser assaltado. Eu mesmo, sinceramente deixei de vir à noite. Durante o dia ainda dá para vir porque é mais calmo, mas mesmo assim a pessoa fica meio assim,

porque a segurança aqui no Rio Grande do Norte está ruim. Eu por exemplo fui assaltado sábado ali na Coteminas⁷⁵ Eu tinha acabado de receber dinheiro e me roubaram o dinheiro e celular. Mas não tem nada não Deus me dá outro... Outro problema do espaço público é esse negócio aí da CAERN⁷⁶. Já tem problema na saúde, imagina agora com a água assim... Esse negócio aí, de decadência... Muita gente está deixando de sair por causa da segurança. Ninguém vai querer ficar aqui assim, com medo, nenhum policial. No interior de minha mãe eu ficaria, porque isso não acontece, mas aqui não.



Fotografia 13 - A Quadra de esporte da área de lazer.⁷⁷
Foto: Edivania Duarte, 2007.

Os jovens Anderson, 12 anos e Fernando, 13 anos costumam freqüentar esse espaço público, apesar de morarem em São Gonçalo do Amarante, município pertencente à Região Metropolitana de Natal, relativamente distante desse local. Estavam estudando a 6ª e a 8ª série do Ensino Fundamental, respectivamente. Quando foram indagados sobre a relação que fazem ao ouvirem falar em espaço público, Fernando respondeu: “com uma área de lazer”, e Anderson, com “um espaço para a gente poder brincar”. De acordo com ambos, a televisão “é o que mais influenciou” a idéia que têm sobre essas áreas. Já os livros, assim como a

⁷⁵ Fazendo referência a uma fábrica, localizada no bairro de Igapó – Natal.

⁷⁶ Fazendo referência ao alto índice de contaminação por nitrato na água distribuída na cidade pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN.

⁷⁷ A prática de esportes é usual nessa área, mesmo nos horários em que a temperatura está elevada, como nessa manhã

maior parte dos entrevistados – aproximadamente 14% - foram citados como o que menos contribuiu para a formação de um entendimento sobre esse tipo de assunto. Fernando também destacou, que “as pessoas não têm mais interesse pelos espaços públicos por causa dos vagabundos. As pessoas vivem pichando, tem também os assaltos”.



Fotografia 14 - Área de lazer da Zona Norte.⁷⁸
Foto: Edivania Duarte, 2007.

CENA 6 – Poderia ser um dia qualquer, nessa parte do *Shopping Center*, o maior e um dos mais novos da capital. Além da Praça da Alimentação e outros poucos pontos espalhados nesse empreendimento, o local onde foram realizadas as entrevistas, é um dos espaços onde os freqüentadores têm a possibilidade de sentar por alguns momentos. Nele é sempre possível encontrar pessoas, aparentemente descansando, conversando, observando o movimento ou esperando alguém. Ainda que representem a minoria dos presentes a esse *shopping*, pois a grande maioria se encontrava circulando, atraídas pelas constantes novidades apresentadas pelos lojistas, a presença dessas pessoas nesse local, destoava da movimentação

⁷⁸ Diante da aparente tranquilidade desse local, surpreendeu o relato de assaltos que já aconteceram nessa área, em diferentes horas do dia.

existente no entorno. Essa aparente tranqüilidade facilitou a conversa e o convite para a participação no trabalho que estava sendo realizado (Fotografia 15).



Fotografia 15 - Shopping Center⁷⁹.
Foto: Edivania Duarte, 2008.

Maria Valdenira, cearense de 36 anos, casada, residente no Bairro de Santos Reis. Estava sentada, ao lado de um carrinho de compras de um supermercado. Aparentemente esperava alguém. Estudou até a 8ª Série, e trabalhava apenas em casa. Ressaltou que saía pouco: “o lugar que vou mais é para supermercado e o *shopping* mesmo. Eu vivo mais em casa”. Quando procurou-se conversar sobre o assunto espaço público, saber qual a idéia que ela tinha a respeito desse assunto, respondeu: “seria um lugar assim como esse, onde as pessoas podem ir. Eu acho que seria uma coisa assim”. Comentou que a televisão era o veículo que mais influenciava nas “opiniões que tinha como essa⁸⁰.” Pareceu surpresa quando se comentou a avaliação de algumas pessoas de que o espaço público estava decadente. Disse não concordar com esse tipo de opinião, mas pensava que “a cidade precisava ter mais dessas áreas, para as pessoas se

⁷⁹ Área onde foram feitas as entrevistas.

⁸⁰ Referindo-se à resposta que havia dado sobre o espaço público.

sentirem melhor”. Também falou que não conseguia estabelecer nenhuma relação do espaço público com a vida social da cidade.

Rejane, 18 anos, natalense, estudante do Ensino Médio, moradora da Zona Norte, ao ouvir a palavra espaço público, pensou um pouco para responder:

Sei lá. Eu acho que é onde a gente está. Uma coisa assim que a gente não tem totalmente como deveria, porque tem coisas que a gente não tem como deveria. Tem coisas que a gente tem o direito de fazer e não dão esse direito para a gente. Aqui tem muita discriminação, de classe, dependendo dela o atendimento muda. É preciso ensinar, a saber, lidar com as pessoas. A gente deveria ser mais educado, isso tem a ver com espaço público... Restaurante, escola, clubes, são exemplos de espaço público... Praia é o meu hobby, restaurantes, *shopping*, quadras, eu gosto também.

Sublinhou ainda que o espaço público, no seu entendimento, propicia algumas coisas. “Por exemplo: de vez em quando, bate uma pessoa e surge assim uma conversa como essa”. Sobre influências, destacou que textos e teorias têm pouco peso sobre o que pensa a respeito desse assunto.

Naquele mesmo dia foi possível observar que Sérgio, baiano de Feira de Santana, 2º Grau Completo, residente do Bairro de Morro Branco, não tinha muita pressa de sair daquele local, pois já estava sentado havia certo tempo. Quando abordado, falou que era um morador recente da cidade, mas após três meses, já estava pensando em voltar, porque não havia conseguido emprego e as perspectivas, nesse sentido, não eram animadoras:

A idéia que eu tenho de espaço público é isso aqui, por exemplo, apesar de ser uma iniciativa privada não deixa de ser espaço público. As praças, corredores de uma instituição, instituições governamentais, prefeituras, Câmaras de vereadores, essas coisas, tanto espaços abertos, como fechados, também são espaços públicos... As coisas que eu vejo, como as divulgadas pela mídia, o paisagismo têm maior influência sobre as idéias que tenho de espaço público... A relação que eu faço do espaço público com a vida social da cidade é o que estabelece integração. Não digo de um conglomerado de gente, mas de integração das pessoas que transitam nesses espaços, as pessoas que circulam, os transeuntes que intercambiam, voluntária ou involuntariamente... Olha o interesse das pessoas com relação a *shoppings centers* continua o mesmo, porque todo mundo é fã de *shopping Center*, mas com relação a passeios públicos, talvez esteja estagnada, a não ser que seja um parque temático. O povo gosta mesmo é de novidade, porque quando cai na mesmice, perde o interesse... A malandragem é um problema. A delinquência é a palavra

correta... O espaço público, como praças, está decadente porque como eu digo, não tem atrativo, caiu na mesmice, então perderam o interesse. Um jardim zoológico, por exemplo, aqui não tem, mas em Salvador tem animais raros e tradicionais. Ele é freqüentado, mas não tão como antigamente. A freqüência hoje é pequena, muito pequena mesmo. Eu mesmo observei que ele está em decadência por conta disso. Aqui a gente tem o Parque dos Namorados, eu ainda nem entrei lá, mas soube que é muito bacana, muito bonito.

Eis, portanto, recortes parciais, fragmentos da fala urbana que se fizeram presentes durante o trabalho de campo. São como coordenadas que marcam um lugar, apesar das interligações e conexões que estabelecem dentro de um sistema global, das quais é parte. Geralmente, essas informações não se oferecem de imediato ao visitante, ou espectador; pelo contrário, muitas vezes elas aparecem diluídas na paisagem urbana.

Logo, não é surpresa que, não raro, essas coordenadas passem despercebidas, diante da força e da atração que geralmente uma imagem exerce ao olhar. Mas, as coordenadas, assim como as imagens, identificam, revelam informações, possibilitam o reconhecimento de uma determinada cidade, ainda que dela se tenha apenas ouvido falar. Talvez por isso, possa ter sido intencional a opção de iniciar essa parte deste capítulo, com alguns desses referenciais identificadores, na intenção de desvelar, através deles, uma primeira aproximação com o olhar, o sentir, com o dizer que emerge, como uma espécie de revelação, do que não aparece de visível na cidade de Natal.

Nesse contexto, cabe destacar que, o discurso, ou a “arte de dizer”, conforme denomina Certeau (1990), não é aqui considerado, acordando com o argumento desse pesquisador, como distante do fazer. Para esse entendimento, esse mesmo autor apresenta uma contribuição significativa, quando se volta para as práticas sociais, como parte de um campo potencial de transformação do indivíduo, mediador, mas nem sempre conciliatório entre o dizer, o fazer e o pensar.

Algumas considerações podem colaborar para lançar luzes sobre essa conexão traçada por Certeau (1990), no que se refere aos elementos utilizados para ilustrar essa percepção. No entanto, cabe ressaltar dois dados que foram observados após a conclusão da pesquisa de Campo. Primeiro que 67,5% dos entrevistados apontaram a própria vivência, como o principal fator que teria determinado a construção de um entendimento e uma imagem sobre o espaço público. O segundo dado está relacionado ao que Arendt (1989) e Sennett (1989)

apontam como a fragilidade da demarcação entre as esferas pública e a privada, e a conseqüente diluição dos seus limites identificadores, refletindo-se no não reconhecimento de algumas das singularidades que identificam esses dois territórios, considerando-se que apenas 11,1% das pessoas que acordaram em participar da pesquisa de campo, observaram especificidades relativas a esses dois universos, de forma a preservar o que de peculiar os caracterizariam, apesar das possibilidades de diálogos e conexões que esses espaços possam manter entre si.

Cabe destacar que esse percentual de 11,1%, corresponde ao total das pessoas que, concordaram em participar da pesquisa, desde que tivessem conhecimento anterior das questões. Nesses casos, o agendamento das entrevistas ocorreu no prazo de uma semana. Em outras situações o retorno ocorreu, também através de e-mail. Cumpre sublinhar que, todas essas pessoas, para as quais foi solicitada uma participação neste trabalho, exerciam atividades com reflexos significativos no espaço público da cidade de Natal, desempenhando, portanto um cargo de visibilidade, perante a sociedade, embora em funções diferentes.

De qualquer forma, chama a atenção Arendt (1989, p. 65) é provável que a flutuação da percepção entre o mundo comum e a esfera privada, tenha reflexo direto na “perda de brilho”, com que os homens passaram a se relacionar, ou a desejar ingressar na esfera pública, ou a vê-la como algo que têm em comum com outros. Talvez o indício mais claro nesse sentido na era moderna, ressalta, seja quando o ser humano não pode mais discernir numa variedade de aspectos, quando passa a se tornar prisioneiro da sua própria subjetividade, ou de um conformismo, que geralmente precede a fragilidade e até mesmo a destruição do mundo comum. Para que possamos melhor apreender o alcance desse perigo, dessa ameaça, salienta ainda a referida autora, é preciso observar quando a propriedade particular de uma pessoa aparece como o único refúgio contra o mundo público comum, ou quando o mundo vivido na presença dos outros torna-se superficial. No entendimento dessa filósofa, tal fato faz com que a visibilidade perca sua qualidade e profundidade, a exemplo do que ocorre quando uma existência passa a ser vivida inteiramente em público.

Para Bauman (2001), esse tipo de situação, assim como os novos vínculos que as pessoas passam a estabelecer com outras, à distância, anuncia uma nova “reacomodação” com relação aos cuidados e interesses, no que se refere a ganhar controle sobre seus destinos, enfrentar os impactos sobre o modo como

levam suas vidas. Esse novo direcionamento, a seu ver, redesenha as preocupações e os cuidados, com que os indivíduos, enquanto indivíduos enchem essa parte do território urbano:

O que os leva a aventurar-se pelo palco público não é tanto a busca de causas comuns e de meio de negociar o sentido do bem comum e dos princípios da vida em comum quanto à necessidade desesperada de 'fazer parte da rede'. Compartilhar intimidades, como Richard Sennett insiste, tende a ser o método preferido, e talvez o único que resta, de construção da comunidade. Essa técnica de construção só pode criar "comunidades" tão frágeis e transitórias como emoções esparsas e fugidias, saltando erráticamente de um objetivo a outro na busca inconclusiva de um porto seguro: comunidades de temores, ansiedades e ódios compartilhados – mas em cada caso comunidades "cabides", reuniões momentâneas em que muitos indivíduos solitários penduram seus solitários medos individuais (BAUMAN, 2001, P. 47)

Como é possível observar, esse autor não vê com otimismo o desenho desse novo quadro: "a mesa foi virada", ressalta. Esse fato, a seu ver, aponta para a necessidade dos indivíduos reaprenderem capacidades esquecidas e de "se reapropriarem de antigas ferramentas perdidas da cidadania", como o caminho possível de erguer uma ponte, reconectar as "duas faces do abismo que se abriu entre a realidade do indivíduo de *jure* e as perspectivas do indivíduo de *facto*"⁸¹. Esse tipo de situação, sublinha ainda, aponta que:

Para o indivíduo, o espaço público não é muito mais que uma tela gigante em que as aflições privadas são projetadas sem cessar, sem deixarem de ser privadas ou adquirem novas qualidades coletivas no processo de ampliação: o espaço público é onde se faz a confissão dos segredos e intimidades privadas. Os indivíduos retornam de suas excursões diárias ao espaço "público" reforçados em sua individualidade de *jure* e tranquilizados de que o modo solitários como levam suas vidas é o mesmo de todos os outros "indivíduos como eles", enquanto – também como eles dão seus próprios tropeços e sofrem suas (talvez transitórias) derrotas no processo (BAUMAN, 2001, p. 49).

As falas dos entrevistados possibilitaram não apenas observar elementos desse cenário apontado por Bauman (2001), estabelecer articulações com as reflexões e preocupações apontadas por Arendt (1989), como apreender indícios

⁸¹ Aquele que controla os recursos indispensáveis à genuína autodeterminação (BAUMAN, 2001, p. 50)

importantes que, ao serem observados também sob a ótica sennetiana, permitem relacionar aspectos que podem ser identificados como uma possível tendência de psicologização das questões vinculadas à esfera pública, a qual como a outra face de uma mesma moeda, sucede um retraimento social perante esse mesmo universo (SENNETT, 1989).

Ainda, analisando o horizonte empírico observado, na perspectiva analítica de Arendt (1989), pode-se considerar que o desenho desse quadro tem reflexos significativos e definitivos, no que diz respeito ao distanciamento e à não-ação que as pessoas estabeleceriam com esse mesmo contexto. Nesse aspecto, a fala de entrevistados, como Thiago, oferece indícios significativos nesse sentido.

A percepção de Certeau (1990, p. 111), não se mostra alheia a essa possibilidade de apreensão, contudo procura fazer ver que, apesar das “estratégias”, apontadas por Bourdieu e dos “procedimentos” identificados por Foucault, é possível “o homem da rua”, o “homem comum”, desenvolver práticas cotidianas, táticas, astúcias, “maneiras de fazer”, passíveis de se apresentarem dissonantes das expectativas e perspectivas traçadas por esses dois autores. Pois, no entendimento do autor citado, apesar das ações dos “dispositivos organizacionais” no desenvolvimento de um processo de interiorização, sob o qual se articulam as relações dos indivíduos com o meio em que vive, é possível reconhecer diferentes modos de funcionamentos do cotidiano, táticas desviacionistas que não obedecem à lei do lugar, embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias.

Portanto, embora Certeau (1990, p 24) aponte aspectos teóricos, que em princípio poderiam mantê-lo distante das articulações analíticas delineadas por Foucault e Bourdieu, em especial, a “pouca profundidade” com que, esse primeiro estudioso se volta para as relações passíveis de serem estabelecidas, ou subvertidas entre os discursos e as práticas cotidianas, e em Bourdieu (1898), por olhar a conjuntura existente, como um “mundo presumido”, onde “os indivíduos não sabem propriamente falando, o que fazem e o que fazem tem mais sentido do que sabem”. Ao mesmo tempo, Certeau (1990), reconhece nas reflexões desses dois pesquisadores elementos importantes para o entendimento do funcionamento do universo social.

O que parece certo é que o autor supracitado não deixa de reconhecer que as práticas cotidianas estão na dependência de um conjunto complexo e que

estejam vinculadas às exigências individuais e sociais do tempo em que nasceram, como bem apontam Foucault e Bourdieu. Também é possível observar, a partir das articulações teóricas elaboradas por Certeau (1990), o reconhecimento ao fato de que o direcionamento conciliatório que o contexto social procura articular entre o pensar, o fazer e o agir, aponta para a busca de um disciplinamento social, que emerge dentro da própria ambiência social em que o indivíduo vive. Com base nessa perspectiva, pode-se considerar que essa vinculação também passa a ter reflexos significativos na vida urbana, entre outras coisas, com a subordinação do espaço aos valores que emergem vinculados, em especial, à idéia de progresso. Essa questão, abordada no primeiro capítulo, recoloca em foco os principais ideais que impulsionaram as propostas do racional-funcionalismo para a cidade moderna.

Portanto, diante da configuração do quadro empírico delineado, das possibilidades interpretativas que se abrem a partir das falas das pessoas que foram entrevistadas, pode surpreender que na intenção de pôr em evidência as astúcias, o potencial criativo, e a possibilidade de subversão, do “homem comum”, Certeau (1990) também tenha encontrado nas análises de Bourdieu e Foucault, em especial nos componentes analíticos: o *habitus* e os procedimentos, contribuições elucidativas no sentido perceber, que apesar dos sinais do funcionamento desses esquemas operacionais, manifestações anônimas são passíveis de se revelar em novas práticas criativas, seja quanto ao uso dos espaços urbanos, como também nas regularidades produzidas no campo verbal.

De forma que, ainda que seja possível colocar em aberto essa perspectiva, observando os dados apresentados pelo campo empírico, fica difícil deixar de reconhecer, na repetição das falas e na influência manifesta do vivido e da experiência, a presença do poder gerador e reatualizável, do *habitus* e dos procedimentos enquanto estratégias voltadas para o estabelecimento de uma espécie de conformismo e cumplicidade das pessoas para com o mundo das coisas, conforme assinalam tanto Foucault (2007), como Bourdieu (1989). Entretanto, também é possível observar, a partir das reflexões elaboradas por esses mesmos pesquisadores, que o surgimento do homem criativo, de táticas de subversão diante desse mesmo contexto, não é eliminado e nem deixa de ser visto enquanto possibilidade, como se empenha em mostrar Certeau (1990), mesmo que utilize traços mais fortes para isso. Portanto, essa perspectiva, ainda que esboçada de

diferentes formas, estabelece outro elo de proximidade entre esses três autores, embora as distâncias e as peculiaridades analíticas que os identifiquem, subsistam.

Como é possível observar, ao retomar algumas das contribuições teóricas de Certeau (1990), Bourdieu (1989) e Foucault (1986, 2007), não se buscou promover um confronto, ou um debate entre as idéias e os argumentos estruturados por esses pesquisadores. Embora apresentem olhares plurais, na abordagem do universo social, foi justamente essa pluralidade que possibilitou estabelecer elos, proximidades e leituras com a fala urbana, passível de ser apreendida na paisagem, nas ruas, nos labirintos da cidade de Natal. Portanto, não se tentou consolidar, ou demolir fronteiras, mas estabelecer um diálogo com esses teóricos, no que eles apresentavam como subsídios direcionados a ampliar o olhar sobre a ambiência que se faz presente no espaço urbano da modernidade, a partir do discurso exteriorizado pelo cidadão natalense.

Após essas observações, parece pertinente restabelecer uma nova proximidade com as hipóteses de trabalho, propondo a seguinte indagação: que leitura dar ao fato de que quase 70 % dos entrevistados tenham apontado a experiência como a grande responsável pela construção de uma determinada forma de olhar e se relacionar com os espaços públicos? E ainda: quais aspectos vividos poderiam ser apontados como possíveis mediadores, para a formação de um processo perceptivo, que levou quase 90 %, desses moradores da cidade de Natal, a vincularem a compreensão de espaço público, a ambientes onde seria possível encontrar várias pessoas, ou simplesmente a locais onde poderiam ter acesso, sem atentarem para quem poderiam ser os supostos proprietários desses ambientes?

Ao traçar esse contexto, cabe retornar ao *habitus* bourdiano e aos procedimentos foucaultianos, lembrando que têm como objetivo construir um aparelho conceitual, voltado a formar uma determinada concepção de vida urbana, de cidade. Portanto, não surpreende que, ao se fazerem “presentes em toda parte”, estratégias disciplinadoras levem as pessoas a tomarem partido, apaixonarem-se por determinada perspectiva de vida, ou a desenvolverem um determinado conhecimento do objeto urbano, uma visão de mundo vinculada a um horizonte disciplinador, ainda que, esse mesmo contexto, muitas vezes não exteriorize os vínculos alimentadores para com o mundo edificado (FOUCAULT, 1996).

Contudo, antes de avançar nessa abordagem, cabe ressaltar que, a partir da fala dos entrevistados, também ficou evidenciada a forte vinculação e

participação, da imagem no discurso dessas pessoas sobre a cidade, seja na construção de laços afetivos, como gerador de informações sobre a ambiência urbana, seja da forma de interagir com os espaços da cidade. De forma que resolveu-se observar de que maneira poderia estar sendo visualmente organizado esse tipo de leitura, de apreensão, visto que ela não se mostrou isolada do foco discursivo, desenvolvido até o momento, neste capítulo.

Foi, portanto, buscando ampliar o olhar para com o que poderia ser apreendido a partir de uma leitura visual dos espaços públicos da cidade, que se procurou buscar a colaboração de outros moradores da capital potiguar, na perspectiva de que fosse possível ter acesso a outro tipo de discurso. Nesse caso, não foram solicitadas a essas pessoas justificativas ou explicações sobre os registros feitos, e sim, que tentassem traduzir em imagem, a percepção e o reconhecimento que cada um tinha dessa parte da territorialidade urbana. Assim sendo, a abordagem a seguir coloca-se como um encontro e uma fonte de informações as quais, embora transcritas de uma forma diferente, nas suas especificidades, também se configuram como outra forma de discurso, de manifestação das formas de apreender os espaços da cidade.

5.2.2 Os textos visuais da fala urbana

A linguagem não-verbal é seletiva. Nela interagem e operam resíduos de linguagens, como também põe em ação informações do repertório do *Operator*⁸², que desenvolvem dessa maneira, a capacidade de o pensamento trabalhar por associações. De certa forma, concretiza o pensamento, transformando o próprio espaço em linguagem, onde se “inscreve a história sucessiva de um modo de pensar, desejar, desprezar, escolher, relacionar e sentir (FERRARA 1998, p. 11).

Assim sendo, ao se reportar a uma temporalidade a linguagem não-verbal da fotografia fala de um tempo presente, ainda que a memória a atravesse e a contamine. De forma que, foi justamente a intenção de reunir impressões que fizessem uso dessa forma de expressão, direcionando o olhar para o objeto de estudo em foco, que foi solicitada a 14 moradores da cidade de Natal, de perfis diferenciados, a participação na pesquisa que estava sendo realizada (Tabela 4). A

⁸² Retomamos aqui a terminologia adotada por Barthes (1984), para designar aquele que opera a câmara: o fotógrafo.

essas pessoas, com as quais mantínhamos certa relação de proximidade, no local de trabalho, na universidade e nas vizinhanças da residência, foi requisitado que fizessem registros fotográficos, no mínimo três, de locais da referida capital, os quais, na avaliação de cada um, traduzissem a idéia que tinham de espaço público.

Tabela 4 – Referencial do campo empírico visual

Profissão/ Situação profissional atual	Bairro onde reside	Nº de pessoas
Estudante do curso de Geologia	Nova Descoberta	1
Geógrafo (funcionário público)	Cidade Satélite, Petrópolis	2
Biólogo	Neópolis	1
Estudante do curso de Biomedicina	Capim Macio	1
Estudante do curso de Gestão Ambiental	Neópolis e Bairro Vermelho	2
Prestação de serviços gerais	Rocas e Potengi	2
Fotógrafo	Capim Macio	1
Gerente Financeiro em empresa privada	Cidade da Esperança	1
Autônomo (entregador de água mineral e botijão de gás)	Neópolis	1
Auxiliar administrativo (funcionário público)	Rocas, Petrópolis	2

Com essa expectativa, nenhum tipo de direcionamento, ou sugestão foi dado que influenciasse as escolhas a serem feitas nesse sentido, porque, qualquer que seja a duração de uma foto, chama a atenção Barthes, (1984), por mais breve que seja esse instante, como um vínculo umbilical, ela une o olhar do *Operador* à coisa fotografada. Portanto, deixar o olhar passear livre pela cidade, abrir a sensibilidade a possibilidades de expressão, mostrou-se fundamental para os objetivos do trabalho, motivo pelos quais o retorno do material solicitado ocorreu em tempos distintos, na medida em que esses colaboradores atendessem ao que havia sido solicitado

Portanto, de certa forma, o material fotográfico produzido por essas pessoas, propiciou ao olhar a oportunidade de realizar outro tipo de viagem pela cidade de Natal. Contudo, antes de adentrar no universo de imagens apresentadas pelos referidos registros, cabe sublinhar que para analisar a imagem capturada, mais uma vez foi utilizada a teoria do *Punctum*, desenvolvida por Barthes (1984, p. 46), lembrando ainda, conforme ressalta esse autor, que não há nenhuma regra para perceber o *Punctum*.

Em princípio, mostra-se relevante destacar que, observando o material resultante dessa etapa investigativa, um percentual de aproximadamente 56% das pessoas que participaram dessa etapa do trabalho, não conseguiu, por meio dos registros fotográficos, estabelecer um reconhecimento das especificidades que definem uma área pública de uso comum. Isso porque, como se observará a seguir, de diferentes formas, várias dessas imagens entrelaçaram em uma mesma perspectiva o espaço público e o espaço privado. Essa situação, por sua vez, ganha novos horizontes, conforme aponta Barthes, (1984, p 168), se for considerada a possibilidade de a fotografia ser a tradutora de uma evidência intensificada, que aos olhos do *Operator* emerge não apenas como a figura do que ela representa, mas como uma espécie de comprovação da existência do que está sendo capturado pelo olhar.

Em todo caso, entregues ao olhar do *Operator*, apreensões sobre os espaços públicos da cidade de Natal, passaram a ser esboçadas em meio a uma pluralidade de olhares, que deram abertura a diferentes possibilidades de apreensão. Nesse processo, mais uma vez algumas imagens ficaram pelo caminho, enquanto outras foram se colocando em cena, suscitando elos, a partir dos quais se passou a delinear combinações e leituras sobre essas apreensões visuais.

5.2.3 A ausência do silêncio

Foi observado que um número significativo de imagens salientava uma situação de não presença, de vazio. Ou seja, ainda que o espaço público tenha sido identificado com clareza, em alguns desses registros fotográficos, de forma curiosa, ou fazia referência a figura humana, ao apontar para a sua ausência, ou simplesmente a colocava de forma distante, aparentemente sem estabelecer uma

maior interação com o local onde se encontrava inserida (Fotografias 16 a 19). Com relação a esse grupo, observou-se também que essas mesmas pessoas retrataram espaços públicos, os quais de alguma forma mantinham uma relação de relativa proximidade com o seu cotidiano, seja por estarem localizados próximos ao local de moradia, ou se fazerem presentes na trajetória do caminho utilizado no dia-a-dia.



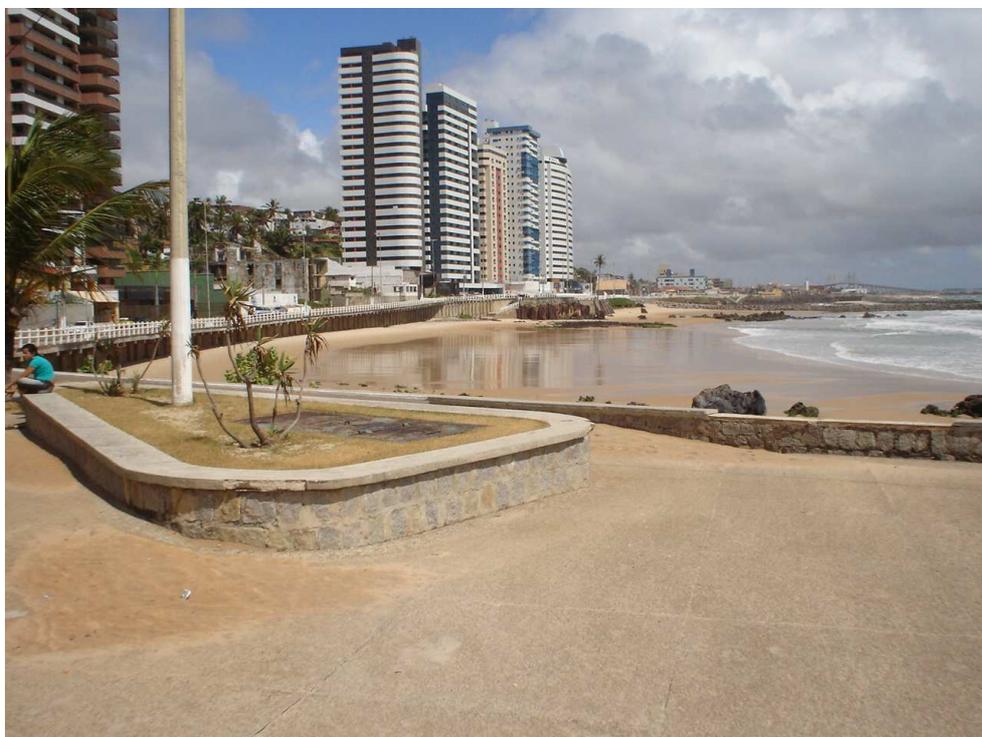
Fotografia 16 - Praça do Conjunto Neópolis.
Foto: Maria Jinlene, 2008



Fotografia 17 - Passarela sobre a Av. Senador Salgado Filho.
Foto Luiz Gustavo, 2008



Fotografia 18 - Praça do Conjunto Potilândia.
Foto Clenilze de Azevedo, 2008



Fotografia 19 - Praia de Areia Preta (Bairro Areia Preta)
Foto: Priscila Soares, 2008

Ainda com relação a esse primeiro grupo de imagens destacadas, cabe sublinhar que a mesma situação de não presença humana, ou distanciamento repetiu-se ao olhar de um mesmo *Operator*, em quase todos os registros fotográficos feitos por uma mesma pessoa. Por exemplo, dos casos destacados, apenas um dos participantes registrou imagens de espaços públicos da cidade, onde se pôde observar a presença de pessoas.

5.2.4 Proximidade versus distância: dentro - fora

Um grupo de registros visuais apresentados, a exemplo das fotografias 20 a 24 chamou a atenção por despertarem características de exterioridade. Ou seja, os cenários retratados, de certa forma, alimentaram uma sensação de distanciamento, ao mesmo tempo em que propiciaram que elos de proximidade pudessem ser tecidos com algumas das proposições corbusianas para a cidade moderna: a possibilidade de as pessoas trazerem a cidade para dentro de casa, sem ter que vivenciá-las.

Eis-nos diante desta surpreendente aventura da janela [...]. no ar, em determinado nível, sob um solo horizontal de concreto armado, juncado de pilotis [...]. levanto os prismas límpidos e puros de edifícios utilitários. Componho atmosfericamente. Tudo participa desta composição [...]
(CORBUSIER, 2004. p. 60).

Ao olhar de Le Corbusier (2004), elevar as funções urbanas, abolir o uso das ruas de costumes tradicionais, mostrava-se fundamental no sentido de harmonizar as emoções, e as possíveis reações do espírito, ao novo urbanismo de uma época maquinista. Sem a observância dessas questões, salientava o referido urbanista, seria impossível penetrar no domínio das percepções e vivências, até que a evolução dos novos tempos fosse apreendida e exaltada por um novo espírito

Na verdade, o próprio universo de imagens, tal como as que foram capturadas nas fotografias 18 a 20, por participantes dessa incursão pela cidade de Natal, fez com que o discurso funcional, apoiado no movimento e autonomia do espaço construído, em suas diferentes ramificações, emergisse sinalizando para outras possibilidades de percepções e vivências urbanas existentes nessa capital.

De forma que, a proximidade e o auto-distanciamento, aparentemente presentes nessas imagens, mostraram um dualismo que também se espalhou em outros registros visuais apresentados, especialmente no que se refere à relação e elos que esses observadores estabeleceram entre o público e o privado. Portanto, não se trata de algo que pareça se instalar nas imediações das imagens, ou que se esgote nas imagens captadas. Em todo caso, diante da diversidade das imagens selecionadas, por cada um dos que se propuseram a colaborar com essa trajetória investigativa, foram exteriorizadas leituras visuais, passíveis de serem apreendidas como pontos de vista representativos, a partir dos quais o habitante da cidade de Natal assinalou a relação e o olhar peculiar com os espaços públicos.



Fotografia 20 - Bairro de Petrópolis.
Foto: Yeda Bezerra, 2008.



Fotografia 21 - Av. Eng. Roberto Freire
Foto: Yeda Bezerra, 2008.

Portanto, no seu conjunto, o universo visual exteriorizado passou a revelar o que para Arendt (1989, p. 67) faz visível o fato de que já não se tem conseguido distinguir a despeito das diferenças entre o mundo comum a todos, em contraposição à esfera privada (Fotografias 21 a 23). Essa falha de interpretação, para além da profunda conexão existente entre o privado e o público, evidente em seu nível mais elementar, para a referida autora, pode predizer e alimentar

perspectivas quanto à “decadência” de toda esfera pública, o que a seu ver, geralmente é precedida pela destruição dos muitos aspectos nos quais o espaço público se apresenta à pluralidade humana.



Fotografia 22 - Área de Lazer do Conjunto Panatis (Bairro Igapó).
Foto: Robson Rívio, 2008.



Fotografia 23 - Condomínio Residencial.
Foto: Hugo Alexandre, 2008

Entretanto, a mesma diversidade de olhares ofereceu a oportunidade de observar nesses mesmos cenários e imagens, como nas fotografias 24 e 25, que a apreensão dessa parte do território urbano, continua a manter vínculos com características dos “tradicionais espaços públicos”, que têm a ver com antigos lugares de convívio, “onde opiniões são formadas, testadas e confirmadas, onde se passam julgamentos e vereditos” (BAUMAN, 1999, p. 31).



Fotografia 24 - Vista do interior de um transporte coletivo.
Foto: Luiz Gustavo, 2008



Fotografia 25 - Estádio do Clube ABC.
Foto: Luiz Gustavo, 2008



Fotografia 26 - Praça do Conjunto Pirangi.
Foto: Marcondes Edson, 2008



Fotografia 27 - Praia de Ponta Negra.
Foto: Maria de Lurdes, 2008

6 CONCLUSÕES: DEPOIS DA VIAGEM

Uma estação. Não foi por acaso que a materialidade dessa figura passou a se fazer presente quando chegamos à última etapa deste trabalho. Agora parece mais claro o porquê de Benjamin⁸³ tê-la colocado estrategicamente na parte central nas viagens que fez pelos espaços da cidade de Paris. Afinal, após atravessar ruas, paisagens, memórias, velhas saudades, despedidas, uma estação, como bem aponta esse autor, apresenta-se não apenas como uma possibilidade de parada, mas também como um lugar em que se cruzam vidas, sonhos, histórias e retratos de uma cidade. Benjamin continuou sua viagem, até mesmo porque, ao se chegar a uma estação também é possível vislumbrar outras perspectivas e oportunidades para seguir uma nova trajetória. No entanto, cada um tem a sua estação particular, como sublinha ainda esse filósofo, exteriorizando o que pode ser captado como a sua compreensão para com aqueles que, em um determinado momento, precisam dar por encerrada uma viagem, mesmo que nesse ponto de parada, possam ter sido tomados por outras visões da cidade, sintam-se instigados a uma nova caminhada, a colocar-se em aberto para novas descobertas.

Portanto, este momento pode ser traduzido como uma estação, um ponto de chegada após uma viagem de reencontros e descobertas sobre a cidade de Natal. Ao final desta trajetória investigativa, parece ter sido possível relacionar princípios, experiências, memórias, formas de vida, que se mostraram fundamentais, no sentido de propiciar estabelecer elos e leituras, passíveis de subsidiar respostas para as indagações e diretrizes que alimentaram a intenção de desenvolver esta pesquisa.

No desenvolvimento desse processo, a idéia de ir estabelecendo uma maior proximidade com o objeto de estudo, a partir de um contexto mais abrangente, chamou a atenção para aspectos que inicialmente se mostravam definidores em análises que vinculavam, de forma clara, questões relacionadas à “decadência do espaço público” nas cidades, de uma forma geral, à não presença. Ou seja, ao afastamento das pessoas dessa parte do território urbano. Nesse aspecto, cabe sublinhar que, em decorrência dessas abordagens, naturalmente essa mesma compreensão chegou a se fazer presente nas primeiras impressões, que até então

⁸³ Roanet, Paulo Sérgio: **A razão nômade**: Walter Benjamin e outros viajantes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

tenham norteado as inquietações relacionadas à temática em foco. Entretanto, a partir de um recuo no tempo, e observando a vida nos centros urbanos brasileiros, em séculos anteriores, foi possível ter outro tipo de entendimento sobre essa premissa. Como bem aponta Arendt (1989), assim como a não presença, a visibilidade, ou o excesso de exposição, ainda que não deva ser considerado irrelevante, por si só, não garante ou não atesta a decadência da esfera pública, ou do seu significado.

Essa observação mostra-se relevante, visto que o recorte do panorama histórico desenhado no capítulo três, propiciou ponderar que seria parcial trabalhar com essa problemática, limitando o olhar a essa perspectiva, tendo em vista que uma possível constatação desse fato, não é uma particularidade do tempo presente, pois essa mesma realidade foi identificada em épocas passadas, como aponta Reis Filho (1968) nas pesquisas feitas acerca das cidades coloniais brasileiras. Além desse aspecto, essa mesma abordagem fez emergir um contexto, que tornou perceptível a atenção e o rigor com que propostas urbanizadoras nacionais se voltavam para os espaços públicos, em especial quando se tratava de alcançar o controle da vida urbana, a partir do uso disciplinado do território urbano, embora esse tipo de atitude tenha se exteriorizado e espraiado com maior visibilidade no século XX, conforme apontado no primeiro capítulo.

Nesse sentido, é preciso acrescentar que, recolocar em cena a cidade de Natal, nas primeiras décadas do século passado, permitiu trazer para reflexão a possibilidade de que a percepção e os ideais relacionados ao espaço público, que passaram a alimentar e nortear no natalense uma aspiração e expectativa de vida urbana está fortemente vinculado aos projetos e proposições do racional-funcionalismo para os centros urbanos na modernidade. Essa compreensão passou a ser delineada, a partir da concordância, apontada em estudos de pesquisadores potiguares, quando sublinham o fato de que antes do século XX, ainda não havia sido construído na ambiência social então existente nessa capital, um auto-reconhecimento enquanto cidade. Portanto, o que na atualidade pode ser identificado na população local, como uma maior abertura e aceitação com aspectos relacionados ao mundo moderno, e até mesmo certa rejeição, indiferença, ou negação do que se refere ao tradicional, esse tipo de postura, pode ser encontrado não apenas nos discursos futuristas que transitaram com pioneirismo nessa capital, já nas primeiras décadas do século XX, como nas diretrizes modernistas de

vanguarda que inspiraram os principais projetos de intervenção e expansão urbana na cidade.

Por outro lado, ainda que em escala reduzida, conforme apontam estudos anteriores e as pesquisas de campo realizadas neste trabalho, a permanência de comportamentos que continuam sendo identificados a costumes vinculados a tempos passados, também podem ser apreendidos como reflexo de uma mesma ambiência, que nesse mesmo período se faziam presentes na cidade, através de discursos e propostas que objetivavam estabelecer uma parceria harmoniosa entre a modernidade e a cultura regional, diferentemente do que havia ocorrido em outras capitais. Esse aspecto foi sublinhado, com especial ênfase, nas pesquisas de Araújo, inclusive, quando destaca a crença que se fazia presente na cidade, de que o choque que poderia advir com essa ambiência deveria ser relativizado, visto que de alguma forma essa situação acomodaria-se.

Foi possível ainda observar, que a saída às ruas, de uma maneira geral, era motivada de forma particular, pelas novidades, por ocasião de eventos ou comemorações, que em geral, eram promovidas por entidades vinculadas ao governo, à igreja católica ou a grupos sociais formalizados dentro do contexto municipal, fato que ficou delineado com maior clareza, nas fotografias da época.

O segundo recorte histórico, que abordou a época vivenciada pela Capital Potiguar, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, na medida em que exteriorizou com maior clareza a abertura dessa cidade para o novo, apesar das adversidades do momento, pôde lançar luzes sobre a reação de entusiasmo do natalense diante das transformações, que muitas vezes o levaram a tratar sem maiores entraves os novos elementos culturais, os quais recém trazidos à cidade, despertaram a necessidade interna de transformação, o que colocava em foco a importância de se acompanhar os novos tempos. Nesse sentido, estudos de pesquisadores sobre esse contexto histórico, apresentam um entendimento, com o qual acordamos, de que essa nova circunstância foi definitiva para a construção de uma nova sensibilidade social, conforme demonstram depoimentos de pessoas que vivenciaram esse mesmo período histórico. Algumas chegaram, inclusive, a referir-se a essa época histórica como uma verdadeira revolução.

O material resultante dos capítulos quatro e cinco apresentou novos elementos e subsídios para a retomada das diretrizes norteadoras desta investigação, o que possibilitou o aprofundamento de reflexões fundamentais,

direcionadas às hipóteses de trabalho, além de propiciar novas possibilidades de leituras, sobre a influência, seja do uso do discurso e da imagem na construção de percepções sobre a cidade, seja sobre a experiência do vivido nas formas de apreensão relacionadas aos espaços públicos urbanos. Também nessas incursões e análises, ficou perceptível que antigos elementos que passaram a ser relacionados a costumes passados e à memória histórica, vinculada a essa parte da territorialidade urbana, continuam presentes nas formas de vivenciar e identificar espaços públicos, ainda que esses indícios e princípios já não exteriorizem o mesmo fôlego, nem se mostrem dominantes.

Ficou evidente também que, longe de se manter distante das transformações, circunstâncias e artefatos colocados em cena pelo mundo moderno, a população natalense continua a se mostrar receptiva, assim como já aconteceu no passado, em relação a mudanças vinculadas a novos estilos de vida, os quais alimentados por um novo contexto mundial, passaram a ganhar mais espaço diante de comportamentos, identificados como antigos. Mesmo assim, a idéia de espaço público presente nessas investigações ainda mantém vínculos com as raízes primeiras, com os antigos ideais, embora permeada por novos valores. Algumas falas e registros visuais apresentaram indícios significativos nesse sentido, demonstrando que uma nova concepção de espaço público está se delineando, e se afastando cada vez mais dos vínculos territoriais, fato que pode levar a conseqüências difíceis de prever, quando se propõe para reflexão o futuro da vida humana das cidades modernas.

Esse contexto pode explicar o surgimento de novos locais de encontro e de novas formas de vivenciar a cidade, conseqüentemente novas maneiras de passar o tempo desinteressadamente, como sugere Bauman (1999). Por outro lado, esta pesquisa também permitiu demonstrar, no que diz respeito à cidade de Natal, que a experiência, e a vivência que as pessoas têm do espaço público, essa morada do coletivo, como lembra Benjamin (1989), ainda se mostram definidoras para a construção de diferentes formas de ver a cidade, apesar da forte presença e influência da imagem e dos discursos formadores de opinião nesse mesmo processo.

Esse fato aponta para a importância da existência dos espaços públicos na cidade, quando se trata da criação de vínculos que continuam a se mostrar alimentadores do significado da vida em comum. Essa questão parece merecer

especial atenção, principalmente quando já é possível identificar nessa capital, aspectos preocupantes nesse sentido, uma vez que a pressão do crescimento urbano tem levado à redução de áreas públicas de uso comum e de livre acesso.

Cumprindo finalmente sublinhar, a oportunidade ímpar que esse trabalho propiciou de refletir sobre a importância da presença vivenciada, quando se trata de estabelecer elos, com a cidade, com a vida urbana, com o estar junto, que não se esgota, nem se limita à territorialidade, mas que tem nela um dos seus grandes suportes e uma das condições da existência da cidade. Afinal, como bem sublinha Arendt (1989), o mundo comum inexistiria sem um território que seja comum a todos.

REFERÊNCIAS

ARANTES. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Edusp, 2000.

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. **Modernismo**: anos 20 no Rio Grande do Norte. Natal: Editora Universitária, 1995.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

AUGÉ, Marc. **Os não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BALANDIER, Georges. **O Dédalo para finalizar o século XX**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1999.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUMAN, Bauman. **O mal-estar da pós-modernidade**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **Globalização**: as conseqüências humanas. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo Brasilense, 1989.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha do ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BERNADINI, Aurora Fornoni (Org.). **O futurismo italiano**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRENNA, Giovanna Rosso Del (Org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**. Rio de Janeiro: PUC, 1985.

BRASIL. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001. (Série Fontes de Referência. Legislação, n.40).

CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1994a.

_____. **Palomar**. São Paulo: Cia das Letras, 1994b.

- CASCUDO, Luis da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: RN Econômico, 1999.
- _____. Grande Ponto. In: TRINDAD, Socorro (Org.). **Grande Ponto**: Laboratório de criatividade. Natal: Ed. Universitária, 1981.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**, 1: artes de fazer. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CICCO, Januário. **Como se higienizaria Natal**: algumas considerações sobre seu saneamento. Natal: Atelier Typ. M, 1920.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70/80. Natal: UFRN, 1995.
- COLLIER, Jonh, Jr. **Antropologia Visual**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1973.
- CORADINI, Lisabete. **Praça XV**: espaço e sociabilidade. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DANTAS, Manuel. **Natal daqui a cinqüenta anos**. Natal: Fundação José Augusto, 1996.
- DINIZ, Ronaldo Fernandes. **Monitoramento ambiental aéreo do litoral oriental sul**. Natal: IDEMA, 2004. Proj. PEMFAA-IDEMA. Relatório Interno.
- DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil**: Colônia, planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Centro Integrado de Ordenamento Territorial: Ed. Alva, 1997.
- FERNANDES, Jorge. **Livro de poemas**. Natal. Fundação José Augusto, 1970.
- FERRARA, Lucrécia D' Alessio. **Ver a cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.
- FERREIRA, Ângela Lúcia et al. **Uma cidade sã e bela**: A trajetória do saneamento de Natal. Natal: IAB/RN:CREA/ RN, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault, por Sergio P. Rouanet e J. G. Merquior. In: FOUCAULT, Michael et al. **O homem e o discurso**: (a arqueologia de Michael Foucault). 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 17- 42.
- _____. **Vigiar e punir**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- _____. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FRAMPTON, Kenneth. **Arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: introdução à história do Brasil patriarcal. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GROPIUS, Walter. **Bauhaus**: nova arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 1988.

GUIMARÃES, João Amorim. **Natal do meu tempo**. Natal: Fundação Hélio Galvão, 1986.

HABERMAS Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. "A outra tradição...". **Arquitetura e urbanismo**, São Paulo, ano 6, n. 27, p. 84 – 91, dez. 1982/jan.1990.

HEHL, Maria Rita. Visibilidade e espetáculo. In: BUCCI, Eugênio; HEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

HILMAN, James. **Cidade e Alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

HORKHEIMER, Max. **Eclípsse da razão**. São Paulo: Centauro, 1976.

IMAGEM sobre a imagem. Produção de Josimey Costa. Natal: TV Universitária/UFRN, 1998. 1 DVD.

A INFLUÊNCIA da Segunda Guerra Mundial no comportamento dos natalenses. Produção de Edmilson Soares da Costa. Natal: TV Universitária/ UFRN, [199-?]. 1 DVD.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Anuário estatístico**. Natal, 1998.

_____. **Região Metropolitana de Natal**. Natal, 2008. Documento digital dos arquivos do IDEMA.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOOP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel, 1990.

LASH, Chistopher. **A rebelião da elite e a traição da democracia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

LE CORBUSIER. **Precisões**. São Paulo: Casac & Naify, 2004.

_____. **Os três estabelecimentos humanos**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LEME, Maria Cristina da Silva et al. **O urbanismo no Brasil (1895-1965)**. São Paulo: Studio Nobel: FAUUSP: FUPAN, 1999.

MELO, João Wilson Mendes. **A cidade e o trampolim**. Natal: IHGRN, 1999.

MIRANDA, João Maurício de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos, 1559 - 1999**. Natal: [Prefeitura do Natal], 1999.

_____. **380 anos da história fotográfica da cidade de Natal, 1599-1979**. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1981.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade: Grupo Escolar "Augusto Severo" - Natal/RN (1908-1913)**. 165 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na História**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NATAL em séculos. Produção de Érika Liz e Sandra Serqueira. Natal: TV Universitária/UFRN, 2003. 1 DVD.

NOVAES, Sylvia Caiubi. O uso da imagem na antropologia. In: SAMAIN, Etienne. **O fotógrafo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **De cidade a cidade**. Natal: EDUFRN, 2000.

ORTIZ, Renato. Reflexões sobre a pós-modernidade: o exemplo da arquitetura. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, São Paulo, ano 7, n. 20, p. 135-147, out. 1992.

PLATÃO, **Diálogos**. Seleção de textos José Américo da Motta Pessanha; tradução e notas de José Cavalcante e Souza, Jorge Releikat e José Cruz Costa. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 56 – 126. (Os Pensadores).

PINHEIRO, Rosa Aparecida. **Educação e modernização em Henrique Castriciano**. Natal: EDUFRN, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. Secretaria Especial do Meio Ambiente e Urbanismo. **Natal 2003**. Natal, 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Cidades e vilas no Brasil Colonial**. São Paulo: EUSP, 2000.

_____. **Evolução urbana no Brasil**. São Paulo: USP, 1968.

A REPÚBLICA. Natal: Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte, 1889-1987. Datas dos exemplares consultados pela autora: 22 set. 1909 e 10 jan. 1941.

RIBEIRO, Luis César de Queiroz, SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROUANET, Sérgio Paulo. **A razão nômade**: Walter Benjamin e outros viajantes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Pedro Antônio. **Natal Século XX**: do urbanismo ao planejamento urbano. 247 f. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SECRETARIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO. Instituto de Desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte. **Informativo Municipal**. Natal, 1991.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SERGIO, Giovanni; CASTRO, Nei Leonardo de. **Natal 400 anos**: uma viagem poética. Natal: FIERN, 1998.

SILVA, Josimey Costa da. **A palavra sobre posta**: imagens contemporâneas da Segunda Guerra Mundial em Natal. 133 f. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Gilberto. **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIQUEIRA, Cleanto Homem de. **O Rio Grande do Norte na Segunda Guerra Mundial**. Natal: EDUFRN, 2007.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo. Ática, 1992.

SOUZA, Itamar. **Nova história de Natal**. Natal: Diário de Natal, 2001. (Coleção Diário de Natal).

STROETER, João Rodolfo. **Arquitetura & teorias**. São Paulo: Nobel, 1986.

VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott. **Aprendendo com Las Vegas**. São Paulo: Casac & Naify, 2003.

VENTURI, Robert. **Complexidade e contradição em arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

YAZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas, 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)